

Marilei Elisabete Piana Giordani

PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA

ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO:
VALE DOS VINHEDOS – BENTO GONÇALVES/RS – BRASIL



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS)

Rua Dona Laura, 320 | Bairro Rio Branco | Porto Alegre/RS | (51) 3094.9800

www.cau.gov.br

Conselho Editorial do CAU/RS

André Huyer

Carlos Eduardo Mesquita Pedone

Célia Ferraz de Souza

Luiz Antônio Machado Veríssimo

Assessoria Técnica do CAU/RS

Gabriela Belnhak Moraes

Marcele Danni Acosta

Tales Völker

Capa

Domitila Carolino

Arte-final: Juliano Dall'Agnol

Projeto gráfico e diagramação

Domitila Carolino

Isabel Kubaski

Supervisão editorial

Roger Kessler Gomes

Editor

Astomiro Romais

ESTE EXEMPLAR NÃO PODE SER COMERCIALIZADO

Edital de Chamada Pública nº 01/2016

Permite-se a reprodução PARCIAL desta publicação sem fins comerciais e desde que citada a fonte. Ressalta-se que a violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G497p	Giordani, Marilei Elisabete Piana. Paisagem cultural vitícola: entre os parreirais, a urbanização e a proteção – Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves/RS – Brasil. / Marilei Elisabete Piana Giordani. – Canoas: Ed. da ULBRA, 2019. 248p. : il. 1. Urbanismo. 2. Planejamento urbano. 3. Vale dos Vinhedos. 4. Bento Gonçalves (RS). 5. História. I. Título.
-------	---

CDU 711(816.52)

Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Martinho Lutero – ULBRA/Canoas

ISBN: 978-85-7528-575-6

Formato: 16x23cm | Fontes: Book Antiqua e Josefin Sans

Aos meus pais, **Avelino e Leda Piana**,
que sempre incentivaram o estudo na família
e, nessa jornada, acompanharam-me em forma de luz.
As receitas e as histórias familiares do vinho que me levaram
ao tema que apresento ficaram no meu imaginário.
Minha gratidão, meu amor, minha sempre saudade.
Aos meus amores **Edgar Luís Giordani**
e Lucas Elya Piana Giordani. Sem o incentivo diário
de vocês e o entendimento de minhas ausências,
eu não teria chegado até aqui.
Um brinde ao amor, à vida e às videiras
que sempre nos emocionaram!

A todos os vinhateiros que, com suas mãos hábeis
e seu trabalho diário, constroem a paisagem cultural,
permitindo a transmissão da história
e o fascínio da elaboração de vinhos.

AGRADECIMENTOS



Agradeço a todas as pessoas, inclusive às que anonimamente fizeram parte de meu caminho em um tempo de intenso, grande e profícuo aprendizado, de inquietudes, grandes compartilhamentos e novas amizades. Sou imensamente grata a todos que me auxiliaram para a conclusão deste livro, que resultou da minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS).

Em especial, agradeço à orientadora, minha querida Profa. Dra. Celia Ferraz de Souza, por aceitar o desafio de empreendermos juntas esta viagem pelos parreirais. Por meio de sua experiência e conhecimento, foi possível encontrar o melhor caminho a ser seguido. Sua orientação, as discussões, as correções precisas e o entendimento foram fundamentais para que eu conseguisse transformar o sentimento pelos territórios do vinho e pelas raízes culturais no trabalho que se apresenta. Meu imenso agradecimento a João P. Schwerz, Daniel Tochetto, André Huyer, Marina Cañas Martins, Inês Martina Lersch, Vladimir F. Stello, colegas de mestrado e de orientação da Profa. Célia, pelo auxílio para encontrar

meu caminho, pelo material de estudo, pelas discussões e preocupações compartilhadas.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), e a todos os professores, por viabilizarem esta fase de conhecimento e de crescimento profissional. Às professoras que fizeram parte da qualificação: Dra. Eva Samios, Dra. Maria Soates de Almeida e Dra. Livia T. S. Piccinini. Aos professores da banca de defesa da dissertação, Drs. Vladimir Benincasa, Henrique Pessoa dos Santos e Maria Soares de Almeida, obrigada por aceitarem o convite para compartilharem seus conhecimentos. Aos funcionários do programa, obrigada pelo carinho e pela dedicação.

Aos companheiros do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural Urbano, UFRGS 2007, de onde surgiu o incentivo para continuar a pesquisa da paisagem cultural vitícola ali iniciada, em especial aos arquitetos e urbanistas Carmen Nunes, Roberto Bechstedt e antropóloga Rossanna Prado, pela troca frequente de preocupações, pelas revisões infundáveis e a troca de ideias e redescobertas pelo apreço na defesa de nosso patrimônio cultural.

Em Bento Gonçalves e no Vale dos Vinhedos, agradeço a todos os que abriram sua casa, seu coração e suas recordações para que fosse possível reconstituir a evolução dos parreirais e sua história, pois muito não está escrito. Em especial a meu sogro, Elya Paulo Giordani, e a seu filho, Enuç Giordani, que nos deixaram no decorrer da pesquisa, mas muito me auxiliaram a reconstruir esta história, que fazia parte do apreço de seus valores culturais.

Agradeço pelo acesso, pela presteza e pela gentileza das informações e dos dados fornecidos pela Aprovale, por seu presidente Rogério Valduga, seus funcionários e associados entrevistados. Ao Ibravin; aos pesquisadores da Embrapa Uva e Vinho Jorge Tonietto, Loiva Melo, Gildo A. da Silva, Henrique P. dos Santos; a Denise, do CIC-BG; ao IFRS-BG; a Gilberto Salvador, da Emater-BG; à Cooperativa Vinícola Aurora. Aos colegas arquitetos do IPURB, Subprefeitura do Vale dos Vinhedos; ao Arquivo Histórico Municipal; à Biblioteca Pública Municipal; ao Museu do Imigrante. Ao fotógrafo Raoli Majola; a Janete Nodari, Gertrudes Zanchetti, Angelica L. I. Brandalise, do Sebrae-RS; ao Batalhão Ferroviário de Bento Gonçalves; a Werner Schumacher.

Da Itália, agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Elio Trusiani, da Sapienza, Universitàdi Roma, que gentilmente reuniu e enviou vários livros solicitados para o maior entendimento na pesquisa das paisagens vitícolas. De Pedersano – Villa Lagarina –, a Carlo Giordani, Mariano Giordani Tiziano Bianchi, Gabriele Mattedi e a todos que auxiliaram com informações, além do convite para apresentar a dissertação na Villa Lagarina, em outubro de 2013, no SKY WINE, na celebração dos territórios ligados pela cultura vitícola. No ano de 2009, em preparação para a pesquisa, agradecimentos a Andrea Zaggia, de Vicenza, por auxiliar no acesso à biblioteca La Vigna e por compartilhar a história e as riquezas vinícolas da região do Vêneto; a Antônio Luís Picoli e família, que me acolheram em Conegliano – Treviso – e me levaram pelas estradas del Vino Bianco. *A tutti: grazie dal cuore.*

Aos meus amigos, pelo incentivo constante. Os mais simples gestos fizeram-me seguir na jornada. A Regina Maria Recktenwald pela revisão ortográfica. Vocês foram muito importantes! Obrigada.

Ao Edgar Luís Giordani, enólogo biodinâmico e meu companheiro de todas as horas, por dividir com carinho e serenidade as aflições e as infindáveis horas de pesquisa, por compartilhar seus estudos e o contato com professores e pesquisadores de vitivinicultura e enologia, auxiliando-me no melhor entendimento da cultura inserida na produção vinícola, conduzindo-me pelos parreirais e transmitindo seus conhecimentos, a compreensão das degustações, sensações e aromas do vinho.

Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), pelo qual tenho grande apreço, pela representação consolidada dos arquitetos e urbanistas, pelo incentivo às pesquisas que resultaram neste trabalho. Em especial, quero agradecer também ao Conselho Editorial do CAU/RS pela aceitação e incentivo para a publicação deste livro.

Um brinde a todos!

SUMÁRIO



PALAVRA DO PRESIDENTE	11
------------------------------------	-----------

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

1 ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: A QUESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL E SUA PROTEÇÃO	25
--	-----------

1.1 Paisagem cultural: conceituação, proteção e identidade.....	26
1.2 O vinho como identidade de um território	50
1.3 Paisagens vitícolas culturais reconhecidas pela UNESCO.....	52
1.3.1 Saint Emilion – França	55
1.3.2 Wachau – Áustria	57
1.3.3 Alto Douro – Portugal	58
1.3.4 Tokaj – Hungria	60
1.3.5 Ilha do Pico – Açores, Portugal	61
1.3.6 Lavaux – Suíça	62
1.3.7 Conegliano – Valdobbiadene, Itália.....	64

2 IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O VINHO	69
--	-----------

2.1 Dos parreirais à Encosta Superior do Nordeste – RS.....	70
---	----

2.2 O vinho: da Villa Lagarina, na Itália, à Linha Leopoldina, no Rio Grande do Sul – Brasil.....	76
2.3 Construção da paisagem vitícola na Linha Leopoldina	86
2.4 Cultivo vitícola no Brasil após a imigração italiana.....	90
2.5 Patrimônio cultural construído no Vale dos Vinhedos	95
3 PROCESSODE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO (1875-1940)	99
3.1 Formação da paisagem.....	117
3.2 A economia vitivinícola e a estrada de ferro (1910-1930).....	123
3.3 Associativismo e cooperativas vinícolas.....	130
4 CRESCIMENTO URBANO E REGIONAL (1940-1970)	135
4.1 Mudança econômica do vinho para o setor moveleiro e metalomecânico	137
4.2 Modificações econômicas do Município.....	152
5 VALE DOS VINHEDOS: DO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO À URBANIZAÇÃO INVASIVA (1990-2010).....	157
5.1 Construção do território certificado e modificações.....	157
5.2 Indicações geográficas	161
5.2.1 Indicação geográfica de território vitícola	165
5.3 Reconhecimento do Vale dos Vinhedos.....	169
5.3.1 Busca da indicação geográfica	169
5.3.2 Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV) – 2012	178
5.4 Condução das videiras, sua relação com a paisagem vitícola e certificações do Vale dos Vinhedos.....	181
5.5 Análise das modificações no uso do solo do território reconhecido ...	186
5.5.1 Condomínios no Vale dos Vinhedos	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	225
ANEXOS	241

PALAVRA DO PRESIDENTE



O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) apresenta um conjunto de publicações de autoria de arquitetos e urbanistas do Estado selecionadas a partir de edital público. O objetivo é registrar e divulgar amplamente a relevante produção dos profissionais e pesquisadores gaúchos a partir de seus trabalhos de investigação e produção técnica.

As publicações são resultado de uma parceria do CAU/RS com a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL), entidade responsável pela Feira do Livro de Porto Alegre, e com a Editora da ULBRA, igualmente escolhida através de processo público para realizar a produção e a impressão dos trabalhos selecionados. Aos parceiros agradecemos, assim como aos colegas que trabalharam na Comissão de Seleção das publicações e a todos os funcionários do CAU/RS que se envolveram direta ou indiretamente neste projeto.

Com esta iniciativa, o CAU/RS acredita estar contribuindo para cumprir com sua obrigação de promover e valorizar a profissão

oferecendo para toda a sociedade publicações de qualidade, utilizando de forma adequada parte dos recursos arrecadados de todos os arquitetos e urbanistas do Estado, aos quais também agradecemos, além de estar informando e formando profissionais para a construção de cidades mais justas e belas.

Tiago Holzmann da Silva
Arquiteto e urbanista
Presidente do CAU/RS
Gestão 2018-2020

INTRODUÇÃO



A paisagem vitícola é a expressão do trabalho do homem sobre o território, no qual imprime sua identidade cultural, criando sua marca através dos tempos. Esta obra investiga as modificações da paisagem historicamente produtiva localizada no território vitícola certificado do Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves (RS), e seu gradativo processo de transformação. O estudo demonstra como a crescente urbanização e a valorização da terra conduzem à perda dos valores culturais do território. Sob a luz da História, é discutido o percurso da transformação da paisagem desde a plantação dos primeiros parreirais, com a chegada dos imigrantes italianos à região, o surgimento dos primeiros núcleos urbanos até a recente urbanização, que passa a agregar um novo valor ao território. Essa transformação coloca em risco o legado histórico e cultural que construiu essa paisagem singular. É preciso refletir sobre a construção dessa paisagem, seu significado e o risco da iminente perda.

As marcas significativas deixadas pelo homem sobre a paisagem no território rural, construídas a partir do amor à terra e por meio do cultivo da videira, transformaram e deram novas formas às encostas e aos vales. Falar de áreas vitícolas, no Rio Grande do Sul, remete às

primeiras comunidades fundadas por imigrantes italianos há mais de 135 anos na Serra Gaúcha. Um território singular que, pelo tempo, se solidificou como referência vitícola brasileira. A construção dos lugares vitícolas perpassa o trabalho braçal e forma-se a partir da simbiose entre o homem, a videira e o território, onde estão impressos elementos identitários e culturais. Esses elementos, construídos de acordo com a necessidade de produzir e habitar, promovem a formação dos núcleos urbanos. O legado cultural emerge por meio desses núcleos que, por sua vez, contam a História e, ao mesmo tempo, estão sujeitos a processos de modificações contemporâneos ocasionados por diversos fatores, entre eles a expansão urbana, que avança sobre áreas produtivas do território¹.

A expansão urbana, como consequência, nesse caso, leva à urbanização, que, também com a ampliação do perímetro urbano, permite a ocupação mais intensa e os usos de características urbanas, além da necessidade da implantação de equipamentos urbanos e comunitários. Então esse processo, entendido por urbanização, transforma áreas rurais em áreas urbanas, seja de forma completa, cumprindo os critérios legais, ou incompleta, por expansão natural ou por ocupação e invasão que levam à mudança das características do território.

Diferentemente de outros estudos que partem da expansão urbana para o ambiente rural, de forma a avaliar a criação de zonas periféricas e a transformação do espaço urbano, este trabalho parte do rural e volta-se para o urbano, com a finalidade de avaliar os avanços urbanos que vêm provocando as transformações da paisagem rural.

A obra mostra as modificações de uma paisagem historicamente produtiva e o gradativo processo de urbanização em função da valorização econômica do solo e da paisagem. É preciso compreender esses processos que modificam significativamente a paisagem e a própria área urbana e podem refletir em modificações do território em seus aspectos positivos e negativos, servindo de alerta ao Município e seu planejamento. Nesse sentido, busca-se identificar as causas da atual urbanização da paisagem vitícola, objeto de análise, que se estabelecem

¹ De acordo com Paul Claval (O território na transição da pós-modernidade. *Géographies et Cultures* n.20. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. Paris: L'Harmattan, 1996, p.12): "O território serve como uma base para sentimentos de identidade de diversos modos. A transição para a pós-modernidade desafia as forças por trás de identidades tradicionais, que induzem a uma busca de identificação para objetos ou paisagens".

a partir de sua certificação e de suas consequências. Outro aspecto apontado pela pesquisa é de servir como parâmetro para a proteção e o planejamento de outros territórios certificados, mesmo que apresentem outra produção agrícola.

Para alcançar a meta proposta da pesquisa, elegeram-se, como objetivos específicos: entender os diversos valores contidos na paisagem vitícola, desde seu princípio, através da evolução urbana e regional, e suas relações com outras regiões mais distantes; identificar as tendências atuais (de uso e ocupação do solo) como inserções que modificam o caráter da região (desvirtuando a herança cultural); e investigar as consequências dessas transformações e seus reflexos na paisagem.

O Vale dos Vinhedos, objeto de estudo deste trabalho, está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bento Gonçalves, na Encosta Superior do Nordeste – Serra Gaúcha (ver p.18). O Município, que tem uma altitude de 620 metros acima do nível do mar, conhecido como a Capital Brasileira do Vinho, é um dos 65 municípios brasileiros indutores de turismo² por seu referencial de território vitícola, sua história e sua memória. O Município é formado por quatro distritos: Vale dos Vinhedos, São Pedro, Tuiuty e Faria Lemos, todos envolvidos com o cultivo de videiras e frutas, e com rotas turísticas desenvolvidas no Município com maior ênfase nos últimos 30 anos.

² O Ministério do Turismo outorgou a 65 municípios brasileiros a condição de indutores de turismo. Desses, três são do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves (BRASIL. Ministério do Turismo. 65 municípios brasileiros indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. [s.d.]. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html. Acesso em: 13 abr. 2013).

Figura 1 - Localização de Bento Gonçalves e o Distrito do Vale dos Vinhedos.



Fonte: IBGE (2013).

O Distrito do Vale dos Vinhedos (Fig. 2) é reconhecido como o maior produtor vitícola do Município. No Distrito de São Pedro (Fig. 3), a produção vitícola é em menor quantidade, e a produção agrícola é mais diversificada. Os distritos de Tuiuty (Fig. 4) e Faria Lemos (Fig. 5) também possuem sua produção vitícola e as respectivas rotas de turismo.

Figuras 2 e 3 - Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos no Distrito Vale dos Vinhedos e Roteiro de Turismo dos Caminhos de Pedra no Distrito de São Pedro.



Fonte: Turismo Bento (2013).

Figuras 4 e 5 – Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale do Rio das Antas no Distrito de Tuiuty e Rota das Cantinas Históricas no Distrito de Faria Lemos.



Fonte: Turismo Bento (2017).

No ano de 2012 foi fundada a Associação Turística Linha Eulália, e no ano seguinte se deu o lançamento da Rota Rural Encantos de Eulália, que pode ser visitada através do site www.encantosdeeulalia.com.br.

Os roteiros turísticos promovem a visita de um número significativo de visitantes. São organizados e qualificados, e contribuem para a manutenção do patrimônio cultural. Conforme demonstra a Tabela 1, referindo-se ao número de visitantes nos anos de 2009 a 2013, o Vale dos Vinhedos é hoje o roteiro mais visitado de Bento Gonçalves.

Tabela 1 – Número de visitantes por roteiro turístico.
Em destaque o Vale dos Vinhedos.

Número de visitantes especificados por alguns roteiros turísticos <i>Visitor numbers specified by some tourist itineraries</i>	2009	2010	2011	2012	2013
Vale dos Vinhedos <i>Vale dos Vinhedos</i>	182.229	200.508	228.579	248.548	302.507
Cooperativa Vinícola Aurora <i>Aurora Cooperative Winery</i>	135.703	150.000	143.000	150.000	150.198
Vale do Rio das Antas/Salton <i>Rio das Antas Valley/Salton</i>	56.000	115.000	78.088	86.617	81.996
Caminhos de Pedra <i>Caminhos de Pedra</i>	49.132	58.000	61.000	59.139	63.403
Cantinas Históricas (Faria Lemos) <i>Historical Wineries (Faria Lemos)</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	9.998	5.620
Encantos da Eulália <i>Encantos da Eulália</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	nd	3.968
Outros roteiros (atrativos turísticos urbanos) <i>Outros itineraries (urban tourist attractions)</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	não disponível <i>N/A</i>	250.333	382.931

Fonte: Bento Convention Bureau, Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (SEMTUR), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS)
Source: Bento Convention Bureau, Municipal Department of Tourism of Bento Gonçalves (SEMTUR), Association of Hotels, Restaurants, Bars and Similar (SHRBS)

Fonte: Recursos... (2013, p.136).

O recorte espacial deste trabalho abarca a área do Vale dos Vinhedos, que pertence ao Município de Bento Gonçalves, em razão de ser o local em que se inicia o processo de formação da área geográfica³ do Vale dos Vinhedos. Além das características peculiares da paisagem vitícola, nesse Município se encontra a maior parcela do Vale dos Vinhedos, com maior valorização e visibilidade diante das demais áreas vinícolas da região e do Brasil. É necessário entender essa paisagem, que representa a história da imigração, com marcas significativas presentes também na formação da cidade, para se estabelecer uma relação direta entre o rural e o urbano, ainda que se observe uma tendência cada vez maior de urbanização no Brasil.

Embora a abordagem seja ampla e compreenda todos os períodos da evolução urbana e regional, por ser uma história rica e com vários aspectos pertinentes ao estudo, a análise temporal centra-se no período de 1990, quando foi criado o 8º Distrito de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos, até 2010, devido às alterações mais recentes ocorridas no território que ocasionaram modificações na paisagem.

O primeiro reconhecimento da área geográfica Vale dos Vinhedos foi obtido em 2002, com a indicação de procedência (IP)⁴ pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)⁵, com vistas a valorizar a produção. A certificação tem sido reconhecida no Brasil e no exterior por seus referenciais de produção vitícola e, no ano de 2010, foi solicitada ao mesmo Instituto a denominação de origem (DO), concedida em 2012.

³ Área Geográfica é a definição da autora para o Vale dos Vinhedos. Foi criada a partir da busca da Certificação do Território Vinícola, a qual engloba parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. No decurso da pesquisa veremos as respectivas percentagens de território desses municípios. Essa Área Geográfica não é o mesmo que 8º Distrito Vale dos Vinhedos do Município de Bento Gonçalves. É mais ampla, pois abarca parte dos municípios limítrofes.

⁴ “O reconhecimento diz respeito à indicação de procedência concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concede a indicação de procedência e a denominação de origem, a qual é a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto a origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Indicação de Procedência. 2002. Disponível em: <http://www5.inpi.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2011).

⁵ A solicitação de reconhecimento foi efetuada em 6 de julho de 2000, e sua concessão, em 22 de novembro de 2002.

Ao mesmo tempo em que o território é certificado, o último reconhecimento sinaliza a necessidade de manutenção de seu patrimônio cultural, que é ampliado, devido à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Projeto de Lei nº 44 em 29 de junho de 2012, no qual o Vale dos Vinhedos é declarado patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o território passa a ter maior compromisso em manter e preservar seu legado cultural e histórico.

Figura 6 - Situação e localização de Bento Gonçalves, do Vale dos Vinhedos, na parcela no Município, e abrangência nos municípios vizinhos de Garibaldi e Monte Belo do Sul.



Fonte: baseado em Atua Serra (2012).

A obra pesquisa as transformações e a descaracterização embutidas no desenvolvimento dentro do binômio região X cidade, ocasionando também modificações na paisagem construída. A indústria do vinho no território em estudo, com o reconhecimento através do INPI, distinguiu-se perante as demais regiões vitícolas do país, reforçando seu significado e sua importância. O reconhecimento é um selo de garantia de qualidade dos produtos, sendo esse o único território vitícola reconhecido do Brasil e da América Latina com indicação de procedência e denominação de origem. Existem apenas dois territórios vinícolas com selo de indicação geográfica reconhecidos pela União

Europeia fora dela mesma: o Napa Valley, nos Estados Unidos da América do Norte, e o Vale dos Vinhedos, no Brasil⁶.

Os imigrantes reproduziram na área estudada o estreito vínculo entre os homens e suas videiras, que desde os primórdios da humanidade esteve presente na formação do território e na produção vitícola. Esse território foi construído a partir da cultura dos imigrantes italianos, que trouxeram o prazer pelo cultivo vitícola, traduzindo uma relação⁷ atual entre o território e o homem que o produz.

O Vale dos Vinhedos continua mantendo larga relação de tecnologia e troca de conhecimento científico da produção vitícola com a Itália. Esse contexto da formação de um território singular, com referências culturais⁸, é portador de aspectos singulares na construção da paisagem, das formas de ocupação e uso do solo, que fazem parte da formação dos territórios vitícolas brasileiros.

As primeiras Cooperativas Vinícolas foram fundadas em 1911, mas não obtiveram o êxito desejado e passaram a ser retomadas a partir de 1932, de modo a intensificar a produção vinícola, que foi transformada não só em legado familiar, mas em um fator econômico relevante. As primeiras famílias vindas da Itália, da Região do Trento, que chegaram em 1876 e adquiriram suas terras, até hoje estão presentes no Vale dos Vinhedos e mantêm a vitivinicultura como principal atividade econômica familiar. Isso desencadeia uma notoriedade cada vez maior

⁶ Disponível em: <http://www.aprovale.com.br>. Acesso em: 8 ago. 2013.

⁷ De acordo com Tattarini (Prefácio. In: CALÒ, Antonio *et al.* *Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione*: Manuale del Sommelier. São Paulo: Globo, 2004): “O vinho tem uma história. [...] A capacidade de extrair lembranças e conseguir transportar através do tempo estas sensações quase intactas [...] constitui o segredo de uma longevidade que continua a intrigar uma sociedade que parece ter perdido a noção do tempo. É justamente essa dimensão temporal que o vinho nos possibilita resgatar. Trata-se, afinal, de um produto singular, uma vez que reúne em si todos os elementos culturais da sociedade moderna: natureza e história, biologia e cultura, tradição e inovação, técnica e mito. [...] Na Itália atual, o vinho não se resume a um “produto de consumo”. Muito mais que isto, representa uma parte vigorosa da história, da cultura e do patrimônio do país, razão pela qual merece um compatível esforço de proteção e valorização”.

⁸ Conforme Cecília Londres (Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário nacional de referências culturais: INRC 2000. *Manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Iphan, 2000. Disponível em: <http://www.iphan.or.br>. Acesso em: 10 abr. 2013), a expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica da cultura e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais.

ao território e à sua produção, com o surgimento de grandes, médias e pequenas vinícolas familiares nos últimos 80 anos.

A crise econômica ocorrida na principal cooperativa vinícola de Bento Gonçalves (RS) na década de 1980 impulsionou o surgimento de diversas vinícolas familiares no Vale dos Vinhedos e no seu entorno. Pouco a pouco, esse território deixou de ser estritamente produtor de matéria-prima a partir do crescimento das vinícolas, o que trouxe o incremento do valor econômico do vinho, assim como outras atividades que fazem parte do território.

O Plano Diretor (Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006) vigente no Município possui uma legislação específica que abrange a área rural, mas não tem conseguido barrar o processo de modificações, que podem levar ao comprometimento do território com os desvios de uso do solo, quer seja com as áreas industriais ou com as áreas destinadas a condomínios residenciais fechados permitidos pelo Plano Diretor (nos aglomerados urbanos do Distrito do Vale dos Vinhedos), tipicamente urbanos, instalados na área de produção vitícola, fazendo uso da paisagem vitícola como atrativo de venda. Outra questão é que o Vale dos Vinhedos como área geográfica, de cujo território fazem parte os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, não possui uma legislação em comum que direcione os processos de uso e ocupação do solo, ficando a cargo de cada administração municipal determinar o sistema de ocupação.

A abordagem da formação do território vitícola também salienta a necessidade de desenvolvimento dos laços de pertencimento, de reconhecimento da identidade e da história, por parte da população com seu patrimônio cultural⁹, com o objetivo de proteção e preservação. Esse patrimônio é assim definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁰:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade deste povo. A preservação

⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília: Gráfica Brasil, 2007.

¹⁰ *Ibidem*.

do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas e quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo.

Sob a luz da história cultural¹¹, da paisagem construída à urbanização crescente e recente, há um longo percurso para ser discutido no momento em que a paisagem passa a ser um fator de agregação de valor cultural¹² do território, além de o Vale dos Vinhedos depender do território produtivo para manter seu reconhecimento.

Nesse sentido, a hipótese levantada é que para poder manter os valores culturais que identificam o território rural, é preciso direcionar e/ou conter a urbanização crescente e mantê-la sob controle. No caso da região onde se concentra a produção vitícola, a preservação das práticas e dos saberes só será possível se forem afastadas as possíveis perdas de território produtivo.

Se houver uma crescente conscientização acerca do problema, por meio de estudos, da história e do conhecimento da região, será possível criar instrumentos capazes de deter o processo de urbanização da paisagem vitícola do Vale dos Vinhedos. Assim, os valores culturais

¹¹ Para Roger Chartier (*A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.16), a história cultural, “[...] tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. [...] As representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”.

¹² Cf. Cunha (*apud* LONDRES, Cecília. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p.52): “Assim, na literatura antropológica, especialmente na antropologia cultural, **valor** significa ou designa os padrões culturais compartilhados por uma determinada sociedade. São padrões culturais que nos permitem comparar e julgar uma relação, seja esta moral, estética, simbólica ou cognitiva, dos objetos e atitudes, desejos e necessidades. [...] Mas como identificar o que a sociedade designa como seus **valores culturais**? O que faz com que uma manifestação cultural, seja de que natureza for, adquira um valor? A princípio, poderíamos dizer que é a participação na cultura, como um complexo unitário. Tudo aquilo que é introduzido nesse complexo, que fortaleça a sua unidade, a sua integração e consequentemente a sua identidade, constitui um **bem cultural** tangível ao qual a sociedade atribui um valor” (grifos nossos).

poderão ser conhecidos e mantidos, e será conservada a memória e a identidade local. Caso contrário, sua destruição é premente. Valores culturais, uma vez destruídos, não podem mais ser reproduzidos.

A metodologia do trabalho buscou abordar as particularidades e os aspectos do território, compondo uma base de dados local e regional, além de uma busca exploratória de referências em outros territórios vitícolas mundiais certificados. A base de dados é necessária para analisar as práticas coletivas, técnicas construtivas e culturais que resultam, por seu reconhecimento, em um território singular.

Para tanto, foi necessário um levantamento de dados *in loco*: nos órgãos municipais, como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB), a Subprefeitura do Vale dos Vinhedos, a Secretaria de Agricultura, a Biblioteca Pública Municipal – Arquivo Histórico e Museu do Imigrante –, nas entidades ligadas à pesquisa, como a Embrapa Uva e Vinho, o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), o Instituto Federal de Educação (IFRS-BG), o Centro de Indústria e Comércio de Bento Gonçalves (CIC-BG) e também em entidades locais do Vale dos Vinhedos, como a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos (Aprovale).

Uma busca exploratória foi efetuada na Itália em 2009, na Região de Conegliano e Valdobbiadene, território italiano com denominação de origem local, da produção do vinho espumante Prosecco. Ali foi observado o processo de certificação do território – denominação de origem – obtido em 1º de agosto de 2009 em seus aspectos mais relevantes da identidade do território. Também foi realizada uma busca científica na Biblioteca Internazionale La Vigna¹³, localizada na cidade de Vicenza, Itália. É um instituto cultural e de documentação especializado no setor de estudos da agricultura e na cultura, e civilização do mundo agrícola.

Por fim, para analisar o desenvolvimento do processo histórico e de transformação que o Município atravessou, e seu relacionamento com a região, utilizou-se, de forma parcial, a metodologia desenvolvida pelas professoras Celia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller em seu trabalho para Porto Alegre¹⁴. Desse modo, efetuou-se uma periodização histórica

¹³ BIBLIOTECA INTERNAZIONALE LA VIGNA. Disponível em: <http://www.lavigna.it>. Acesso em: 7 jul. 2013 [tradução livre].

¹⁴ SOUZA, Celia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

possibilitando a análise dos fatores populacional, econômico, social, político e locacional histórico, com levantamento e análise da ocupação da cidade e região.

A obra está estruturada em cinco capítulos. A **Introdução** faz a apresentação da pesquisa que estrutura o desenvolvimento da obra. O **Capítulo 1** reflete sobre a questão da paisagem cultural entre a teoria e a realidade, sua proteção. A construção do território vinícola, com seus laços de pertencimento com a cultura do vinho, é estudada no **Capítulo 2**. No **Capítulo 3**, para demonstrar o contexto de formação dos núcleos urbanos e da zona rural a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos na região, é construída uma linha do tempo que vai de 1875 a 1940. São analisados fatores populacionais, econômicos, socioculturais, político-institucionais e administrativos do local, bem como as relações que resultaram na construção do território.

O crescimento urbano e regional (**Capítulo 4**) expandiu-se a partir de 1940, com o aumento da produção vitícola, ao mesmo tempo em que a indústria iniciou seu processo de diversificação. No país, na década de 1970, intensifica-se a verticalização nas áreas urbanas, verificado também em Bento Gonçalves. O mesmo ocorre na indústria local, vinícola e metalomecânica. A paisagem vitícola solidificada buscou um novo posicionamento de seus vinhos no mercado, o que exigiu uma reestruturação do setor, até chegar ao reconhecimento do território no ano de 2000. Desse modo, são levantados e analisados reflexos do reconhecimento vitícola no uso do solo (**Capítulo 5**), assim como na paisagem, por meio de diversos fatores como: a valorização das terras e a urbanização crescente, que desvirtua o caminho que deve seguir um território vitícola produtivo e reconhecido.

O fechamento acontece com as considerações finais, que faz uma abordagem dos dados levantados em confronto com a hipótese da pesquisa, demonstrando que esta não se encerra, mas é ponto de partida para as próximas discussões.

1 ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: A QUESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL E SUA PROTEÇÃO



A paisagem é a expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultante de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Carlos Fernando de Moura Delphim¹⁵

¹⁵ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (org.). *Paisagens do Sul*: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/IPHAN: IPHAE, 2009, p.29.

1.1 Paisagem cultural: conceituação, proteção e identidade

O elemento central de estudo desta pesquisa é a paisagem vitícola, que expressa uma realidade física contendo os elementos humanos com suas manifestações culturais e que pode merecer uma chancela¹⁶. Uma paisagem que foi construída por mais de um século, capaz de despertar sentimentos e emoções por sua singularidade, evocando pertencimentos, memória, identidade e história, que no momento atual pode parecer comum ou normal dentro de uma região, mas se diferencia dos demais sítios vitícolas mundiais. Nesse sentido, o referencial teórico apresentado neste capítulo quer mostrar o embasamento e a existência de leis de proteção mundiais, mesmo que recentes, das paisagens culturais vitícolas. A legislação brasileira de proteção, em formatação pelo IPHAN¹⁷, também pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural, e neste item também se inserem as paisagens vitícolas.

É necessário para a proteção de qualquer bem, no qual também se inserem as paisagens culturais, saber interpretar o valor e a excepcionalidade desse bem. Neste sentido, Delphim¹⁸, com nitidez, salienta a importância da preservação do singular construído na paisagem:

Uma errônea interpretação do conceito de excepcionalidade por parte de quem avalia propostas de tombamento coloca, muitas vezes, não sobre o olhar que se observa, mas sobre o objeto

¹⁶ Cf. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Paisagem cultural. 2009, p.26. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012): “[...] a chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente”.

¹⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acesso em: 20 ago. 2013.

¹⁸ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (org.). *Paisagens do Sul*: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/IPHAN: IPHAE, 2009, p.30.

observado, a condição de excepcionalidade. Com isto, o que hoje pode parecer banal e corriqueiro amanhã poderá tornar-se raro e singular.

Ampliando o olhar sobre a paisagem brasileira, é importante salientar a grande repercussão mundial que o Brasil obteve em relação à valorização da paisagem cultural desde 1º de julho de 2012, quando o Rio de Janeiro foi declarado patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO¹⁹, devido a sua paisagem cultural. A cidade é a primeira do mundo a conquistar esse título inserido no conceito de paisagem cultural urbana, mesclando natureza, arquitetura e urbanização. Essa ação abre precedentes também para a conscientização da necessidade de valorização e preservação das paisagens culturais em outras áreas do imenso Brasil.

O reconhecimento das paisagens culturais por órgãos de proteção do patrimônio cultural mundial permitiu, nos últimos 30 anos, referenciar e identificar territórios e regiões com singularidade e identidade próprias. Nesse contexto, inserem-se as paisagens culturais vitícolas. As cartas patrimoniais mundiais serviram de esteio no sentido de orientar a preservação, devendo ser observado cada contexto em que se encontra o bem. Observa-se uma evolução dessas cartas: as primeiras referenciavam os bens edificados; as mais atuais se referem também ao entorno. É nesse contexto que se situa a paisagem. Segundo Pesavento²⁰, “[...] a paisagem cultural, transformada em patrimônio, passa a pertencer como atributo de uma comunidade, convertendo-se em elemento identificador ou logotipo de uma região ou cidade”.

A preservação do patrimônio cultural deve ir além dos monumentos edificados, como regem os princípios da Carta de Atenas de 1933²¹ e

¹⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a paisagem cultural do Rio de Janeiro. 10 jul. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades. Diferentes narrativas para o Campo do Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n.34, p.405, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2013.

²¹ ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas patrimoniais: cartas internacionais. Carta de Atenas – CIAM – nov. 1933. Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a

da Carta de Veneza de 1964²², direcionando-se para a preservação da paisagem e de todas as representações que a compõem, junto com todas as demais cartas patrimoniais mundiais que se seguiram até o século XXI. As paisagens vitícolas enquadram-se num olhar contemporâneo e atual, considerando o trabalho do homem refletido na natureza. De acordo com Bandeira de Araújo²³, a conceituação de paisagem cultural envolve discussões recentes:

Ela nos leva ao ano de 1972, quando na 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, neste ano que se lançariam os primeiros esforços para a conservação do Patrimônio Cultural e natural, frente à constatação das crescentes ameaças de destruição.

Nesse sentido, as paisagens culturais vêm merecendo cada vez mais atenção dos órgãos de proteção, tanto mundiais, como a UNESCO²⁴, com políticas de proteção desenvolvidas desde 1990, quanto de órgãos de proteção brasileiros como o IPHAN²⁵, com políticas de proteção da paisagem cultural, por estes expressarem e reunirem as referências culturais do patrimônio material e imaterial. Esse reconhecimento, de acordo com Chuva²⁶, é referenciado da seguinte forma:

memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: http://www.icomos.org.br/002_001.html. Acesso em: 15 mar. 2013.

²² *Idem*. Carta de Veneza – maio 1964. Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf. Acesso em: 15 mar. 2001.

²³ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme *apud* CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IEDS, 2009, p.29.

²⁴ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Cabe chamar atenção a todas as cartas patrimoniais mundiais, desde a Carta de Atenas – Sociedade das Nações, out. 1931, até a Declaração de Sofia, out. 1996. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>.

²⁵ As cartas patrimoniais brasileiras forneceram subsídios para a proteção e a conservação do patrimônio cultural.

²⁶ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n.34, p.147, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2013.

Originariamente lançada pela UNESCO, a categoria de paisagem cultural talvez seja hoje um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associado à noção de lugar.

As paisagens culturais expressam o resultado da junção do território com a cultura e o trabalho do homem, formando uma representação singular. São paisagens ancoradas dentro de um território, diferenciando-o de espaço, que Corrêa e Rosendahl²⁷ definem deste modo: “Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural”. Nessa conceituação de território dos autores, pode ser enquadrado o território vinícola, formado a partir de sua cultura e identidade, expressando a diferença por meio da singularidade.

A proteção das paisagens brasileiras referencia-se na *Carta de Bagé*²⁸, ou *Carta da paisagem cultural*, de 18 de agosto de 2007, que sinaliza a importância da defesa das paisagens culturais brasileiras das áreas fronteiriças do Sul do Brasil, com conceitos que podem ser aplicados de modo mais amplo, em toda a área do território nacional.

A conceituação da paisagem cultural fundamentada na Constituição Brasileira de 1988 (Art. 1º) define “as paisagens culturais como os mais representativos modelos de integração e articulação entre todos os diferentes bens que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro”, determinando a paisagem cultural como um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural, como referencia o Art. 3º.

²⁷ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. Vol. 3, p.36.

²⁸ ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas patrimoniais: cartas nacionais. *Carta de Bagé* ou *Carta da paisagem cultural*. Bagé, 18 ago. 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

A mais recente carta de proteção às paisagens culturais no Brasil é a Carta da Bodoquena²⁹, ou a Carta das paisagens culturais e Geoparques, elaborada em 21 de setembro de 2007, a partir de um encontro na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul, com o objetivo de definir novos mecanismos para o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização da Serra da Bodoquena e de outras paisagens análogas existentes em território nacional, incluindo os territórios vitícolas certificados, que podem ser inseridos nessas conceituações de proteção e chancela da paisagem. O Brasil, com seus órgãos de proteção, vem trabalhando na conscientização da necessidade de preservação e de conceituação de sua paisagem cultural por ser um país muito amplo e também com grande diversidade de paisagens.

Em 30 de abril de 2009 foi aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁰ a Portaria nº 127, a qual criou a chancela das paisagens culturais brasileiras. O IPHAN assim define a conceituação de paisagem cultural brasileira:

A conceituação da paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico.

Além das paisagens naturais intocadas pela mão humana, direciona-se o olhar às paisagens construídas pela necessidade do homem de se

²⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Carta da Serra da Bodoquena*. Carta das paisagens culturais e geoparques. Bonito, 21 set. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>. Acesso em: 25 abr. 2013.

³⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Paisagem cultural*. Brasília: IPHAN, 2009, p.13. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

estabelecer e construir sua territorialidade³¹ de acordo com sua cultura. A paisagem que expressa uma marca do homem em suas ambiências é assim definida por Berque³²:

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação [...] que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

A paisagem construída com seus valores culturais³³ é caracterizada por sua formação e pelas relações desenvolvidas entre os habitantes e seu território, formando um sistema de inter-relacionamento, para a conservação da identidade das características e da manutenção que a certificação adquirida necessita, como é o caso de territórios vitícolas certificados. A proteção do legado cultural presente nos territórios construídos que faz parte do cotidiano no século XXI remete ao valor simbólico do imaterial. As futuras gerações, através do passado, poderão conhecerem-se em seu presente e usá-lo como proteção de seus referenciais identitários.

Para proteger, segundo Londres³⁴: “O conhecer é o primeiro passo para proteger estas referências, [...] protegê-las também no sentido de chamar a atenção para a dimensão simbólica do patrimônio cultural e para a possibilidade da perda dos marcos desta referência”.

³¹ Segundo Robert David Sack (*Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p.3): “A Territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra e como elas se organizam no espaço, e como as mesmas dão sentido ao lugar. Claramente, essas relações mudam, e a melhor maneira de estudá-las é a de revelar sua mudança de caráter em relação ao tempo”.

³² BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p.28.

³³ Conforme Ana Lucia Meira (*O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p.29), o valor histórico é entendido por Riëgl como tudo aquilo que foi e que já não é mais. Não pode ser reproduzido nem substituído, pois faz parte do desenvolvimento da atividade humana. Repousa sobre um fundamento científico, apresentando-se de maneira objetiva ao observador e ligado fundamentalmente a um fato passado singular e individual.

³⁴ LONDRES, Cecília *apud* MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (orgs.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p.38.

A preservação dos referenciais culturais vai além da arquitetura e da paisagem; ela considera também todo o seu entorno, contemplando saberes e fazeres, parte do patrimônio cultural imaterial³⁵. Esse conjunto está presente na formação da própria paisagem, que também é constituída por valores e referências culturais³⁶.

A partir de 1990, o Vale dos Vinhedos passou a ter uma nova denominação do lugar e também iniciou uma valorização³⁷ da terra, modificando os usos do solo com ações que podem significar o abandono da terra por seus moradores, juntamente com a produção vitícola. O incremento do turismo, nem sempre embasado em critérios que contemplem a preservação do patrimônio cultural existente, é uma ação que pode resultar em desterritorialização³⁸ e também em perda da matriz da cultura local. Essa é uma situação estranha ao meio, pois entra em confronto com um território referenciado que depende, justamente, da manutenção de sua base identitária, produtiva e cultural para manter

³⁵ “Para a UNESCO (2003), “Patrimônio Cultural Imaterial são práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; LONDRES, Cecília. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008).

³⁶ De acordo com Leonardo Barci Castriota (*Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p.95), a atribuição de valores culturais modifica-se através do tempo, pela complexidade de valores atribuídos: “[...] é importante perceber que os valores vão ser sempre um fator decisivo nas práticas do campo do patrimônio, determinando as diversas escolhas tomadas pelas comunidades e órgão de preservação”.

³⁷ Conforme Rafael W. Ribeiro (*Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.10), “o processo de atribuição de valor e seus resultados, central na identificação e preservação do patrimônio cultural, está, assim, ligado intimamente ao aparato conceitual e metodológico que lhe dá aporte, [...] assim a utilização da noção de Paisagem Cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural”.

³⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed., 2. reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006, p.328. Segundo o autor, “desterritorialização é, frequentemente, uma palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturalização”. Uma vez que os moradores locais deixam o lugar, pelas condições que se apresentam, e migram para a cidade ou outros territórios, quanto maior for essa mudança, maior também será a perda cultural e identitária do território. Esta dificilmente poderá ser reconstituída, empobrecendo sua singularidade.

a certificação. Santos³⁹ salienta a importância de se implementarem políticas conjuntas, abrangentes, como meio de manter a população no território, que nasceu e cresceu na área rural, como meio de garantir a manutenção da continuidade de sua história, evitando que se perca, no tempo e no espaço, sua cultura, em função das mudanças com o aumento e a mescla de origem populacional:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

A preocupação quanto à qualidade na elaboração de vinhos finos, que começa a ser mais intensa a partir da década de 80, também ocasiona as iniciativas da busca de um território vitícola certificado. Ao mesmo tempo, há a necessidade de preservação que contempla todo o território, sua arquitetura expressa nas casas, igrejas, capitéis e cantinas, a língua falada, o dialeto italiano, o artesanato que referencia a identidade cultural e todas as suas manifestações de patrimônio cultural inseridas no local. Territórios vinícolas sempre estão associados ao turismo enológico – o enoturismo⁴⁰ –, assim como está a área em estudo.

A indicação de procedência e a denominação de origem dos produtos concedida pelo INPI⁴¹ deveriam reconhecer os aspectos culturais imateriais determinantes em suas representações que são visíveis no território através de sua paisagem. De acordo com Pesavento⁴², “o Patrimônio Imaterial, a tradição do saber fazer, se exterioriza em algo concreto”.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ ENOTURISMO: turismo especializado em percorrer áreas vitivinícolas. In: TAGLIARI, Mauricio; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011.

⁴¹ BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Órgão responsável que confere a indicação de procedência (IP) e a denominação de origem do vinho. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.

⁴² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Curso de Especialização em Patrimônio Cultural Urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Anotações de aula.

O território vitícola, por sua formação, passa a transmitir uma referência cultural, através de seus vinhedos e na produção do vinho. Essa produção criou referenciais de caráter positivo, auxiliando na efetivação da identidade, além de significar um fator econômico relevante.

De acordo com Bandeira de Araújo e Haesbaerth⁴³, “a identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo”. A partir dessa colocação, o plantio vinícola foi o elemento agregador e referencial do território.

Os referenciais identitários e culturais trazidos pelos imigrantes foram sendo moldados no Vale, pelo tempo, e continuam sendo moldados, na afirmação de Hall⁴⁴:

A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre sendo formada.

Em razão disso, surge a necessidade de ampliar os laços de pertencimento e reconhecimento dessa identidade formada e percebida através de suas manifestações culturais. A construção do território e suas representações também revelam a cultura, a identidade e o patrimônio cultural que estão inseridos na paisagem do lugar. A leitura dessa paisagem pode ser percebida em suas variações em relação ao tempo de sua construção, como afirma Ribeiro⁴⁵:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um

⁴³ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.45.

⁴⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004, p.50.

⁴⁵ RIBEIRO, Rafael. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.57.

produto da sociedade que a produziu ou ainda como base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Bonnemaison⁴⁶ entende que a cultura expressa na paisagem está intimamente ligada com a construção do território, pois é a partir da cultura que o território se fortalece, expressando uma relação simbólica na forma. O território permite o enraizamento das pessoas junto com sua cultura. Como definem Corrêa e Rosendahl⁴⁷, ele é a mediação entre o homem e sua cultura:

O desaparecimento desses territórios em benefício de um espaço banalizado é sinal de um empobrecimento cultural. [...] O território não responde apenas à necessidade de identidade e segurança; é também lugar de uma alteridade consentida. Contudo, o espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento.

Os condomínios residenciais fechados que têm surgido nos últimos 10 anos no Vale dos Vinhedos, na zona rural, podem propiciar a perda de sua matriz cultural⁴⁸, e isso ocasionaria o empobrecimento cultural e territorial referido pelos autores, criando espaços artificiais. Ao mesmo tempo, os novos usos do território com seus novos habitantes alheios à produção vitícola levariam a uma segregação identitária dos valores culturais impressos nos anos de construção das comunidades.

⁴⁶ BONNEMAISON, Joël. A viagem em torno do território (L'Espace Geographique, Paris, v.10, n.4, p.249-262, 1981. Traduzido por Márcia Trigueiro). In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.99.

⁴⁷ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.100.

⁴⁸ Cf. Corrêa e Rosendahl (*Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p.54), "para manter a heterogeneidade cultural brasileira deve-se insistir em alguns temas, como a paisagem rural brasileira como produto e, simultaneamente, como matriz cultural, estabelecendo-se comparações entre paisagens pouco ou muito transformadas pela modernização do campo. A percepção e avaliação ambiental por parte dos diversos grupos sociais, incluindo os naturais e os imigrantes, da natureza e dos ambientes socialmente produzidos".

O antropólogo Gilberto Velho⁴⁹ analisa as negociações e os conflitos existentes em áreas de patrimônio cultural, onde os antigos moradores são excluídos do lugar de origem. Essa situação é ocasionada por vários fatores, entre eles a especulação imobiliária, que leva à urbanização de áreas antes estritamente rurais e produtivas. Assim o autor se refere aos novos moradores:

Já em outra posição e atitude estão os que chegam, mais ou menos ‘outsiders’⁵⁰ ou ‘invasores’, destituídos de laços e das características dos antigos moradores e ávidos por desfrutarem as vantagens de qualidade de vida e ascensão social propiciadas pelos novos endereços. Assim, estamos lidando ao examinar as políticas públicas de patrimônio com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios.

Essas inquietudes introduzem a preocupação com as transformações observadas no território, com um patrimônio que não é valorizado e suficientemente reconhecido também pela comunidade, facilmente substituído por outros sem identificação com seus habitantes. Segundo Schwerz⁵¹: “Entre os resultados do processo aparece o menosprezo da bagagem cultural herdada e/ou a supervalorização de determinado bem sem ‘ressonância’ e muitas vezes associado a interesses privados”.

A presente pesquisa procura, nesse sentido, demonstrar a importância da manutenção do patrimônio cultural inserido no contexto da paisagem. As transformações inerentes ao processo produtivo vitícola podem acontecer de forma que não destruam as marcas do tempo e da história, colocando em risco a paisagem construída a partir da identidade cultural coletiva de seus habitantes.

⁴⁹ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.245, abr. 2006.

⁵⁰ *Outsiders*: de fora, estranhos ao lugar [tradução livre].

⁵¹ SCHWERZ, João Paulo. *Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)*. 2009. 230f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p.4.

Para maior discussão do tema em relação a patrimônio cultural, são referenciadas as abordagens de autores como Choay⁵², que define o patrimônio; Meira⁵³, que salienta a relevância do motivo de preservar; Nora⁵⁴, que refere a importância da manutenção e da revitalização da memória; e Jeudy⁵⁵, que referencia o significado do patrimônio cultural como o espelho de uma sociedade. Essa é uma questão atual, debatida através do viés do patrimônio cultural, que vai muito além do patrimônio edificado.

As pesquisas sobre paisagens culturais vitícolas e suas modificações associadas às denominações de origem são muito recentes. Existe uma lacuna no tema⁵⁶ de estudos sobre como preservar territórios que recebem chancelas de paisagem cultural, em relação aos fatores culturais do território como coadjuvantes da produção, a partir do patrimônio cultural do lugar e de seus produtores. A lacuna a ser preenchida com essa pesquisa quer demonstrar que o território é formado e construído a partir das manifestações culturais de seus habitantes, expressas em sua paisagem, como as paisagens culturais vitícolas declaradas

⁵² De acordo com Françoise Choay (*A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001, p.11), patrimônio seria como bem de herança que é transmitido segundo as leis do país e das mães aos filhos. Ligado a estruturas familiares econômicas e jurídicas de uma sociedade estável enraizada no espaço e tempo. Patrimônio histórico é tudo aquilo que faz lembrar, tocar pela emoção, ser uma memória viva mesmo que disso façam parte caminhos, vegetação, modo de fazer, saberes e expressões familiares transformadas em expressões culturais, preservando costumes e tradições, traduzindo-se em uma paisagem especial. O patrimônio histórico simboliza os bens de usufruto de uma comunidade, seus objetos, saberes, significados, ocupações e espacialidades, constituídos pelo acúmulo contínuo de uma diversidade que se congrega por seu passado comum. A autora também remete o patrimônio histórico a uma instituição e mentalidade de uma comunidade.

⁵³ Conforme Ana Lucia Meira (*O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p.32): “Preserva-se porque o patrimônio cultural tem um valor – é portador de referências para a sociedade”.

⁵⁴ Segundo Pierre Nora (*Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, p.9, 1993): “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo do eterno presente; a história é a representação do passado”.

⁵⁵ Conforme Henri-Pierre Jeudy (*Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p.19): “Para que exista um patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

⁵⁶ A certificação do território pelo NPI refere-se aos “aspectos humanos” quando se reporta aos habitantes e suas manifestações culturais do lugar.

pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, que estão referenciadas neste capítulo.

As teses e dissertações que versam sobre o Vale dos Vinhedos fazem seu recorte na geografia, na administração, nos agronegócios e no enoturismo. No âmbito da geografia, Falcade⁵⁷ faz a análise da paisagem como representação espacial no processo de construção do espaço geográfico vitícola. É observada a formação da paisagem vitícola como imagem espacial dos vinhedos das regiões de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo do Sul. Fernández⁵⁸ avaliou se existe a relação no meio rural com a indicação geográfica para a prosperidade das pequenas propriedades, baseando-se na percepção dos produtores sobre a certificação e analisando o período anterior e posterior da obtenção. Schmidt⁵⁹ estuda, no âmbito econômico, as estruturas organizacionais, analisando o impacto e o desempenho desses modelos organizacionais. Também investiga a rede inserida no sistema agroindustrial do vinho no Vale dos Vinhedos. Dentro desse sistema complexo, a autora analisa as várias ações coletivas, destacando-se a obtenção do selo de indicação de procedência dos vinhos finos da região em 2002, bem como essa certificação afeta vários atores e qual é o impacto da ação para os diferentes agentes envolvidos. O estudo identificou como a rede do Vale dos Vinhedos possibilita a criação de valor econômico para os atores coletivos nela inseridos.

No campo de ação da administração, Susin⁶⁰ faz uma contextualização do setor vitivinícola utilizando as abordagens de *cluster*, redes de

⁵⁷ FALCADE, Ivanira. *Paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)*. 2011. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

⁵⁸ FERNÁNDEZ, Maria Gabriela Vázquez. *Indicações geográficas e seus impactos no desenvolvimento dos pequenos produtores do Vale dos Vinhedos, RS*. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2012.

⁵⁹ SCHMIDT, Carla Maria. *Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos*. 2010. 170f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

⁶⁰ SUSIN, Carolina Thomazzi. *Dinâmica estratégica da Vinícola Miolo Ltda. e o Vale dos Vinhedos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

cooperação produtiva, estratégia e empreendedorismo para embasar sua análise. O estudo de caso aborda a dinâmica de uma grande vinícola e do Vale dos Vinhedos. Identificados os fatores facilitadores e inibidores de seu desenvolvimento, foi proposto o estudo de sua extensão a outras regiões ou setores produtivos. No mesmo viés, Gollo⁶¹ propõe a análise das inovações e das estratégias de cooperação competitiva, testando-as nas vinícolas que possuem a indicação de procedência⁶² no Vale dos Vinhedos.

Marques⁶³ analisa, através do enoturismo, o sistema de produção de excedentes econômicos entre os agentes que participam dessa apropriação, na nova dinâmica de desenvolvimento do Vale. Tonini⁶⁴ analisa o papel do Estado e as políticas públicas elaboradas para direcionar o turismo no país, com ênfase para a inter-relação na rota turística do Vale dos Vinhedos. Frigeri⁶⁵ estuda o enoturismo conduzido através da imigração italiana para a Região da Serra Gaúcha e a manutenção de identidades e tradições ligadas ao cultivo da uva e à produção do vinho, ressaltando a importância das tradições italianas como um fator na criação da identidade e a articulação entre passado e presente, também investigando como as tradições engendram a produção da modernidade no âmbito das empresas e das atividades turísticas na região no Vale dos Vinhedos Certificado.

⁶¹ GOLLO, Silvana S. *Inovação e estratégia de cooperação competitiva: estudo de caso de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos – Serra Gaúcha, RS*. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

⁶² LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário nacional de referências culturais: INRC 2000. *Manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Iphan, 2000. Disponível em: <http://www.iphan.or.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

⁶³ MARQUES, Cláudia B. *Economia do turismo no Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS – 1990 a 2005*. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2007.

⁶⁴ TONINI, Hernanda. *Estado e turismo: políticas públicas e enoturismo no Vale dos Vinhedos*. 2007. 185f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2007.

⁶⁵ FRIGERI, Alexandre Fonseca. *Os italianos, vinho e turismo: o Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha*. 2009. 85f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2009.

O cultivo da uva construiu e referenciou historicamente esse território, fruto da interação entre meio geográfico e bagagem cultural trazida pelos imigrantes italianos.

Na apropriação social do território sob viés geográfico, Claval⁶⁶ afirma: “O território resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo [...]. Esta concepção de território emerge no século XVI e é teorizada pela primeira vez por Jean Bodin”. O autor também faz referência ao significado que o território contém para seus habitantes, o qual remete à memória afetiva, ao patrimônio imaterial construído através do tempo e às permanências derivadas da sua cultura, e cita Brunet⁶⁷:

São os lugares de memória; seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial ou próprio à uma religião, à uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas.

Os entraves que a urbanização propicia na proteção dos bens culturais como a paisagem cultural, quando concorrem outros usos do solo voltados para o valor econômico, são citados por Gilberto Velho⁶⁸ como um dos grandes empecilhos para a preservação do legado cultural: “Um dos problemas fundamentais que afetam e caracterizam a grande cidade contemporânea quando se trata de proteção, preservação e patrimônio é a questão imobiliária”. O mesmo autor, à luz da antropologia, define a cultura presente no território como “um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade”.

O turismo enológico hoje está presente em todos os territórios vitivinícolas mundiais, o que permite a visita às vinícolas, com degustações de vinho, além de proporcionar a fruição da paisagem vitícola do território, em suas coloridas transformações através das

⁶⁶ CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Géographies et Cultures* n.20. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaerth. Paris: L'Harmattan, 1996, p.8.

⁶⁷ BRUNET *apud* CLAVAL, *op. cit.*, p.10.

⁶⁸ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v.1, n.12, p.248, abr. 2006.

estações do ano: a poda, a brotação, a colheita e a elaboração dos vinhos. O fim do ciclo de produção das videiras, a queda das folhas é um elemento de identidade presente que é anexado à arquitetura e à cultura de seus habitantes. Esse tipo de turismo, se desenvolvido com critérios e contemplando a manutenção dos valores culturais presentes no território, é um fator positivo.

É importante reconhecer a identidade e a singularidade de cada território vitícola com base nas pessoas que o compõem, como Pesavento⁶⁹ salienta a diferença da construção do território a partir do indivíduo e de sua identidade, estabelecendo uma representação social que pode ser associada como a que foi criada no Vale dos Vinhedos a partir da atração com o vinho, o plantio das videiras, o que caracterizou o território:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária, que produz coesão social, permitindo identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença.

A autenticidade da paisagem vai além do que o olhar alcança, pois há também a relação e a expressão do patrimônio imaterial presente no lugar. Desse modo, Menezes⁷⁰ levanta a questão da materialidade *versus* imaterialidade na construção dos territórios e suas interpretações, inclusive em termos de Constituição Federal:

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite

⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.89.

⁷⁰ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. – Vol. 1: Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. Anais. Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009, p.35. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 12 maio 2013.

realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.

A Constituição Federal de 1988 ao introduzir uma listagem de categorias de patrimônio cultural, incluiu o patrimônio intangível, caracterizado mais por processos do que por produtos, como formas de expressão, modos de criar, fazer viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõem múltiplos suportes sensoriais, incluindo o corpo. Os constituintes talvez nem tivessem consciência de que, desse modo, estavam incluindo o corpo como partícipe do patrimônio cultural! O 'saber-fazer', por exemplo, não é um conhecimento abstrato, conceitual, imaterial, filosófico ou científico, mas um conhecimento corporificado. Os especialistas falam de uma memória-hábito ou memória corporificada (*embodied memory*). É a memória que nos permite guiar um veículo ou andar de bicicleta como se fossem ações geneticamente previstas em nosso programa biológico. É a memória do músico, da cozinheira, do artesão. Seja como for, embora não convenha alterar a nomenclatura internacionalmente corrente, seria desejável que, ao utilizarmos a expressão 'patrimônio imaterial' a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material.

O autor ainda discorre sobre os diferentes valores que constituem a natureza do bem cultural para chegar à matriz do valor. Seu discurso tem como referência (o bem) uma catedral antiga, que seus usuários habituais são impedidos de utilizar para dar lugar às visitas de turistas que geram renda. Esses valores culturais podem também ser percebidos na paisagem. Partindo do entendimento de que o patrimônio é um fato social, em contraponto à visão de tombamento usada pelo Decreto-Lei nº 25/1937, o artigo 216 da Constituição de 1988 abre o precedente. O valor e a consequente avaliação do bem partem da perspectiva do especialista, mas privilegiando o usuário, que o produz e o utiliza.

Em relação aos valores, Menezes⁷¹ trata o patrimônio unificadamente, do ponto de vista das práticas culturais e de seus praticantes, e analisa os componentes do valor cultural, descritos conforme segue:

⁷¹ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. – Vol. 1: Conferência Magna. Ouro

- 1) VALORES COGNITIVOS – Se o espaço organizado é uma oportunidade relevante de passar conhecimento, então a paisagem assume a forma de documento, em suas relações com o conceito de espaço que organizando suas representações, com materiais, usos e apropriações, agentes envolvidos etc. É um valor de fruição intelectual.
- 2) VALORES FORMAIS – É o valor da percepção com os objetos de construção da paisagem, capazes de aguçar os sentidos, de modo a qualificá-la (gratificação sensorial).
- 3) VALORES AFETIVOS – Refere-se aos valores históricos relacionados à memória, na construção da paisagem, nos vínculos que se estabelecem com objetos, produtos e lugares.
- 4) VALORES PRAGMÁTICOS – Vão além dos valores de uso, são valores percebidos como qualificadores das práticas (o tipo de plantio e condução). Relacionados a costumes, são geralmente ignorados e marginalizados. Este valor se refere ao uso da paisagem de maneira uniforme.
- 5) VALORES ÉTICOS – Relacionados às interações sociais locais em que os valores são gerados e postos em funcionamento, usados nas tensões entre a diversidade e a diferença cultural nas formas de gerir a paisagem.

Ainda em relação ao valor imaterial da paisagem como bem patrimonial, Castriota⁷² salienta a importância do significado e a autenticidade das paisagens que para isso estão relacionadas com a dimensão imaterial do patrimônio cultural, criando ao longo do tempo “padrões característicos de uso da terra em um sentido único do lugar”. O autor ainda salienta que os valores⁷³ atribuídos à paisagem servem como ponto de referência daquilo que deve ser conservado, que representarão a nós e ao nosso passado, e para serem transmitidos às futuras gerações. A valoração de um bem patrimonial e histórico é conceituada por vários

Preto, MG, 13-16 dez. 2009. Anais. Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.35. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 12 maio 2013.

⁷² CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p.269.

⁷³ *Idem*, p.101.

autores, destacando-se Alöis Riegl⁷⁴, que define como valor histórico: “Chamamos de histórico tudo o que foi e hoje não é mais”.

Estudos da paisagem são multidisciplinares. Convém destacar Santos⁷⁵ entre os vários autores que discorrem sobre o tema. Sob a luz da geografia, o autor afirma que a paisagem é formada a partir de vários fatores, que sua formação está além do âmbito material dos volumes que a visão abarca, mas considera as forças imateriais presentes na cultura de seus habitantes:

Tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem. [...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. [...] Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças reprodutivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

O Vale dos Vinhedos possui um diferencial à parte, pela maior produção vitivinícola e pelo reconhecimento, dentro dos quatro distritos⁷⁶, do Município de Bento Gonçalves, e exerce atração diferenciada dos demais distritos também produtores de uva. Faz parte do imaginário de quem o visita pelos componentes representativos resultantes da

⁷⁴ RIEGL, Alöis *apud* LONDRES, Cecília. F. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC, IPHAN, 2005.

⁷⁵ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.21.

⁷⁶ Bento Gonçalves possui, atualmente, quatro Distritos: Vale dos Vinhedos, São Pedro, Faria Lemos e Tuiuty. Pinto Bandeira pertencia a Bento Gonçalves, agora emancipado como é descrito a seguir: Pinto Bandeira foi o 5º Distrito de Bento Gonçalves até 31 de dezembro de 2012, ascendendo à categoria de Município com a posse de seus representantes em 1º de janeiro de 2013. O Município de Pinto Bandeira foi aprovado em plebiscito em 1996, sendo oficialmente instituído através da Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 10.749, de 1996, que foi alterada posteriormente pela Lei nº 11.375, de 1999, que mudou a data de implementação do Município para 1º de janeiro de 2001. Pinto Bandeira então foi elevado à categoria de Município, gozando dessa situação entre os anos 2001 e 2003. No entanto, essa condição foi extinta devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2381-1/RS, que reestabeleceu sua antiga situação. Em uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal, anunciada em 10 de julho de 2001, considerou-se válida a Emenda Constitucional nº 57, de 2008, que validou a criação de municípios com leis publicadas até 31 de dezembro de 2006. Embora tenha sido aprovado pela decisão do STF, o distrito continuou sob a jurisdição de Bento Gonçalves até que as eleições foram consumadas, em outubro de 2012, e a posse do novo prefeito e do legislativo em 1º de janeiro de 2013. (PINTO BANDEIRA. In: *Wikipédia*. Disponível em: <http://www.wikipedia.org.br>. Acesso em: 2 ago. 2013).

interação do homem com o lugar. É como se o Vale possuísse um encantamento próprio, que muitos autores definem como o “espírito do lugar”, ou *genius loci*.

Em sua Carta do Quebec, Canadá, realizada em 2008, o ICOMOS⁷⁷ assim define a noção de “espírito do lugar”:

A noção de espírito do lugar, para compreender melhor a natureza dos monumentos vivos e permanentes, sítios e paisagens culturais, dá uma forte herança dinâmica, ampla e inclusiva de cultural. O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as culturas do mundo e é refletido especialmente em bens intangíveis, mesmo sobrenaturais, do lugar. Não só. O espírito do lugar é construído por seres humanos, em resposta às necessidades sociais. Aqueles que vivem lá são considerados hoje como a melhor garantia de sua memória, sua vitalidade, sua continuidade, inclusive a espiritualidade. As pessoas é que fazem, mantêm e embelezam o espírito do lugar⁷⁸.

O “espírito do lugar” construído pelos indivíduos que ali residem, como referencia o ICOMOS, também sinaliza o patrimônio imaterial presente nas paisagens, que seus habitantes e visitantes não definem, mas sentem.

Outros autores, como Castelo⁷⁹, assim definem o *genius loci* em suas pesquisas:

O “*Gênio do Lugar*” é na verdade um conceito dos antigos romanos que ganhou alentada proeminência na literatura urbanístico-

⁷⁷ CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). ASSEMBLEIA GERAL E SIMPÓSIO CIENTÍFICO, 16. Quebec, Canadá, 2008 [tradução livre].

⁷⁸ ICOMOS Canadá. *Carta para a preservação do patrimônio do Quebec*. Declaração de Deschambault. Adoptada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Quebec. Comitê do ICOMOS do Canadá, Francófono, abr. 1982. Traduzido por Antônio de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, mar. 2007. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-deschambault.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

⁷⁹ CASTELLO, Lineu Sirângelo. *Repensando o lugar no projeto urbano: variações na percepção de um lugar na virada do milênio (1985-2004)*. 2005. 24f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

moderna, após a minuciosa e poética abordagem realizada pelo arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz (1980) em sua famosa obra “Genius Loci. Towards a Phenomenology of architecture” [...] Aura como estimuladora da percepção de lugar na cidade de hoje, começa pelo *genius loci* presente naturalmente no lugar e se estende até a criação de notoriedade que o ser humano faz a respeito de um lugar [...] ao longo de uma gradação que nos irá conduzir a um lugar da aura cultural, onde claramente predominam as marcas deixadas por uma ação humana.

Del Rio⁸⁰ também sinaliza sobre o “espírito do lugar”, que “não deve ser esquecido no planejamento urbano, propiciando pertencimento, qualidade de vida e identidade aos lugares”,

Kohlsdorf⁸¹ define o *genius loci* como elemento singular de um território que auxilia nas ações de preservação: “O *genius loci* contém os elementos que caracterizam o valor cultural excepcional de certos lugares. Definir objetivamente esses atributos é tarefa fundamental das ações de preservação”.

O plantio das videiras voltado para a elaboração de vinhos tem sempre o objetivo de buscar o maior, o melhor e o mais preciso resultado do produto, pois o vinho é um produto vivo que se modifica no tempo, sendo este um coadjuvante para que todas as suas características aflorem, trazendo todo o legado técnico e cultural do território que o produziu e dos que o elaboraram.

⁸⁰ DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990, p.46-47: “Portanto, o ensino e a prática da Arquitetura estavam ignorando preocupações tão vitais para a qualidade das cidades como a inserção da obra em seu contexto urbanístico: respeito a tipologias, a morfologias, à paisagem, ao sítio e às inter-relações entre os vários elementos urbanos e seus usuários. A Arquitetura, como o Planejamento, não conseguia uma integração com seu objeto de estudo e trabalho ao “*genius loci*”, expressão feliz de Norberg-Schulz (1980) que bem expressa o caráter e a identidade de um lugar. Outros estudos também já começavam a apontar para a importância de um novo direcionamento da prática arquitetônica para a questão da ‘criação do lugar’, ou seja, para uma redefinição crítica, porém criativa das qualidades concretas do domínio do construído (FRAMPTON, 1981, p.10). Essa questão conforma uma das preocupações principais do Desenho Urbano”.

⁸¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. *A preservação da identidade dos lugares*. Texto baseado em palestras realizadas no II Simpósio de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins (CREA – TO, 2005) e no Curso de Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Cabral⁸² ressalta o crescimento da videira na formação da paisagem: “[...] a vinha se relaciona com o território, primeiro suavemente, de maneira quase pueril, depois enérgica e vigorosamente, aguentando as situações mais difíceis”. Demonstra que as videiras superam as dificuldades climáticas e geográficas para resultarem em uma paisagem inigualável, fazendo aflorar o *genius loci* do lugar.

Privilegiar essas percepções e sensações que a paisagem transmite também colabora para sua valorização e preservação, como salientam Trusiani *et al.*⁸³:

A leitura sintética e interpretativa das tramas agrícolas e da sua configuração, as diferenças culturais de implantação e as diferentes relações com as áreas de bosques e áreas de plantio definem ritmos, modalidades e regras que constroem os valores e os recursos da paisagem. [...] A sequência dos diferentes planos paisagísticos permite ao observador ler contemporaneamente mais tipos de paisagem, no senso de uma visão diferenciada dos componentes paisagísticos. Trata-se de um elemento que devemos preservar para a valorização do território e da paisagem: uma valorização que passa indubitavelmente para a valorização do território.

Em seu parecer e percepção dos saberes imateriais na produção do queijo de Minas Gerais, o IPHAN⁸⁴ faz uma relação entre o vinho e o queijo como produtos culturais, resultado de seu território, que é expresso em seus produtos e em sua qualidade, assim descritos: “Da mesma maneira que o vinho, o queijo artesanal de Minas é alimento vivo, ele precisa de um tempo ideal de maturação ou cura para adquirir sua identidade, sua textura, aroma, cor, sabor, acidez genuínas”.

Nesse sentido, há uma celebração do território⁸⁵, que também se aplica aos territórios *vitícolas*, como condutor de identidade e portador de

⁸² CABRAL, Manuel de Novaes. *Territórios do vinho*. Santo Tirso, Portugal: Norprint, 2010, p.94.

⁸³ TRUSIANI, Elio *et al.* *Montalto Uffugo e il suo territorio: método per studiare il Piano Strutturale Comunale*. Roma: Officina Edizioni, 2009, p.68 [tradução da autora].

⁸⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Parecer no 006/2006. Assunto: Processo no 01450.012192/2006-65 referente ao Registro dos Queijos Artesanais de Minas, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília: IPHAN, 2006.

⁸⁵ De acordo com o Dossiê interpretativo IPHAN 2006 (BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inventário Nacional de Referências

sua memória cultural. A geração do território para que se desenvolvam os saberes e fazeres, como um conjunto simbólico, abrangente e complexo que é a tradução da terra e da cultura, é citado a seguir: “Sua produção envolve um espaço físico natural, mas que tem muito mais do tempo e da história do que se pode imaginar. O queijo artesanal de Minas é, portanto, território cultural complexo”. O território cultural, que envolve toda a população em sua produção, como nos territórios vitícolas, faz aflorar seus valores identitários, econômicos e sociais, transformando seus saberes e registros culturais em veículos de melhoria da qualidade de vida através da agregação de valor, derivado de sua cultura.

A formação da paisagem através do sistema de condução⁸⁶ e plantio das videiras, as cores em suas várias estações, o crescimento, os cheiros e os aromas, o movimento braçal do homem na colheita acompanhado do movimento das mãos que fazem o vinho, a arquitetura do território que abriga seus habitantes e os lugares da transformação da uva são referências que direcionam o olhar para distinguir e particularizar a cultura local que, juntamente com o “espírito do lugar”, constroem a paisagem. As paisagens culturais definidas sob a luz da arqueologia ressaltam sua forte conotação cultural expressa pelo meio natural ou através da presença humana, que a transforma de acordo com suas necessidades, seus condicionantes e sua cultura. Segundo Farinetti⁸⁷:

Culturais – INRC. Departamento do Patrimônio Imaterial. Ofícios e modos de fazer. Queijo Artesanal de Minas: patrimônio cultural do Brasil. Vol. 1: Dossiê interpretativo. Pesquisa e texto: José Newton Coelho Meneses. Elaboração do dossiê e dos anexos: outros projetos e consultoria. Belo Horizonte, maio 2006, p.78-79. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=892>. Acesso em: 25 abr. 2013): “Território é um modelo explicativo que tem a base em um produto cultural que congrega em si interesses, motivações, utilidades e valores para uma determinada coletividade. Ele é físico e material e é, também, cultural e imaterial. Interpretar um bem patrimonial nessa premissa é conferir-lhe utilidade social e cultural. É perceber a sua especificidade local e a sua complexidade global”.

⁸⁶ O sistema de condução de videiras refere-se ao modo que as videiras são conduzidas após o plantio. Os dois tipos mais encontrados na área em estudo são: a condução em latada (horizontal – pérgola) e a condução em espaldeira (vertical). Os dois sistemas estão detalhados nos próximos capítulos.

⁸⁷ “*Il paesaggio diventa dunque lo spazio geografico dove la storia umana si esplica in un rapporto di reciproco condizionamento con la natura. Il paesaggio, così concepito, è lo spazio naturale a cui si aggiunge l'attività umana, natura cui si aggiunge cultura*” [tradução livre] (FARINETTI, Emeri. *Ipaeaggi in archeologia*: analisi e interpretazione. Roma: Carocci, 2012, p.9).

A paisagem torna-se assim o espaço geográfico onde a história humana se desenrola numa relação de condicionamento mútuo com a natureza. A paisagem assim concebida é o espaço natural no qual se junta a atividade humana, a natureza na qual se junta a cultura.

Através da linha do tempo, a construção da paisagem demonstra sua própria história e a das civilizações que ali fizeram uso do território, deixando registrada sua marca através do uso do solo.

As paisagens vitícolas, protegidas pela UNESCO, inserem-se no contexto de paisagens agrícolas que se defrontam com modos de cultivo peculiares presentes na agricultura em toda a sua extensão.

Quanto ao modo de plantio e condução das videiras e às representações de sua arquitetura e uso do solo, Castriota⁸⁸ comenta:

Não é por outra razão que a UNESCO, ao implementar a categoria de “paisagem cultural” inclui [...] algumas relacionadas diretamente com a agricultura [...] como por exemplo, a “Paisagem cultural da região de vinhedos de Tokaj” na Hungria, incluída na Lista em 2002.

A esse respeito, Delphim⁸⁹ acrescenta a importância do reconhecimento da paisagem cultural, abrangendo todo o seu contexto de patrimônio cultural:

Uma paisagem cultural é um sítio que reúne, de forma conjunta e integrada, bens e valores culturais e naturais, ou seja, significativas e harmoniosas interações entre o homem e o meio natural, o trabalho combinado da obra humana e da natureza, quando de excepcional valor universal. A paisagem tem triplo significado já que é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado

⁸⁸ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p.270.

⁸⁹ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (org.). *Paisagens do Sul: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/IPHAN/IPHAE, 2009, p.29.

território é percebido pelo indivíduo, ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas.

1.2 O vinho como identidade de um território

A produção de uvas e a elaboração de vinhos têm um significado para sua população que vai muito além de uma produção agrícola e vem ao encontro de seus referenciais de cultura e de identidade expressos nas representações que se observaram sobre o território, como nas palavras de Bandeira de Araújo e Haesbaerth⁹⁰ ao definirem o território imagem e representação: “Mesmo se admitirmos que o território se define hoje, muito mais através de suas imagens e representações [...] do que por sua dimensão material.”

A identidade e a memória refletidas no território vitícola são assim definidas por Meglio⁹¹, sob a luz da Sociologia:

A identidade de um povo ou de uma comunidade se explica muitas vezes naquilo que representam as pequenas tradições, os rituais, os símbolos e os produtos que são gerados, frutos de uma memória que o vento dos séculos não consegue apagar. A memória é, de fato, parte integrante do sistema de experiências de cada indivíduo, esta que auxilia para recordar, a reconhecer e a reconstruir aquilo que uma sociedade sem memória, pareceria irremediavelmente perdida ou jamais existente. Mas do que é composta a memória de uma sociedade? [...] Citamos Maurice Halbwachs, que na sua obra *Memória Coletiva* (1950) individualiza a função social da “memória coletiva” no delinear de um passado comum, entre aqueles que fazem parte de uma comunidade,

⁹⁰ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.41.

⁹¹ MEGLIO, Lucio. *Oltreil Terroir: ilvino come specchiodi una comunità. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense*. Milano-Italy: Franco Angeli, 2011, p.9 [tradução livre da autora].

através do conjunto de pensamentos, e das representações no espaço e no tempo. [...] A comida no decurso dos séculos sempre representou para o homem não só um meio de sustentação, mas um verdadeiro e próprio símbolo cultural.

Nos territórios vitícolas observa-se um apego familiar mais explícito por seu cultivo, pelos saberes herdados, pelo entorno construído, pela paisagem formada, incluindo todas as etapas do plantio, como o cuidado com o desenvolvimento da videira na safra, a colheita, a elaboração dos vinhos, até atingir o produto final engarrafado.

Para Cipolla⁹², “a videira, como espelho de uma sociedade, é um tema muito atual e presente há muito tempo no pensamento literário e cultural da sociedade”. Na atualidade, o plantio vinícola exige novos parâmetros tecnológicos de produção e elaboração de vinhos ao mesmo tempo em que vários territórios vitícolas mundiais, com território protegido, evidenciam a tradição de produção e a conservação de sua história como fatores relevantes.

Nos muitos territórios vitícolas mundiais, a uva tem um significado de identidade, de memória, de conhecimentos passados por gerações. Vinhos produzidos em territórios certificados, mesmo com as novas tecnologias de plantio, industrialização e elaboração, representam um diferencial que se projeta na identificação, diferenciação e agregação de valor, distinguindo-os de outros produtos da agricultura mundial. O vinho merece uma distinção à parte, pois é um produto cuidado, acalentado em suas muitas etapas de elaboração, no aguardo das reações químicas próprias e necessárias.

Isso faz com que os territórios vitícolas sejam valorizados, e sua importância tem se tornado cada vez mais difundida. Nesse sentido, ressalta-se o conhecimento da história cultural do território e de sua produção, que tem levado à criação das indicações geográficas e denominações de origem por todo o mundo.

⁹² CIPOLLA *apud* MEGLIO, Lucio. *Oltre il Terroir: il vino come specchio di una comunità. Aspetti economici, sociali e culturali del cabernet cominense*. Milano-Italy: Franco Angeli, 2011, p.11.

Na França, as zonas vinícolas certificadas são denominadas *Appellation d'Origine Contrôlée*⁹³; na Itália, *Denominazione di Origine Controllata*⁹⁴; em Portugal, *Denominação de Origem Controlada*; na Espanha, *Denominación de Origen*; na Austrália, é *Geographical Indication*; nos EUA, *American Viticultural Areas*.

1.3 Paisagens vitícolas culturais reconhecidas pela UNESCO

Muitas áreas vitícolas certificadas atualmente são reconhecidas pela UNESCO como paisagens vitícolas culturais, termo surgido desde a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO⁹⁵, em 1972, em que destaca: “As paisagens culturais são bens culturais que representam as obras conjuntas do homem com a natureza”.

Essas paisagens estão inseridas dentro de três categorias⁹⁶:

- Paisagens claramente definidas, concebidas e criadas intencionalmente pelo homem: esta categoria pode compreender jardins, parques, propriedades fundiárias, fazendas, áreas urbanas e outras paisagens construídas por razões estéticas.
- Paisagens essencialmente evolutivas: resultam da exigência de ordem social, econômica, administrativa e/ou religiosa. [...]

⁹³ Conforme Maurício Tagliari e Rogério de Campos (*Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.41): “Sistema francês de classificação e controle de qualidade que fiscaliza os principais vinhos da França, de outras bebidas, [...] bem como alguns produtos alimentícios, cobrindo cada aspecto da produção, [...] significa Denominação de Origem Controlada. Este sistema foi instituído nos anos 30 do século XX”.

⁹⁴ MEGLIO, *op. cit.*, p.43: “Sistema de classificação dos vinhos, baseados principalmente em delimitações geográficas do território de produção. É um conceito aplicável a vinhos cujas originalidades e individualidades estejam ligadas de forma indissociável a uma determinada região. Normalmente a denominação inclui também regras sobre quais uvas devem ser cultivadas e como, com definições precisas quanto a métodos de produção e procedimentos de controle, a fim de garantir a qualidade e a boa fama de um vinho de determinada região”.

⁹⁵ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1946. Sua sede é em Paris. Possui 193 Estados-Membros, 7 membros associados e 2 observadores. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 2 abr. 2013.

⁹⁶ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. Vin. srl, 2009, p.23 [tradução livre da autora].

Essas paisagens refletem seu processo evolutivo em suas formas e composições, nas tradições vividas e nos sistemas de crédito de quem interagiu na formação da paisagem. Esta se divide em duas categorias:

- Paisagens fósseis: cujos processos evolutivos são estancados, [...] no entanto suas características tornam-se materialmente visíveis.
- Paisagens vivas: aquelas que conservam um papel ativo na sociedade contemporânea [...] e ao mesmo tempo mostram testemunhos manifestados na sua evolução no decurso do tempo.
- Paisagens culturais associadas: a inscrição destas paisagens na lista do Patrimônio Mundial se justifica pela força de associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais [...] que conservam os rastros culturais.

As paisagens culturais, reconhecidas pela UNESCO, devem referenciar um valor universal excepcional, como marca singular do trabalho e da cultura do homem que as construiu. O fator de excepcionalidade de uma paisagem também contempla a cultura local. Neste sentido, referenciando o traço da excepcionalidade, Franco⁹⁷ assim o define: “Excepcional é todo o material cuja forma revela um grau de elaboração e complexidade que o torna intrinsecamente portador dos dados da cultura que o produziu”. O arquiteto demonstrou nesse aspecto que a cultura está intrinsecamente ligada à construção da paisagem, deixando os traços evidentes em suas representações, através de seus saberes e de seu patrimônio cultural.

A esse respeito, Tesi, Vallerini e Zangheri⁹⁸ acrescentam que muitas são as alternativas a serem consideradas juntamente com suas especificidades e caráter necessários para sua proteção:

⁹⁷ FRANCO, Luis Fernando N. *apud* LONDRES, Cecília. F. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC, IPHAN, 2005, p.195. De acordo com Londres (2005, p.195): “A noção de excepcionalidade é tributária das ideias de genialidade e de originalidade, [...] que põe em destaque o sujeito da criação ou o herói, ator de fato memorável”.

⁹⁸ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. Vin. srl, 2009, p.23.

O caráter de uma paisagem cultural pode ser descrito em um grande número de maneiras todas diferentes, e tão diferentes entre si quanto são diferentes as maneiras que contribuíram para sua formação. Pode-se enumerar de modo não exaustivo: a variedade do trabalho agrícola, e seu modelo, as respostas ao sistema ecológico, as relações visuais, as vistas e o panorama, as formas do terreno e a topografia, a vegetação, a presença de animais, as circulações, os sistemas e as presenças e trabalhos hidráulicos, as estruturas paisagísticas como pontes, muros e abrigos, os edifícios na paisagem, os materiais, os móveis e os objetos de artesanato. É compreendido também, o ar, o céu, o vento, o mar e o uso do solo. Todos os elementos que podem ser úteis para individualizar com clareza uma paisagem cultural. [...] Os elementos que definem uma paisagem cultural são originados de um processo criativo que modifica uma paisagem natural e que realiza uma obra combinada entre o homem e a natureza, em um momento preciso e segundo um projeto criativo⁹⁹ [tradução livre].

Dentro do contexto de paisagens culturais que esta pesquisa estuda, devem-se destacar as paisagens vitícolas mundiais que figuram na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, protegidas pela UNESCO. Cada paisagem inscrita deve possuir, no primeiro momento, um Valor Universal Excepcional¹⁰⁰ que diz respeito à sua singularidade, expressa

⁹⁹ *“Il carattere di un paesaggio culturale può essere descritto in un gran numero di maniere tutte diverse, e tanto diverse tra loro quanto sono diverse le maniere che hanno contribuito a formarlo. Si possono enumerare in modo non exaustivo: la varietà della lavorazione agricola e loro modelli, le risposte al sistema ecologico, le relazioni visuali, le vedute e il panorama, le forme dei terreni, la topografia, la vegetazione, le presenze animali, la circolazione, i sistemi e le presenze idrauliche, le strutture paesaggistiche come i ponti, le mura e i ripari, gli edifici nel paesaggio, i materiali, i mobili e gli oggetti di artigianato. Vi si comprende anch'ora, il cielo, il vento, il mare e l'uso de suolo. Tutti gli elementi che possono essere utili a individuare con chiarezza un paesaggio culturale. [...] Gli elementi che definiscono un paesaggio culturale traggono origine da un processo creativo che modifica un paesaggio naturale, e che realizza un'opera combinata tra uomo e natura in un preciso momento e secondo un progetto creativo”.*

¹⁰⁰ De acordo com a UNESCO, o Valor Universal Excepcional compreende ao menos uma dessas condições:

i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo; iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade; v. constituir um exemplo excepcional de

através de seu patrimônio cultural, e deve contemplar elementos e valores que a individualizem, com condições de integridade e de autenticidade perante as demais paisagens vitícolas. Esses valores dizem respeito a suas características referentes ao patrimônio material e imaterial¹⁰¹, em que ainda estão incluídas as características da arquitetura, da paisagem, do plano urbanístico, dos costumes e das tradições também expressas em seu folclore.

Para ser reconhecido, o referencial de integridade e autenticidade deve fazer parte de um sistema de proteção e gestão, para assegurar sua proteção. De acordo com Tesi, Vallerini e Zangheri¹⁰², “a Carta de Nara de 1994 fornece a base prática para reconhecer a autenticidade de um bem, que são esclarecidos nos seus critérios estabelecidos”.

As paisagens vitícolas, quando de sua candidatura para a lista de Patrimônio Mundial, devem ter reconhecidas por ao menos dois entre os seis critérios estabelecidos pela UNESCO. Desse modo, embora o cultivo vitícola seja milenar, apenas seis paisagens vinícolas mundiais são reconhecidas e constam na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Passa-se a descrevê-las.

1.3.1 Saint Emilion – França

A solicitação de proteção da paisagem vitícola de Saint Emilion, que pertence à região administrativa da Aquitânia, no Departamento

hábitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis; vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais). (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Representação da UNESCO no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/Brasília>. Acesso em: 28 mar. 2013).

¹⁰¹ Ver definições anteriores de patrimônio material e imaterial. Nota de rodapé 36.

¹⁰² TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.25. Carta de Nara: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conferência de Nara, de 6 de novembro de 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do patrimônio mundial, referendado pela UNESCO, ICOMOS, ICROM, realizada na cidade de Nara – Japão, em 6 de novembro de 1994. Portal IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2013.

francês de Gironde, foi proposta pela França no ano de 1998. Essa região, com suas oito comunidades, possui um valor monumental e paisagístico incontestável. Suas oito comunidades expressam como evoluiu a necessidade de sobrevivência e como, pelas suas atividades, construíram um território ímpar. “O cultivo das vinhas, a construção das cantinas, o assentamento e desenvolvimento urbano, a construção de igrejas, os monastérios e habitações criaram uma comunidade em perfeita harmonia com a topografia”¹⁰³.

Saint Emilion foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1998. Três critérios foram identificados para o reconhecimento do Valor Universal Excepcional dessa paisagem cultural:

- Critério 3 – O território de Saint Emilion demonstra um testemunho excepcional sobre uma tradição cultural e atual: a produção vitícola.
- Critério 4 – Possui exemplares arquitetônicos de qualidade, edifícios religiosos e civis na comunidade. Trata-se de uma paisagem que reflete os diversos períodos da história humana e a maneira de ocupação do território, a utilização da geografia e as condições climáticas para a criação do modo de produção vitícola.
- Critério 5 – É um exemplo notável de ocupação do território, através da representação de sua cultura. É um testemunho perfeito. A simbiose entre a terra o homem e a sua produção¹⁰⁴ [tradução livre da autora].

¹⁰³ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.31.

¹⁰⁴ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.23-25.

Figura 7 – Paisagem cultural de Saint Emilion.



Fonte: L'Office de Tourisme de la Jurisdiction de Saint Emilion (2012).

1.3.2 Wachau – Áustria

Wachau está situada na Província Federal da baixa Áustria, no Vale do Rio Danúbio. Possui uma paisagem de grande visibilidade, testemunhos materiais de sua história e crescimento por mais de dois mil anos. Sua inscrição foi apresentada ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO em 24 de junho de 1999, sendo reconhecida no ano de 2000. Está inscrita na lista com os seguintes critérios¹⁰⁵:

- Critério 2 – Wachau é um exemplo excepcional de paisagem fluvial entre as montanhas, cujo testemunho material da sua longa evolução histórica pode ser observado de maneira única.
- Critério 4 – A arquitetura, o assentamento humano e o uso agrícola das terras de Wachau ilustram o modo de vida de uma paisagem essencialmente medieval, que evoluiu de uma maneira natural e harmônica através dos séculos [tradução livre da autora].

¹⁰⁵ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.32.

Figura 8 - Paisagem cultural de Wachau.



Fonte: Austrian Tourism Board (2013).

1.3.3 Alto Douro - Portugal

O Alto Douro é uma das mais antigas regiões vitícolas mundiais, demarcada desde 1756 pela Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Ali, as videiras são cultivadas por séculos em patamares construídos com pedras irregulares de xisto, vencendo encostas inóspitas e pedregosas para o cultivo de videiras, oliveiras e amendoeiras. O saber fazer construiu paisagens humanizadas que refletem a cultura local. As formas da construção da paisagem estão sendo modificadas pela falta de mão de obra, por doenças das videiras e também pela própria evolução tecnológica que a elaboração de vinhos exige, mas “dentro de um parâmetro estabelecido pela UNESCO”¹⁰⁶. Sua delimitação como zona de produção vitivinícola é datada de 1756, estabelecendo normas para a delimitação deste tipo de território vitícola.

Foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001 com base nos seguintes critérios¹⁰⁷:

- Critério 3 - A Região do Alto Douro produz vinhos há mais de 2000 anos e a sua paisagem foi formada pela atividade humana.

¹⁰⁶ Afirmação de um enólogo do Alto Douro, em visita na demonstração da paisagem vitícola protegida, em outubro de 2012.

¹⁰⁷ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.34.

- Critério 4 – Os componentes da paisagem do Alto Douro ilustram as muitas atividades que estão associadas a vitivinicultura, terraços, quintas (vinícolas), aldeias, capelas e estradas.
- Critério 5 – A paisagem cultural do Alto Douro é um exemplo excepcional de região vitícola tradicional europeia, e reflete a evolução dessa atividade humana no tempo [tradução livre da autora].

Figura 9 - Região do Alto Douro.



Fonte: Mundo Global (2013).

Figura 10 - Região do Alto Douro 2.



Fonte: UNESCO (2013).

1.3.4 Tokaj - Hungria

A paisagem vitícola de Tokaj, localizada na região Nordeste da Hungria, vem sendo construída há mais de mil anos, desde a época Medieval. As tradições culturais refletem a utilização única do solo, permeada por dificuldades geográficas, climáticas, hidráulicas e geológicas que o homem soube vencer, tornando esse território vitícola singular. Diversos povos, como armênios, hebreus, russos, saxões, servos, polacos e romenos, trouxeram sua contribuição cultural do cultivo vitícola no decorrer dos séculos. “O dossiê com sua proposta de inscrição afirma que a região de Tokaj é a primeira zona delimitada pela sua produção vitícola do mundo, em 1737”¹⁰⁸.

Desde o ano de 2002, a paisagem vitícola de Tokaj¹⁰⁹ figura na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, com base nos seguintes critérios:

- Critério 3 – A região vinícola de Tokaj representa uma tradição vitícola original, presente há mais de mil anos, e mantém-se intacta até os dias atuais.
- Critério 5 – O entorno da paisagem da região do vinho de Tokaj compreende os vinhedos junto aos antigos assentamentos urbanos e às pequenas aldeias, que ilustram brilhantemente a forma singular do uso tradicional do solo que esta representa [tradução livre da autora].

Quanto à sua localização, a região do vinho de Tokaj está situada junto aos antigos assentamentos urbanos, nos pequenos povoados que permanecem no tempo, pela história e preservação dos saberes e fazeres do vinho, formando a paisagem com singular uso tradicional do solo. Este uso do solo que mereceu a proteção da paisagem cultural.

¹⁰⁸ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.33.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.37.

Figura 11 - Paisagem cultural vitícola de Tokaj.



Fonte: UNESCO (2013).

1.3.5 Ilha do Pico – Açores, Portugal

A Ilha do Pico está situada no arquipélago dos Açores, com a presença dos portugueses nesse lugar desde 1427. Sua localização é um ponto estratégico para a navegação desde o início de sua povoação. Seu território vitícola é composto por pedras vulcânicas, formando pequenos recintos para a produção vinícola, e sua arquitetura para elaboração de vinhos é composta pelo mesmo material. A paisagem reflete o trabalho humano, para tornar possível a produção vitícola, de modo singular e único.

Foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO no ano de 2004, com base nos seguintes critérios¹¹⁰:

¹¹⁰ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.39.

- Critério 3 e 5 – Estes dois critérios foram aplicados por serem similares.

A paisagem da Ilha do Pico reflete uma resposta única para a viticultura sobre uma pequena ilha vulcânica, depois da chegada dos primeiros colonos no século XV. A paisagem extraordinária dos pequenos campos demarcados por muros de pedra, forjados pelo homem, como testemunho do trabalho de gerações de colonos que, em uma paisagem hostil, souberam criar um modo de vida durável e um vinho de grande qualidade [tradução livre da autora].

Figura 12 - Paisagem cultural vitícola da Ilha do Pico.



Fonte: UNESCO (2013)

1.3.6 Lavaux – Suíça

Os vinhedos de Lavaux, no Cantão de Vaud, estendem-se por mais de 30 quilômetros na margem Sul do Lago Genebra, de frente para os Alpes, na Suíça. Formados por terraços de pedra construídos a partir da

intervenção do homem no território, sua produção milenar está próxima das zonas urbanas, o que ocasionou a solicitação, por seus habitantes, de proteção desse território.

Atualmente, os vinhedos conservam o papel de agregador social, resultado do modo de vida de sua população, mesmo com a evolução acelerada do mundo atual. A UNESCO recomenda que esses vinhedos tenham a denominação *Vinhedos de Terraço de Lavaux*, pois são muito representativos da atividade e da cultura de seus habitantes.

Sua paisagem está inscrita na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO desde o ano de 2008, figurando como a última paisagem vitícola reconhecida. Ela abrange os seguintes critérios¹¹¹:

- Critério 3 – A paisagem vitícola de Lavaux apresenta uma forma bem visível da sua evolução e do seu desenvolvimento por cerca de mil anos, através de paisagem e construções bem conservadas, e da continuidade e evolução das tradições culturais antigas específicas daquela região.
- Critério 4 – A evolução da paisagem de Lavaux ilustra de maneira muito viva a autoridade e a proteção dessa região vinícola altamente apreciada, que contribuiu de modo muito intenso para o desenvolvimento de Lousane e da região. Ela exerce um papel muito importante na história geocultural da região.
- Critério 5 – A paisagem vitícola de Lavaux é um exemplo de testemunho excepcional de séculos da inter-relação entre a população e o ambiente, de uma natureza muito específica e muito produtiva, otimização dos recursos locais para produzir um vinho muito apreciado, que foi um recurso muito importante para a economia local. Sua vulnerabilidade apresenta-se pela proximidade dos centros urbanos em rápido desenvolvimento, tendo suscitado medidas de proteção apoiadas e sustentadas pela população local [tradução livre da autora].

¹¹¹ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. VinSrl, 2009, p.41.

Figura 13 - Paisagem cultural de Lavaux.



Fonte: Lavaux (2013); Montreux (2013).

1.3.7 Conegliano – Valdobbiadene, Itália

Além das paisagens culturais vitícolas reconhecidas pela UNESCO, outros países, como a Itália, buscam a mesma distinção. Nesse sentido aqui é citado Conegliano, apesar de ainda não ter obtido o reconhecimento da UNESCO, pela proximidade dessa região vinícola de Bento Gonçalves. A região italiana de Conegliano Valdobbiadene¹¹² obteve, em 1969, a denominação de origem controlada do Prosecco e, em 2009, recebeu o reconhecimento do

¹¹² “Vinho branco produzido na Região do Vêneto – Itália, a partir da uva Prosecco. Até 2009, Prosecco era o nome da variedade de uva e, por muitos anos, os produtores dessa área histórica têm se centrado no nome Prosecco DOC, mais que no nome do território” (“Fino al 2009 Prosecco era il nome della varietà di uva e, per molti anni, i produttori di quella area storica hanno puntato sul nome Prosecco Doc più che su quello di territorio”) [tradução livre]. (CONEGLIANO VALDOBBIADENE. Prosecco Superiore. Verso l’UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>. Acesso em: 15 fev. 2013).

melhor Prosecco. Com isso, pode incluir na denominação de origem a palavra “superior”, pelo grau de excelência de produção dentro de uma paisagem certificada. Assim, desde abril de 2010, a região obtém a denominação de origem que se identifica como DOCG. O “G” significa a GARANTIA de um produto certificado e de melhor qualidade, juntamente com seu território cultural. Em razão disso, a região também mantém sua candidatura junto à UNESCO para o reconhecimento de suas paisagens vitícolas¹¹³.

O projeto de solicitação de proteção de sua paisagem cultural à UNESCO foi iniciado em 2008, juntamente com o Consórcio de Tutela de Conegliano e Valdobbiadene, com o seguinte objetivo¹¹⁴:

Valorizar uma paisagem vitícola extraordinária, onde as colinas, por séculos, foram bordadas de vinhedos pelo homem, que preservou o ambiente, criando uma verdadeira e própria paisagem cultural. Aqui ainda o vinho é feito à mão. A viticultura neste território soube perfeitamente integrar-se e desenvolver-se de acordo com suas particularidades geográficas, físicas e climáticas da paisagem.

¹¹³ As paisagens vitícolas são assim descritas pelo Consórcio apoiador da Região, junto à candidatura da UNESCO: “Aqui os viticultores conquistaram centímetro por centímetro da colina, criando uma paisagem única, cuja beleza é testemunho da vontade de candidatar a Área como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, percurso iniciado anos atrás. A zona de produção compreende 15 comunidades e se estende em uma área por cerca de 20 mil hectares. A videira é cultivada somente nas áreas ensolaradas das colinas, em uma altitude compreendida entre 50 e 500 metros acima do nível do mar, no entanto a área ao norte é, em grande parte, coberta por bosque”.

¹¹⁴ “È valorizzare un paesaggio viticolo straordinario, dove le coline nel corso dei secoli sono statericamatedivignetidall’uomo, che ha preservatocosil’ambiente creandoun vero e proprio paesaggio culturale. Qui ancora il vino è “fatto a mano”. La viticoltura in questo territorio ha saputo perfettamente integrarsi e svilupparsi in accordo con le particolarità geografiche, fisiche, e climatiche del paesaggio” [tradução livre]. (CONEGLIANO VALDOBBIADENE. *Prosecco Superiore*. Verso l’UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>. Acesso em: 15 fev. 2013.

Figura 14 - Região da Itália denominada Região do Prosecco Superiore.



Fonte: Conegliano... (2013).

Essa região italiana com denominação de origem do Prosecco¹¹⁵ mantém a candidatura para reconhecimento de sua paisagem cultural fundamentada também nos referenciais culturais, como a presença de uma civilização e uma cultura em seu território que atuam de forma contínua há mais de mil anos no cultivo da videira de forma singular, expressando o legado cultural através do território construído.

A candidatura tem o objetivo de preservar e proteger essa paisagem única, que se mantém no tempo através do modo de cultivo de suas videiras e na elaboração de seus vinhos.

Esse território vitícola possui encostas íngremes que somente permitem a utilização da força humana para o cultivo e a colheita das uvas, impossibilitando geograficamente a utilização de auxílio mecânico. É um referencial cultural – o cultivo e colheita manual, abordado com relevância pelo Consórcio que solicita a proteção, expressando o “saber fazer”.

O Consórcio que solicita o reconhecimento junto à UNESCO define sua paisagem vitícola e a necessidade de proteção da seguinte forma:

¹¹⁵ Prosecco: uva branca cultivada na Itália, utilizada na produção de vinhos brancos, principalmente espumantes. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.422.

As colinas de Conegliano e Valdobbiadene representam um patrimônio insubstituível, uma paisagem natural, gerada através do sacrifício e do constante trabalho do homem, que cultivou e fez nascer uma produção vitivinícola de grande excelência. Neste momento, é de vital importância o trabalho de coordenação de todas as administrações, nos diversos níveis do território, para conseguirmos a tutela desse importante recurso. É necessário fazer sentir o nosso peso como território, rico de tradições, cultura e história¹¹⁶ [tradução livre].

Outras regiões vitícolas mundiais, como as da Espanha, mantêm sua candidatura junto à UNESCO para o reconhecimento de sua paisagem cultural como fator de valorização da identidade local, estendida aos vinhos produzidos. Na Espanha, os vinhedos de La Rioja e Rioja Alavesa postaram sua candidatura no ano de 2013 para que suas paisagens sejam reconhecidas como patrimônio cultural da humanidade.

¹¹⁶ VINIEVINO. *Vinie Vino*. Disponível em: <http://www.vinievino.com>. Acesso em: 11 abr. 2013: “Le colline di Conegliano Valdobbiadene rappresenta no um patrimonio insostituibile, unpaesaggio naturale generatoanche dal sacrificio e dalcostante lavoro dell’uomoche ha portato a farnascere una produzionevitivinicoladi grande eccellenza. In questo momento diventastrategicoil lavoro dicoordinamentotratutteleamministrazioni ai diversilivellitorritoriali per riuscire a tutelarequesta importante risorsa. Bisogna far sentire il nostro ‘peso’ come territorio, ricco di tradizioni, cultura e storia.”

2 IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O VINHO



Os imigrantes não trazem somente as suas espadas, mas um invalorável patrimônio cultural intangível: idioma, música, formas de festejar, celebrar e comemorar. Também a gastronomia. São e serão os fatores de diferença cultural, chamados a integrar-se na identidade cultura local, nacional e regional.

Jorge B. Solis¹¹⁷

¹¹⁷ “Los inmigrantes solamente llevan a sus espadas, un invaluable patrimonio cultural intangible: idioma, música, formas de festejar, celebrar y conmemorar. También la gastronomía. Son y serán los factores de diferencia cultural, llamados a integrarse en la identidad cultural local, nacional o regional” (SOLIS, Jorge B. Siglo XXI: nuevos significados del patrimonio cultural y del desarrollo. Sevilla: ETSA, 2010, p.8).

2.1 Dos parreirais à Encosta Superior do Nordeste - RS

Devido às guerras e às lutas de fronteira na primeira metade do século XIX, o Rio Grande do Sul firmou-se como um dos importantes estados do Brasil. Sua capital, Porto Alegre, pela localização estratégica, era referência para todo o sul da América do Sul. O processo histórico no Rio Grande do Sul registra as guerras até a primeira metade do século XIX, que atingiram sua pecuária, dizimando os rebanhos e sua economia¹¹⁸. A partir de 1845, com o fim da Guerra dos Farrapos (1835-1845), a economia abalada se refez com a chegada dos imigrantes. Em 1824, vieram os imigrantes alemães e, 50 anos após, em 1875, os imigrantes italianos, que ocuparam as encostas íngremes da Encosta Superior do Nordeste, terras devolutas com mata virgem e ainda não ocupadas.

Vários fatores influenciaram a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. Entre eles, destacam-se: as lutas internas pela unificação que devastavam plantações, aumentando a dificuldade de sobrevivência da agricultura; a escassez de terras e as poucas possibilidades de se tornarem proprietários¹¹⁹; e a intensa divulgação das novas oportunidades nas terras promissoras da América. Os fatores econômicos, na época, dificultavam as condições de vida em toda a Europa e também na Itália. Esse foi também um reflexo da Revolução Industrial, que qualificou a mão de obra, ocasionando significativa parcela de desempregados que não se enquadravam nos padrões das fábricas, atingindo, desse modo, grande quantidade dos habitantes das pequenas localidades italianas. Também as zonas rurais, com as dificuldades de plantio, viram na imigração para a América uma forma de escapar da miséria e da fome, principalmente no período pré-unificação da Itália.

Conforme Giron¹²⁰:

¹¹⁸ SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

¹¹⁹ LAZZAROTO *apud* COSTA, Rovilio et al. *A imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974.

¹²⁰ GIRON, Loraine Slomp. A imigração Italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: imigração e colonização*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.47.

Após a unificação, a Itália continuava sendo um país agrário, regido pelas relações sociais muito atrasadas que freavam seu desenvolvimento econômico e condenavam as massas populares a miséria e a fome. Foi esta miséria o principal motivo da imigração italiana [...] Carente de minerais, como o carvão, o ferro, e o petróleo, a principal concentração industrial localizava-se no Norte, sendo a indústria têxtil a mais importante. A indústria dependente do capital externo não se mostrava capaz de absorver grande quantidade de mão de obra disponível. Esta era ocupada na maior parte na agricultura. A estrutura fundiária apresentava distorções: latifúndios no Sul e no Centro, e a pequena propriedade ao Norte. Os camponeses daquelas regiões trabalhavam pelo sistema de meias, nas terras arrendadas aos proprietários, e os destas viviam esmagados pelos impostos e pelos atrasados métodos de cultivo.

Essa situação impulsionou a imigração de italianos vindos principalmente das Regiões da Lombardia, Trento, Vêneto (a maioria) e Friuli Venezia Giulia (Fig. 15), colonizando e desbravando florestas de grandes áreas no Rio Grande do Sul, principalmente a Encosta Superior do Nordeste – a Serra Gaúcha – e a Quarta Colônia – Silveira Martins, no centro do Estado.

A imigração para o Brasil trouxe dividendos econômicos para a própria Itália com o surgimento das empresas imigratórias que agilizaram o transporte. Seus passageiros eram locados nos navios de acordo com o poder econômico, determinando, desse modo, o conforto da viagem.

Figura 15 - Localização das regiões italianas com maior fluxo de emigrantes vindos para a Serra Gaúcha.



Fonte: baseado em Vinho do Mundo (2013).

As colônias de Conde d'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) foram criadas em 1870 pelo Ato de 24 de maio do presidente da Província, João Sertório (Fig. 16), com uma área de 24 léguas cedidas pelo Governo Imperial¹²¹. A referida colônia gerava também dividendos para este, pois, de acordo com a Lei das Terras¹²², na medição e marcação dos lotes, os engenheiros e agrimensores determinavam onde seria

¹²¹ COSTA, Rovilio *et al.* *A imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974, p.19.

¹²² De acordo com Loraine Slomp Giron (*80 anos de lutas: 1929-2009 – a Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vinícola Gaúcho*. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.19): “Em 18 de setembro de 1850, foi promulgada pelo Governo Imperial brasileiro a Lei nº 601, que se tornou conhecida como a Lei de Terras. A Lei determinava que a partir da data de sua publicação as terras só poderiam ser adquiridas através de compra. [...] Os recursos arrecadados, tanto da legislação da posse como da legitimação da propriedade da terra, foram destinados à medição das terras e na importação de colonos livres. [...] Entre 1850 e 1889 foram criadas cerca de 250 colônias para estrangeiros, das quais 78% eram privadas e 22% oficiais. Sendo a privada a maior parte da terra destinada a empresas de colonização, a **especulação fundiária** se instalou. O governo transferiu os lucros para os particulares, reservando para o setor público o ônus do empreendimento” (grifo nosso).

localizado o centro urbano da colônia: igreja, escola, cemitério, entre outros.

Segundo Pelanda¹²³, as terras habitadas por imigrantes eram terras devolutas:

O temor dos índios e das feras mantinha afastada dali a população continentina interessada apenas nos campos de criação. [...] Dona Isabel, colocada à direita da ‘estrada’, tinha ao Norte o rio e ao Sul terras que permaneciam virgens, cedidas pelo Governo Imperial a Inácio José de Moura, Luiz Antônio Feijó e a um cidadão Machado, e a Leste terras devolutas.

Figura 16 - Núcleos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul - Umberto Ancarini, 1905.



Fonte: baseado em De Boni (1983).

¹²³ PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'Ávila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p.38.

O marco da imigração italiana, em 1875, foi o Distrito de Nova Milano, Município de Farroupilha (Fig. 17). Posteriormente, a imigração irradiou-se por toda a Serra Gaúcha. De acordo com Frozi e Mioranza¹²⁴, assim se estabeleceram os primeiros núcleos de imigrantes italianos:

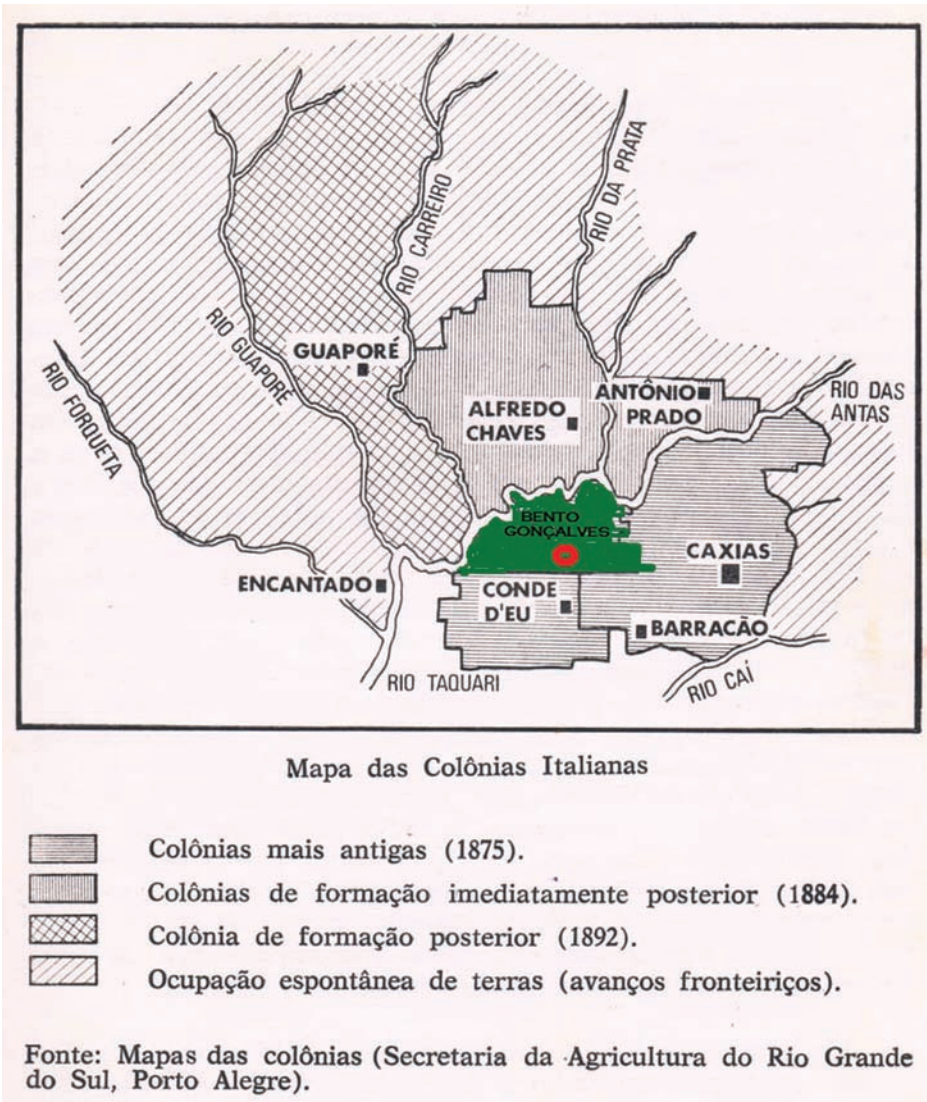
A primeira comunidade, segundo dados históricos, foi Nova Milano¹²⁵, constituída de imigrantes lombardos (milaneses e bergamascos). Com a criação das Colônias Dona Isabel e Conde d'Eu surgiram os núcleos de mesmo nome e Nova Milano passou a ser considerada uma comunidade já constituída; [...]

Deste modo, a comunidade de Nova Milano fica colocada como primeiro marco da imigração italiana, e passa para um segundo plano de polo irradiador. Esta função, já a partir de 1875 e, de modo mais marcante a partir de 1876, é exercida pelos três novos núcleos criados em 1876. [...] Destes destacava-se desde o início o núcleo de Caxias, por dominar uma região mais extensa e por se situarem os núcleos de Dona Isabel e Conde d'Eu muito próximos um do outro. [...] Sob a área de influência do núcleo de Dona Isabel estavam todos os lotes periféricos e a superfície Norte, Leste e Noroeste de Dona Isabel em direção ao rio das Antas.

¹²⁴ FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, p.46.

¹²⁵ Nova Milano é o 4º Distrito do Município de Farroupilha, localizado na saída da cidade em direção à capital do Estado, às margens da RS 122. O distrito é conhecido como berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul por ter sido o marco inicial na colonização italiana no Estado.

Figura 17 - Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul.



Fonte: baseado em Frosi e Mioranza (1975).

A partir da imigração italiana, a agricultura, a indústria e as exportações começaram a ganhar vulto em toda a região. Disto decorre a abertura de estradas de ferro para o escoamento da produção, mantendo a circulação da população até a capital e as novas áreas, agora habitadas.

2.2 O vinho: da Villa Lagarina, na Itália, à Linha Leopoldina, no Rio Grande do Sul - Brasil

No Brasil, o povoamento da Linha Leopoldina – Bento Gonçalves, primeiro núcleo do Vale dos Vinhedos, iniciou-se com os 13 casais imigrantes italianos que se estabeleceram nos lotes 27 e 33 em 24 de dezembro de 1876, todos originários de Pedersano (Fig. 18), pertencente à Região de Vila Lagarina¹²⁶ (Fig. 19), localizada na Província Autônoma de Trento – Itália. Essa Província Autônoma compreende o Alto Adige e o Südtirol Austríaco, que foi anexado definitivamente da Áustria à Itália dez anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1929. É essa a razão de os trentinos serem chamados de “austríacos”.

Figura 18 - Localização da Província Autônoma de Trento no Norte da Itália e da Villa Lagarina, com a situação e localização de Pedersano.



Fonte: Azienda per... (2013).

¹²⁶ O Vale dell'Adige pode ser observado através do percurso do Rio Adige, que atravessa a Província Autônoma de Trento (Itália) e, seguindo seu curso, entra na região do Vêneto através de Verona, atingindo a Pianura Padana, região de planícies da Província Vêneto. A Villa Lagarina é uma região formada por 17 municípios, entre eles Pedersano. (VILLA LAGGARINA: In: Wikipédia. Disponível em: <http://www.http://it.wikipedia.org>. Acesso em: 6 maio 2013) [mapa editado pela autora].

A região de Villa Lagarina foi demarcada ainda no antigo território da Récia (*Raetiaou Rhaetia*, em latim), uma província do Império Romano. Abrangendo os Alpes italianos, parte da Lombardia e países vizinhos de hoje, como Suíça, Tirol e parte da Alemanha, estende-se por 166 quilômetros ao longo do Rio Danúbio. Trento, hoje capital da Província, era uma de suas principais cidades, atravessada por duas grandes linhas de estradas romanas que passavam por Verona (Vêneto), indo além dos Alpes Trentinos.

Figura 19 - Demarcação de Villa Lagarina durante o Império Lombardo (séc. V ao VII).



Fonte: baseado em Adami e Giordani (1994).

A população dessa região era de origem etrusca (Fig. 19 e 20) quando os romanos a conheceram. Como as tribos celtas tinham a posse territorial, originou-se uma mescla de povos. Os habitantes da Récia, os récios, eram também considerados, em parte, tribos celtas. Embora fosse uma região montanhosa, sobrevivia com a criação de gado e o corte de lenha, sendo esse povo pouco voltado à agricultura, com comércio de mel, cera e queijo. No entanto, o vinho era produzido juntamente

com os grãos nos vales férteis e era considerado de igual qualidade em comparação com os vinhos da Itália. O imperador romano Augusto preferia o vinho da Récia a qualquer outro¹²⁷.

Figura 20 - Território da Região Lagarina, início do século XVII.



Fonte: Adami e Giordani (1994).

No Norte da Itália, o cultivo da videira é de tempos ancestrais. Os povos que ali habitavam também superaram dificuldades geográficas e todas as adversidades presentes naqueles territórios, adaptando as variedades vitícolas ao clima e ao solo e criando uma paisagem própria. O Vale Lagarino (Fig. 21) era o caminho que os intelectuais europeus percorriam para chegar a Roma, atraídos pelo prestígio que a Itália havia adquirido no período do Renascimento.

¹²⁷ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino: storia di un percorso del vino nel territorio del Comum Comunale Lagarino*. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.21.

De acordo com Adami e Giordani¹²⁸, ao passar pelo Vale Dell'Adige em setembro de 1786, Goethe assim se referiu à paisagem vitícola que encontrou no caminho:

Aos pés dos montes e colinas são cultivadas as videiras. Entre as longas fileiras estão plantadas as estacas e as uvas escuras pendem graciosamente, [...] também no fundo do Vale a uva é cultivada em longas fileiras, no meio surge o trigo.

Figura 21 - Vale Lagarino e seus vinhedos, em 1786, na visão de Goethe.



Fonte: Adami e Giordani (1994).

Informam ainda os autores¹²⁹ que, no início de 1800, a economia vitivinícola de todo o território Lagarino foi fortemente atacada pela Guerra Franco-Austriaca. Em sua passagem, os exércitos destruíram as plantações, os animais foram tomados para treinos, adicionados todos os provimentos de alimento necessários às tropas, e também o vinho. Com o fim da guerra, seguiram-se grandes reformas políticas e administrativas

¹²⁸ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino: storia di un percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino*. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.58.

¹²⁹ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino: storia di un percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino*. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.58.

que permaneceram imutáveis por séculos, como a abolição dos serviços feudais.

Em 1850, a grande epidemia de oídio¹³⁰, que foi uma praga devastadora no Vale Lagarino, comprometeu a colheita por anos, fato também ocorrido nas plantações vitícolas mundiais, como na França e nos países próximos, causando uma crise global que durou quase meio século. O cultivo do bicho-da-seda também foi atingido por uma grande nevasca e, desse modo, os habitantes ficaram sem suas duas maiores entradas econômicas: o bicho-da-seda e o vinho. Essas condições contribuíram para que muitos imigrassem para o Brasil em 1875¹³¹.

Os imigrantes trouxeram práticas de cultivo, colheita e elaboração dos vinhos, mesmo com variedades diferentes em razão do tipo de solo, clima e ambiente propícios para se desenvolverem. Carlo Giordani, morador de Pedersano – Trento – Itália, aponta, na obra de Mariano Giordani¹³², a ligação dos habitantes do território trentino com o cultivo vinícola:

É possível encontrar em escavações arqueológicas no Trentino a presença de sementes de uva, madeira de videiras, e as ferramentas para o cultivo e a vinificação no período denominado *Rhaetiano* século IV a.C. Há diferença, entretanto, da cultura vinícola mediterrânea, que utilizava recipientes de cerâmica cozida para o armazenamento e o transporte de vinho. Na faixa dos Alpes trentinos, encontraram os primeiros barris de madeira. É reconhecida nesta época uma forte assimilação cultural da realidade do Vale Lagarino com as colinas da Região de Verona – Itália, reconhecidas da época Romana e da Idade Média. [...] É fácil de imaginar dada a antiguidade da prática vinícola, que como aqui em Pedersano, é de origem muito antiga escavações arqueológicas no Trentino a presença de sementes de uva, madeira de videiras, e as ferramentas para o cultivo e a vinificação no período denominado

¹³⁰ Oídio: doença da videira provocada pelo fungo *Uncinulanecator*, que ataca as folhas e os frutos, e cujo sintoma é um pó esbranquiçado. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.382.

¹³¹ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino: storia di un percorso del vino nel territorio del Comum Comunale Lagarino*. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.58.

¹³² GIORDANI, Mariano. *Pedersano racconto storico di un paese Lagarino*. Trento, Italia: Alcione, 2011, p.203.

Rhaetian do século IV a.C. [...] O agricultor da Idade Medieval ritmava suas intervenções no território vitícola de acordo com as técnicas aprendidas de gerações. Por séculos os agricultores locais lutaram contra a natureza inclemente, conquistando metro por metro de uma terra improdutiva e difícil. A prática da colheita permaneceu inalterada até poucas décadas atrás. Chegava o dia da colheita, as uvas eram cortadas cuidadosamente e colocadas em recipientes chamados de conzal, grandes recipientes de madeira, carregados nas costas, que derramavam seu precioso conteúdo nas pipas colocadas nos carros agrícolas. Geralmente a uva era pisada ainda no campo com os pés, ou por meio de um “mostarol”, pilão de madeira¹³³.

A condução dos vinhedos em Pedersano, da qual deriva sua paisagem vinícola, as primeiras verificações registradas constam desde o século XIV, e, segundo Adami e Giordani¹³⁴: “[...] não deixam dúvidas sobre o fato que, em todo o Vale dell’Adige¹³⁵, esta era cultivada alta e precisava, no entanto, de tutores que a sustentassem”.

Os mesmos autores descrevem o tipo de sustentação: Estas sustentações podiam ser de dois tipos: esteios vivos¹³⁶,

¹³³ Em italiano: “É possibile riscontrare in Trentino dagli scavi archeologici la presenza di vinaccioli, legno di vite, non che utensili per la coltivazione e vinificazione nel periodo c.d. retico a partire dal IV secolo a.C. La differenza però della cultura vinaria mediterranea che utilizzava contenitori in cotto per la conservazione e il trasporto del vino, nella fascia alpina trovarono origine le prime botti di legno. Si riscontra in tale epoca una forte assimilazione culturale della realtà lagarina con le colline veronesi che continuerà rafforzandosi in età romana e nel Medioevo [...] è facile immaginare, vista l’antichità dell’insediamento come anche quella della viticoltura sia di origine antichissima. Anzi si può affermare sia stata l’unica pratica agricola che da secoli ha continuato ininterrottamente e continua tutt’oggi ad essere praticata sul territorio. [...] Il contadino medioevale ritmava nei propri interventi seguendo tecniche consolidate tramandate da generazioni. [...] Per secoli i contadini locali hanno dovuto lottare contro una natura inclemente conquistando metro per metro una terra avara e difficile. [...] La pratica della vendemmia rimase immutata fino a qualche decennio fa. Arrivava il giorno fissato per l’inizio della vendemmia, i grappoli tagliati con piccole roncole venivano con cura raccolti nelle “conzali”, grandi bigonze in legno che portate a spallaversavano il prezioso contenuto nelle botti “castelade” sistemate sui carri. Generalmente l’uva veniva pigiata ancora sul campo con i piedi o per mezzo del “mostarol” un grande pestello di legno”.

¹³⁴ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino*: storia di un percorso del vino nel territorio del Comune Comunale Lagarina. Rovereto, Italia: Stella, 1994.

¹³⁵ Ver localização na Fig. 41, a seguir.

¹³⁶ Os **esteios vivos** referem-se à condução das videiras através de árvores, também frutíferas, fazendo um consórcio e integração de culturas. Em 1700, era usual esse modo de condução com a árvore amoreira, que produzia as folhas para o cultivo do bicho-da-seda, como é possível

segundo a consolidada tradição romana, e esteios mortos. No território Lagarino os dois tipos eram empregados.

As sustentações vivas, chamadas de “altas”, eram constituídas na maioria por árvores de *acero campestre* [...] As sustentações mortas eram as estacas, as varas compridas, le latte¹³⁷ [...] somente da árvore chamada de *Larice*. Nos tempos mais recentes, vêm sendo empregadas outras variedades, como a castanha e acácia. [...] Na área rural Lagarina, no século XVII, era intensamente cultivada a uva em pergolados.

Figuras 22 e 23 - Formas de condução e sustentação das videiras em xilogravuras (séc. XVI e XVI). Condução consorciada com tutores vivos, aqui representados pela árvore amoreira, base da alimentação do bicho-da-seda produzida nas regiões trentina e brasileira.



Fonte: Adami e Giordani (1994, p.51).

observar na Fig. 45. Para os **esteios mortos** de sustentação eram utilizadas varas e estacas, formando as pérgolas.

¹³⁷ Segundo Carlo Giordani, morador de Pedersano: “Latte é um vocábulo do dialeto que atualmente não usamos mais, mas significa longas estacas de madeira, que se utilizavam para bater as árvores de nozes e castanhas, do modo a fazer caírem no chão as frutas. Larice é uma árvore muito comum, encontrada nas nossas montanhas” [entrevista concedida em 1º de maio de 2013] [tradução livre].

A forma de plantio consorciada com tutores vivos estava presente em toda a Itália, com algumas diferenciações de tutores vivos ou de condução.

De acordo com Johnson¹³⁸:

A Itália e os demais países concordavam que seus vinhos se dividiam em duas categorias: os resultantes de videiras cultivadas em árvores – que constituíam a grande maioria – e os resultantes das videiras cultivadas em tanchões, como se fazia 2 mil anos antes nas áreas de influência grega. [...] As videiras eram (e ainda são) cultivadas em árvores, para economizar espaço, e muitas vezes convivem com outra cultura no mesmo campo. [...] No alto Adige se encontraram e se fundiram as tradições vinícolas do Norte e do Sul dos Alpes.

Figura 24 - Plantio vitícola na Itália, consorciado com tutores vivos (árvores)
É um costume herdado dos etruscos que ainda pode ser observado ainda em alguns locais para a preservação de costumes.



Fonte: Johnson (1999).

¹³⁸ JOHNSON, Hugh. *A história do Vinho*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.456.

A abordagem do sistema de plantio vitícola trentino é referenciada na pesquisa para verificar as semelhanças das técnicas usadas na condução das videiras, elemento fundamental na composição da paisagem vitícola no Vale dos Vinhedos. O sistema de plantio e a condução tradicional das videiras da Região do Trentino Alto Adige é a pérgola trentina, que se consolidou como importante elemento da paisagem vitícola, a qual é adaptada e construída para vencer os desníveis íngremes das montanhas e dos vales onde é cultivada a videira.

A pérgola trentina também está presente em algumas províncias da Região do Vêneto, na Itália, com algumas modificações em sua estrutura (ver localização da Região do Vêneto no mapa da Itália, Fig. 15).

Figura 25 - Pérgola Trentina presente no atual território trentino.



Fonte: Castaldi (2011).

Classificada como um sistema de condução horizontal, a pérgola assemelha-se muito à condução latada encontrada no Vale dos Vinhedos. A forma de condução é realizada horizontalmente para maximizar a interceptação da luz solar, ocasionando melhor aproveitamento dos terraços nas encostas íngremes e proteção contra a incidência excessiva do sol, para evitar queimaduras solares nas uvas¹³⁹.

¹³⁹ CASTALDI, Riccardo. *Pérgola trentina*: forma de condução no Trentino, Alto Adige. L'Informatore Agrario, Verona, Itália, S.r.l., n.48, p.47-49, 2011 [tradução livre].

Figura 26 - Pérgola trentina dupla.



Fonte: Castaldi (2011).

A condução com a pérgola trentina (Fig. 26) ainda é encontrada na Região do Trento, mas gradativamente vem sendo substituída pelo plantio em espaldeira, incluindo a substituição dos varietais autóctones por varietais comerciais. O plantio em espaldeira oferece melhor mecanização no cultivo e na colheita, pela escassez da mão de obra disponível, fato que se verifica em outros territórios vitícolas mundiais e que compromete a preservação do legado histórico (Fig. 27).

Figura 27 - Adubação das videiras sob a pérgola trentina, em torno de 1900-1910, na Villa Lagarina.



Fonte: Adami e Giordani (1994, p.59).

Figura 28 - Pérgola trentina na Villa Lagarina (2013).



Fonte: Mattedi (2013).

A Fig. 28 demonstra o plantio atual com condução em pérgola trentina na Villa Lagarina. Mais exemplos podem ser verificados no Anexo 1.

Na Linha Leopoldina e região, os imigrantes aplicaram as técnicas e práticas do cultivo vitícola empregadas na Itália, adaptando a condução das videiras aos materiais disponíveis e encontrados no lugar.

2.3 Construção da paisagem vitícola na Linha Leopoldina

Os imigrantes chegados em 24 de dezembro de 1875 abriram estradas a braço durante cinco dias e formaram suas clareiras com os lençóis¹⁴⁰ trazidos na bagagem, iniciando, assim, o primeiro núcleo habitado da Linha Leopoldina¹⁴¹.

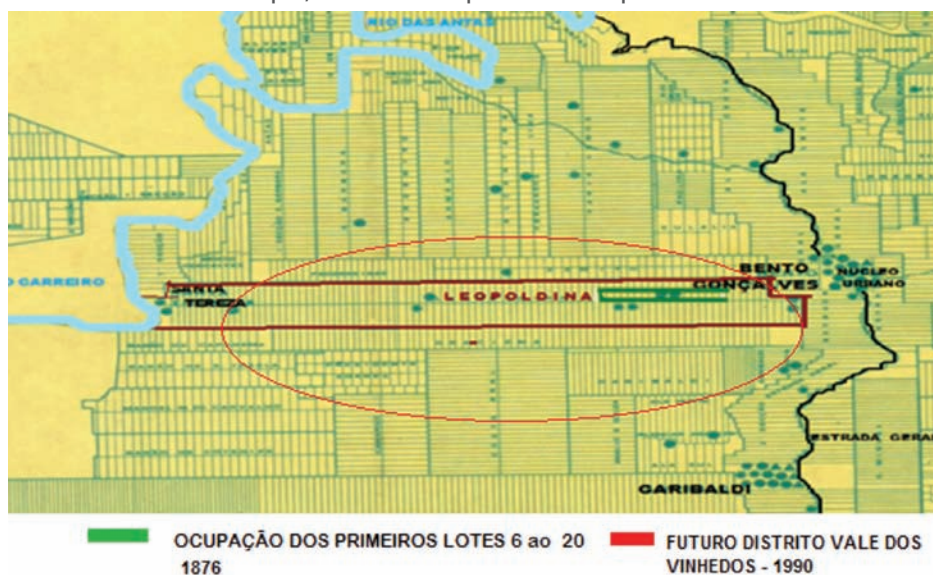
¹⁴⁰ De acordo com Rovilio Costa *et al.* *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974, p.76: “Nos relatos de 13 casais, que se estabeleceram nos lotes 27 (7) e 33 (6) em Dona Isabel, ano de 1876, [...] Lazaro Giordani acompanhado dos seus parentes e irmãos encararam esportivamente a situação de privação ao chegar ao Rio Grande do Sul. O primeiro problema enfrentado foi o da moradia e das estradas. Com apenas um facão, abriram em 12 horas cinco quilômetros de estrada, até chegar aos lotes 27 e 33. [...] O problema estava na moradia, [...] tábuas e madeiras, como obtê-las? Alguém teve a feliz ideia de utilizar os lençóis de algodão e cobertas que trouxeram e transformá-las em telhado provisório”.

¹⁴¹ Afirma Enuc Giordani: “O nome linha Leopoldina é em homenagem à princesa do Brasil, Leopoldina. As primeiras famílias que povoaram este lugar tomaram posse no dia 31 de

Todas as dificuldades de adaptação nas novas terras e a construção do novo território estão relacionadas ao cultivo da videira. Lorenzoni¹⁴² descreve o início da ocupação e os detalhes de sua formação:

Leopoldina é o nome de uma das primeiras Linhas da ex-Colônia Dona Isabel. [...] Conta ela com cerca de 180 lotes rurais de 220 metros de frente por 1.100 de comprimento, todos já ocupados. [...] Os primeiros colonos aqui chegados, quase todos de Trento, estabeleceram-se nos primeiros lotes da referida Linha Leopoldina.

Figura 29 - Divisão das colônias italianas na Região de Bento Gonçalves. Em destaque, a Linha Leopoldina e os primeiros lotes.



Fonte: baseado em Costa e Batistel (1983).

dezembro de 1876, ocupando os Lotes 06 a 20. Em 31 de janeiro de 1877, tomaram posse mais 135 famílias, sendo algumas delas: Giordani, Zorer, Larentis, Cinzatti, Angheben e outras, ocupando os Lotes 22 a 60. No ano de 1878, chegaram mais 25 famílias, em 1879, mais 17 famílias e, em 1880, mais 3 famílias ocuparam seus lotes, sendo todos eles pagos entre os anos de 1877 a 1896" [entrevista concedida à autora em janeiro de 2012].

¹⁴² LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.93.

A construção da paisagem vitícola nas novas terras não tardou a aparecer, mesmo com as dificuldades apresentadas no primeiro momento. Desse modo, estabeleceram no novo território uma configuração própria do lugar, formando uma paisagem a partir da cultura dos que a produziram.

Os instrumentos de análise da construção do território estão ligados de um modo próprio, balizando o território construído, fruto da ação que o homem travou com o meio, e resulta na paisagem construída.

Na análise das paisagens, sob a luz da arqueologia, Farinetti¹⁴³ destaca os fatores que se evidenciam na construção da paisagem: “A paisagem pode ser definida como uma junção de características sinérgicas físicas e culturais que lhe dão caráter e variedade ao território e dão forma a um ambiente vivido e percebido”. Portanto, o território revela a continuidade histórica do homem sobre o ambiente, expressando sua ação transformadora do espaço natural.

Rebanda¹⁴⁴ afirma que existe uma interação entre o território vitícola e seus atores principais:

Ingredientes essenciais para a construção de um território são o espaço e o Homem, tendo como denominador o factor “tempo”. É nesta temporalidade que se sucedem as diversas paisagens, resultantes da interacção do homem com o meio, mediante estímulos conjunturais e conforme a muito lenta evolução das estruturas sócio económicas subjacentes. [...] A construção das sucessivas paisagens decorre de diferentes modos de vida e estratégias de ocupação, variáveis consoante os períodos históricos em que ocorreram.

A trajetória dos imigrantes italianos nas novas terras, marcando todo o território da Serra Gaúcha através de sua cultura¹⁴⁵, foi amplamente descrita por vários autores nestes 138 anos (1875-2013)

¹⁴³ FARINETTI, Emeri. *I paesaggi in archeologia: analisi e interpretazione*. Roma: Carocci, 2012, p.9.

¹⁴⁴ REBANDA, Nelson C. A evolução da paisagem agrária no Douro Superior. In: SOEIRO, Teresa et al. *Viver e saber fazer: técnicas tradicionais na Região do Douro*. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainho & Neves, 2000, p.241.

¹⁴⁵ “Não há uma cultura-tradição, que não seja ligada a uma dada sociedade histórica e geograficamente situada. Uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente

da imigração italiana no Sul do Brasil. Desnecessário, nesta pesquisa, reproduzi-la novamente. Alguns autores pesquisaram incansavelmente e registraram toda a história de chegada, posse, marcação do território e construção da paisagem. Essas referências podem ser encontradas em Costa e Batistel¹⁴⁶, retratando costumes, usos e tradições, e a maneira como os imigrantes começaram a nova vida. De Boni¹⁴⁷ descreve, em seus vários livros, a colonização dos imigrantes italianos, seu estabelecimento e a constituição de suas famílias na Serra Gaúcha, enquanto novas terras eram povoadas em outros estados brasileiros.

O ato de migrar para um novo território a fim de produzir e estabelecer novas relações sociais e culturais tem um significado maior do que buscar novas terras para viver. O valor dos componentes culturais dos colonizadores sobre o território é expresso em suas representações, como sinaliza Froner¹⁴⁸ em seu estudo *Patrimônio cultural: tangível e intangível*:

[...] As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. As palavras **cultura, culto e colonização** advêm do latim e derivam do mesmo verbo “colo”: “eu moro, eu ocupo a terra”, e por extensão, “eu trabalho, eu cultivo o campo” (BOSI, 1982, p.11). A cultura remonta à própria origem do trabalho, mas, assim como o conceito de raiz, passou a ser interpretada como todo o conjunto de manifestações e expressões que constroem a identidade de um povo: sua compreensão ultrapassa a existência física. A raiz, por sua vez, deixa de ser percebida a partir de uma anatomia vegetal, para configurar-se no terreno da percepção mental: torna-se sinônimo de origem do modo de ser, ver, agir e de se relacionar com o mundo.

da sociedade que a alimenta” (WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p.13).

¹⁴⁶ COSTA, Rovilio; BATISTEL, Arlindo B. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. Vol. 2 e 3./COSTA, Rovilio; COSTELA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo, J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974./COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.

¹⁴⁷ DE BONI, Luis Alberto. *Farl’ América*. Porto Alegre: Riocell, 1991.

¹⁴⁸ FRONER, Yacy-Ara. *Patrimônio cultural: tangível e intangível*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Ieds, 2009. 220 p.; il. (Arquitetura & Cidade).

Através do Programa Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul (Projeto ECIRS), ligado à Universidade de Caxias do Sul, Ribeiro e Pozenato¹⁴⁹ estudaram e pesquisaram por mais de 25 anos a cultura de toda a região, pontuando, enriquecendo e formando, desse modo, um grande acervo cultural da colonização italiana, conforme descrevem:

Misto de investigação científica e de programa de ação cultural, ele contribuiu fortemente para que as comunidades descendentes dos imigrantes italianos melhor se compreendessem a si mesmas e também para que, em decorrência desse conhecimento, passassem a zelar com mais cuidado por seu variado patrimônio cultural.

A arquitetura da imigração italiana foi registrada por Posenato¹⁵⁰ em seus detalhes construtivos e materiais utilizados, tornando-se uma obra de referência quando se menciona a arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Frozi e Mioranza¹⁵¹ relataram os processos de formação, evolução da língua falada, chamada de dialeto*, e a integração das comunidades ítalo-brasileiras no Nordeste do Rio Grande do Sul, assim como muitos outros autores.

2.4 Cultivo vitícola no Brasil após a imigração italiana

O cultivo de uva e a elaboração de vinhos foram introduzidos no Brasil pelos jesuítas; no entanto, no Período Colonial, que vai de 1500 a 1822, Portugal impunha restrições a suas colônias, que não podiam

¹⁴⁹ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

¹⁵⁰ POSENATO, Julio. *A arquitetura da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

¹⁵¹ FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975. *Dialeto = de acordo com esses autores.

cultivar nem industrializar frutas, temendo a concorrência, dada a facilidade de produção favorecida também pelo clima tropical.

Segundo Gobbatto¹⁵², a produção vitícola no Brasil tem registro desde 1700:

O Dr. Philipe Westin C. de Vasconcelos, Professor da Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, de Piracicaba, em seus “Subsídios de Ampelologia”, relata que a videira era conhecida na Bahia ainda em 1567, e que, em São Paulo, já em fins de 1700, com a uva que ali se colhia, preparava-se vinho primoroso. Por sua vez, Lacordaire, em 1824, considerava São Paulo e Rio Grande do Sul como os principais vitivinícolas do país.

Na realidade, as primeiras cepas de parreiras foram introduzidas no Brasil pelos portugueses, que procuraram espalhá-las em muitos recantos por eles habitados. [...] O desenvolvimento das videiras devia ser tão promissor que o Governo Português, tempos depois, para prevenir um eventual concorrente à indústria vitivinícola do reino, procurou por todos os meios dificultar a difusão da viticultura brasileira. [...] No Rio Grande do Sul, a colonização alemã, que se iniciara em 1824, aproveitava, alguns lustros depois, mudas Isabel, Concord e outras Labruscas, aparecidas no Rio Grande do Sul entre 1840 e 1850, para a formação de caramanchões nas proximidades de suas casas.

Na época da independência do Brasil, em 1822, produzia-se no país um vinho para o consumo interno e de baixa qualidade, como observou Saint-Hilaire¹⁵³ em viagem ao Rio Grande do Sul, entre os anos de 1820 e 1821.

¹⁵² GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Vol. 1: Viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940, p.19.

¹⁵³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p.34. Diz o autor: “[...] A vinha prospera muito bem. Algumas pessoas fabricam vinho, porém de qualidade inferior e sem aceitação. A elite usa os vinhos generosos do Porto e, como o pouco que se faz no Brasil, está bem longe de ser bom e [...] isso conduz o desânimo àqueles que se dedicam a experiências de enologia. [...] Somente vantagens, e grandes, terá a introdução geral de uma espécie qualquer de fabrico de vinho no Brasil, devendo o governo encorajar, por todos os meios possíveis, a plantação da vinha e a fabricação do vinho nas regiões do Brasil”.

Com a chegada dos imigrantes italianos/trentinos, a partir de 1875, o plantio das videiras e a elaboração dos vinhos tomou forma, passou a produzir resultados e transformou-se em um fator econômico relevante no Brasil, principalmente para as novas colônias¹⁵⁴. No dizer de Giron¹⁵⁵, “[...] aos poucos os parreirais foram ocupando as encostas íngremes e criando uma nova paisagem na Encosta do Planalto Meridional da região, que mais tarde ficou conhecida como Serra Gaúcha”.

O hábito do consumo de vinho e o cultivo vitícola acompanharam os imigrantes, como retratou Lorenzoni¹⁵⁶, um imigrante italiano da Região do Vêneto, na Itália, em sua viagem de imigração para o Brasil a bordo do vapor Colombo, em fevereiro de 1878. O autor descreve a proximidade das famílias italianas com o vinho, em suas refeições a bordo:

Para cada família, distribuía-se o necessário para as refeições, isto é, bandeja, copos, pratos, talheres, xícaras; todos os objetos eram de folha e junto com eles foi entregue um barrilzinho de madeira com a capacidade de cerca 3 litros, para colocar a bebida. Foi servido o jantar, tantas rações quantos membros da família e, além do pão, um quarto de litro de vinho para cada pessoa. [...] Tudo em abundância, além do pão fresco e vinho, que nos era servido todos os dias. Aos domingos, na refeição do meio dia, a ração do vinho era duplicada; completando o almoço, distribuía um bom prato de frutas secas para cada família.

Nem todos os imigrantes tiveram na viagem a bordo do navio oportunidade de refeições regradas, com distribuição de vinho, como relata Lorenzoni. Para a grande maioria, a viagem foi sinônimo de sofrimento e perdas, mas a possibilidade de comprar suas terras era o estímulo que os movia na travessia do oceano.

¹⁵⁴ Colônia era o termo utilizado para designar as regiões de assentamento dos imigrantes italianos.

¹⁵⁵ GIRON, Loraine S. *80 anos de lutas: 1929-2009 – a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho*. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.13.

¹⁵⁶ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.25.

O gosto pelo consumo e elaboração do vinho e a produção vitícola no Brasil foram os elos com a terra de origem desses imigrantes que, tão logo estabelecidos e ao verem supridas as primeiras necessidades de abrigar, plantar e produzir para o sustento familiar, iniciaram a plantação das videiras (Fig. 30).

Figura 30 - Produção vitícola em torno da década de 1930, em Bento Gonçalves.



Fonte: acervo Roali Majola (2013).

Não há uma definição precisa sobre a forma de chegada dos bacelos¹⁵⁷ de videira até a Serra Gaúcha. De acordo com relatos orais, os primeiros plantios de videiras foram realizados pelos imigrantes alemães, que faziam parte de uma segunda experiência de imigração de colonos livres para o Brasil, sendo que na primeira, na Bahia, em 1819, não se observaram resultados positivos.

¹⁵⁷ Bacelo: ramo retirado de uma videira e utilizado para a formação de uma nova planta. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.62.

Sobre esse período de imigração, Caprara e Luchese¹⁵⁸ afirmam:

Em 1824, uma nova experiência, com melhores preparativos, se fez na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1824 e 1830, entraram aproximadamente 5.000 colonos alemães que se estabeleceram às margens do Rio dos Sinos, na Feitoria do Linho Cânhamo. A importância e o sucesso fizeram desta experiência o marco inicial da colonização no Brasil.

No Vale dos Vinhedos, os primeiros bacelos de videiras de uvas americanas – de acordo com relato oral de Elya Paulo Giordani¹⁵⁹ – ilustram a forma como chegaram à Família Giordani e aos demais vizinhos na Linha Leopoldina, os quais deram origem à produção vitivinícola no Vale dos Vinhedos, que se expandiu pelo Município e pela região:

Meu pai contava que meu avô, Lázaro Giordani, mais ou menos um ano depois de chegar (1877-78) – vindo de Pedersano, Villa Lagarina, Trento, território austro-húngaro – por causa do dialeto falado na Áustria, entendia bem a língua alemã, fazendo-se entender com os imigrantes alemães instalados em São Sebastião do Caí, que produziam uva. Meu avô, com seu cavalo, foi até lá e voltou com uma carga de bacelos, que distribuiu até esgotar a carga para as famílias da Linha Leopoldina. Mas não tinha arame para a sustentação das videiras, como existe agora; eram sustentadas por cipós, abundantes na região.

Desse modo, o homem e as videiras formaram uma parceria indelével em solo fértil depois de dominado, marcando a paisagem até os dias atuais. Tal entendimento das trocas efetivadas pelos imigrantes

¹⁵⁸ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.15.

¹⁵⁹ Elya Paulo Giordani, neto de imigrantes trentinos, nasceu, viveu e morreu (com 89 anos, em 2010) na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos [entrevista concedida a seu filho Edgar Luis Giordani em 1º de maio de 2006].

com seu novo território ganha relevância na criação e formação de uma identidade cultural própria, como apontam Ribeiro e Pozenato¹⁶⁰:

A identidade cultural própria da região de imigração italiana construiu-se em função de diferentes fatores que ainda merecem estudos mais aprofundados. Alguns deles, no entanto, podem desde já ser apontados se não como determinantes, ao menos como condicionantes do processo ocorrido.

Um primeiro fator é o que aponta para a própria origem dos imigrantes. Sua quase totalidade era composta por camponeses, e quase todos eram provindos do Norte da Itália, sendo que a maioria era das províncias do então denominado Tri-Vêneto. A peculiaridade cultural desse grupo como sua relativa homogeneidade são elementos de grande importância para a configuração do perfil cultural da região.

Um segundo fator é o que engloba o conjunto das situações novas encontradas pelos recém vindos, desde a situação física e geográfica, passando pelo tipo de assentamento, até os tipos de recursos disponíveis. Todas elas exigiam adaptações e, no limite, a criação de novas formas de organização social e novas tecnologias, a partir do tipo de organização e tecnologias trazidas como bagagem cultural.

Um terceiro fator é representado pelo tipo de conjunto de relações que se foram estabelecendo entre esse grupo cultural estranho e a cultura já estabelecida e dominante. Essa será uma história de trocas, mas, igualmente, de conflitos, uns e outros deixando suas marcas na fisionomia cultural da região.

2.5 Patrimônio cultural construído no Vale dos Vinhedos

Além da produção vitivinícola, o território tem sua identidade cultural formada pela arquitetura de habitação, das cantinas para a

¹⁶⁰ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.16.

produção do vinho e da arquitetura religiosa. Na Linha Leopoldina, assim como em toda a região, os imigrantes construíram ao longo dos anos uma arquitetura identitária muito expressiva e singular, com uma grande riqueza de detalhes com o uso de materiais encontrados no lugar. A madeira de pinheiro da *araucária angustifolia* destaca-se por não ser usual na Itália, o que possibilitou a construção de casas de dois pavimentos devido ao comprimento de suas tábuas serradas de cinco metros e cinquenta centímetros¹⁶¹. O material também favorece a termicidade e o conforto e possibilita o trabalho variado de detalhes construtivos, como o meio arco, arco batido e estruturas lineares, o que possibilita uma arquitetura muito rica em detalhes. Quanto à utilização dos tijolos de barro na arquitetura, os próprios moradores, nas horas vagas, fabricavam-nos para a construção de suas casas.

A pedra basalto, abundante em toda a Serra Gaúcha, foi largamente utilizada na construção dos porões (cantinas), que inicialmente eram os “lugares sagrados do vinho”, para sua elaboração e maturação. As cantinas, com suas pipas cheias, também eram lugares de festa e celebração, lugares para marcenaria e dos embutidos¹⁶².

Construíram, desse modo, um legado arquitetônico que reflete as várias etapas de ocupação do território e seu crescimento no tempo.

¹⁶¹ As tábuas serradas para a construção das casas, seguindo a bitola inglesa de corte, com dimensões de 5,50mx0,30cmx0,025cm. O comprimento era o equivalente a dois pavimentos, recebendo o remate externo com uma ripa de madeira de 0,05cm. As casas construídas com no mínimo dois pavimentos: o porão (cantina) construído com pedra basalto ou tijolos, e a parte superior da moradia, com um ou dois pavimentos em madeira (POSENATO, Júlio. *A arquitetura da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.470).

¹⁶² GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. 2-4 nov. 2011. *Anais...* CASTRIOTA, Leonardo Barci (coord.). Belo Horizonte: IDES/Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011.

Figuras 31 a 33 - Arquitetura habitacional no Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2011).

Figuras 34 e 35 - Arquitetura das cantinas no Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2011).

PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA:
ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO

Figuras 36 a 38 - Arquitetura religiosa: capelas, capitéis e cantaria de pedra nos portais de cemitérios no Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2011).

3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO (1875-1940)



Antes da chegada dos imigrantes italianos, em 1875, o atual Município de Bento Gonçalves era habitado pelos índios tapuias. Os bandeirantes, que desde 1630 percorriam a área para estabelecer e ampliar domínios portugueses, também capturavam e aprisionavam os índios para vendê-los como escravos. Até 1870 o local era conhecido como “Cruzinha” (Fig. 39), que o Livro do Cinquentenário¹⁶³ da Imigração Italiana assim descreve:

Antes da imigração, esta terra selvagem, áspera e forte era conhecida com o nome de *Cruzinha*, de uma pequena cruz de madeira junto à estrada, mais ou menos localizada em frente do

¹⁶³ ITÁLIA – Cinquentenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia./Globo, 1925, p.83.

atual Banco Pelotense. Parece que ali foi morto um alemão que fazia parte dos que traçavam as estradas, que partiam de Taquara até Lagoa Vermelha, dali descia para a Roça Reúna, e Cruzinha, até Montenegro.

Figura 39 - Festejos de inauguração do Largo da Cruzinha em 1926; à direita, parte da Igreja Santo Antônio.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Oito anos após a chegada dos imigrantes, o povoamento das colônias Santo Antônio de Dona Isabel e São Pedro do Conde d'Eu tomou forma em razão de seu desenvolvimento, e o local passou a ser reconhecido como Freguesia por meio da Lei nº 1.455, de 26 de abril de 1884¹⁶⁴, desmembrando-se do Município de Montenegro. Na mesma data, Caxias do Sul também se emancipou do regime colonial e em 20 de junho de 1890 tornou-se autônomo.

As colônias Dona Isabel e Conde d'Eu passaram a formar o Município de Bento Gonçalves, com a conquista da emancipação política dada pelo Ato nº 474, de 11 de outubro de 1890, assinado pelo então governador do

¹⁶⁴ FORTES, Amir B.; WAGNER, João B. S. História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.e.], 1963.

Estado, General Cândido Costa. A instalação do Município ocorreu em 23 de outubro de 1890.

Figura 40 - A principal rua da cidade, Rua Marechal Deodoro, provavelmente na década de 1880; ao fundo, à direita, o início da construção da Igreja Santo Antônio.



Fonte: foto de Luis Stigaard - Acervo de Ronaldo Marcos Bastos (2013).

A religiosidade trazida pelos imigrantes italianos foi um fator determinante de união da população, pela devoção a Santo Antônio (Fig. 40). A primeira igreja de tábuas de madeira surgiu em 1876. Houve missa em homenagem ao padroeiro do Município dois anos após, em 1878. Mesmo com uma pequena igreja, em 23 de maio de 1886 foram inaugurados os três sinos, fabricados em Bassano del Grappa, Vêneto, Itália. A construção da igreja em alvenaria ocorreu a partir de 1890, com a primeira inauguração em 1894, até 1923. Foi concluída em 1933, com a construção da torre, que se mantém até os dias atuais como símbolo de devoção. Sua arquitetura é um dos expoentes de arquitetura religiosa, atualmente em processo de restauração, mas de grande visibilidade na região por ter se tornado o Santuário de Santo Antônio.

Figuras 41 e 42 - Igreja Santo Antônio no ano de 1923; abaixo, a igreja atual, o Santuário de Santo Antônio.



Fonte: Paróquia Santo Antônio - Acervo Raoli Majola (2013).

A emancipação política trouxe para o Município as contribuições das zonas urbana e rural com o pagamento de impostos oriundos do comércio, de pequenas indústrias e da produção agrícola. Desde 1890, a Intendência Municipal trabalhava no sentido de cobrar os impostos, mas isso não era aceito pela maioria da população, ocasionando levantes acalorados que cessaram somente na administração do engenheiro João Baptista Pianca¹⁶⁵, que regulamentou a cobrança de impostos.

¹⁶⁵ João Baptista Pianca, engenheiro, graduado na escola de Engenharia de Porto Alegre em 1915. Foi diretor das obras públicas do Estado. Em 1919 e 1920 foi nomeado professor de arquitetura, construções metálicas, em alvenaria e madeira. Em 1923, fez parte do Conselho Universitário da Escola de Engenharia. Em 1923 foi candidato a substituição do intendente de Bento Gonçalves, que não poderia ser reeleito. Realizou sua administração de 1924 a 1928 com grandes obras vitais para o Município e com grande aceitação popular. Na agricultura, o trigo, a uva e o vinho eram os principais produtos que mereceram especial atenção (BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. Arquivo Público e Histórico Municipal. Memórias de Bento Gonçalves, RS: fundamentação histórica. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006).

Em 20 de setembro de 1902 foi inaugurada a sede da Prefeitura Municipal (Fig. 43), que é a mesma até os dias atuais. Em 1927 o Município inaugurou seu hospital principal.

Figura 43 - Inauguração da Prefeitura Municipal em 20 de setembro de 1902.



Fonte: Museu do Imigrante (2013).

Desde o início da colonização, os novos assentamentos de imigrantes eram monitorados pelo governo italiano através de seus agentes consulares, que regularmente realizavam visitas em toda a região para verificar a situação em que se encontravam seus compatriotas emigrados. Em Bento Gonçalves, os relatórios consulares permitem a observação da realidade dos imigrantes à época.

No início do século XX, o agente consular Luigi Petrocchi¹⁶⁶ assim se referiu à produção vinícola: “Nas colônias italianas começou-se há

¹⁶⁶ COSTA, Rovilio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992, p.63.

cerca de 20 anos¹⁶⁷ a plantar videiras”. Em 1905, outro agente consular, Vittório Bucelli¹⁶⁸, relatou em sua visita:

O primeiro cortou um pedaço de mato em uma elevação e plantou um parreiral modelo, que ele pode abarcar em parte com um lance de olhos de dentro da casa, construída com toda a comodidade, se não elegância. O parreiral elevado a metro e meio de altura, em forma de latada, crescia muito bem e estava sobrecarregado de uva.

Os relatórios demonstram a proximidade da produção vitivinícola da população, tanto na área urbana quanto na zona rural. A presença dos parreirais e a elaboração do vinho eram uma constante nas colônias. Treze anos após a chegada dos imigrantes, a cultura vitícola permitiu uma continuidade de saberes e de referências que transformou o território, conforme relata Lorenzoni¹⁶⁹:

No ano de 1888, a maior parte de nossos colonos havia plantado suas parreiras e dispunha de tudo o que havia de melhor em trigo, milho, vinho, queijo, salames, toucinho, manteiga e galinhas em quantidade. Para a família do colono que amava o trabalho, nada absolutamente faltava; vivia-se uma vida sem preocupações e de um invejável bem-estar. [...] Na colônia, portanto, encontrava-se fartura e abundância de tudo o que é bom. Vinho em toda a parte, feito de pura uva, sem sulfato, sem açúcar, sem qualquer outro ingrediente adicionado em sua fabricação.

O traço da cultura vinícola, além de marcar a paisagem, transformou o território em um espaço social, fazendo com que seus moradores se

¹⁶⁷ A plantação das primeiras videiras em Bento Gonçalves ocorreu em torno de 1877-1879. Outros relatos demonstram que o clima favorável também contribuía significativamente para a produção vitícola. Em 1900 Bento Gonçalves já enviava seu vinho para Porto Alegre.

¹⁶⁸ BUCELLI, Vittório. Agente de imigração do governo brasileiro no Vêneto – Itália. In: COSTA, Rovilio *et al.*, *op. cit.*, p.98.

¹⁶⁹ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante Italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.52.

reconhecessem dentro de uma produção vitícola e também de competição entre produtores. Disso aflorou uma marca cultural dos imigrantes.

Figura 44 - Colheita da uva com utilização de cestas de vime, em torno da década de 1960.



Fonte: acervo da Cooperativa Vinícola Aurora (2013).

Era comum as famílias vizinhas compartilharem a ajuda entre si na poda das videiras, no fabrico de cestas para a colheita, na própria colheita da uva, no conserto das estradas para o escoamento da produção e no compartilhamento de mão de obra, vasilhames e carroças úteis para a colheita¹⁷⁰.

O espaço social, de acordo com Santos¹⁷¹, está ligado ao todo que o território representa para aquela comunidade:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.

¹⁷⁰ Entrevista de Edgar Luis Giordani lembrando o que ocorria na colheita da uva em sua infância, na década de 60.

¹⁷¹ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.68.

No final do século XIX e início do século XX, pela adaptação da videira ao solo, com o clima favorável presente no território e o cultivo vitícola como parte da cultura dos imigrantes, previa-se que, com o melhoramento técnico da condução das videiras e da qualidade do vinho, ele poderia tornar-se um referencial também econômico para a região.

Em 1906, Lorenzoni¹⁷² descreveu a tendência esperada para a produção de vinho:

Este é o único produto que terá um futuro certo, e isto logo que a estrada de ferro venha atravessar esta zona. Acredito que em época não muito afastada será valorizado somente o vinho escolhido e com a devida graduação alcoólica. [...]

O vinho, num futuro próximo, certamente se constituirá num dos artigos de melhor rendimento, na zona de colonização italiana, onde o cultivo dos parreirais é próspero, podendo dar um lucro de milhares de contos de reis, e, portanto, os viticultores não devem desanimar.

Em menos de uma década desde o povoamento na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos, da cultura de subsistência, a produção de uvas passou a ser a principal cultura, conforme descreve o relatório do Conde Antônio Creppi, Cônsul italiano em Porto Alegre¹⁷³, em visita a Bento Gonçalves:

As principais culturas a que se dedicam nossos colonos são a do milho e da uva. Cuidam-nas com interesse e esmero porque são as mais necessárias, uma à própria existência, e outra pelo lucro que traz. Em 1882, os resultados foram de 15.074 hectolitros de milho e 6.327 hectolitros de vinho, enquanto que, em 1883, houve 25.789 hectolitros de milho e 77.465 hectolitros de vinho, o que não deixa de ser uma diferença bastante grande.

¹⁷² LORENZONI, Júlio *apud* CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.191.

¹⁷³ CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.15.

A mão de obra familiar, o bom preparo da terra, a diversidade de culturas e o clima favorável foram fatores preponderantes no crescimento econômico, mesmo que os novos habitantes devessem cuidar das condições de trafegabilidade de suas estradas para o escoamento da produção devido ao pouco interesse do Governo Imperial. Em 1887, dez anos após o estabelecimento dos imigrantes italianos, já era evidente o crescimento econômico através das exportações. Esse crescimento paulatino foi verificado pelos referenciais de produção e exportação da produção sobressalente, mesmo com as intempéries climáticas que assolaram a região¹⁷⁴ nos anos de 1876 a 1884. Nos relatórios da Colônia Dona Isabel, a Linha Leopoldina era considerada o lugar que possuía as melhores terras para o plantio de videiras e também para a produção agrícola¹⁷⁵.

Há uma relação da área urbana com a rural, com o crescimento do número das casas comerciais que atendem todo o Município; também houve o aumento populacional verificado através dos relatos dos intendentes municipais¹⁷⁶:

Ano: 1876-1877 – Grande seca assola a região trazendo grandes prejuízos a plantação de trigo, milho, feijão e batatas. “Melhores terras, porém, encontram-se na Linha Leopoldina”.

Ano: 1876 – Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. [...] As plantações contam de feijão, milho, batata, fumo, mandioca, cana, lúpulo, trigo, centeio e vinha, a qual, especialmente, muito próspera, sendo de espera que, em curto período, as duas colônias tornem-se produtoras e exportadoras de vinhos em avultada quantidade e superior qualidade. [...] Indica ainda existência nas duas colônias Dona Isabel e Conde d’Eu de 90 bois, 860 vacas, 850 cavalo e mulas, 8.500 suínos, 50 carneiros, 1.400 cabras e 13.600 aves domésticas. [...] Produção artesanal e manufatureira, 72 colonos dedicavam-se a profissões diversificadas, sendo a maioria no fabrico do pano de linho.

¹⁷⁴ DE BONI, Luis Alberto *apud* CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.186.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p.181.

¹⁷⁶ Relatos do Sr. Cartier, em 1883 (CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.180-188).

Ano: 1879 – O relatório comprova que em apenas três anos de instalação dos italianos em Bento Gonçalves havia o registro de: Casas de Negócios – 10; Ferraria – 1; Sapataria – 1; Oficina de alfaiate – 1; Moinhos – 5.

Ano: 1884 – População: 1.040 brasileiros; 6.495 italianos; 800 austríacos; 2 franceses; 1 português; 1 húngaro; totalizando 8.339 habitantes.

As necessidades diárias dos moradores e a precariedade das estradas, impedindo a locomoção, criaram a necessidade de se construírem oficinas e pequenas indústrias. No entanto, começou a sobressair o cultivo da videira, também como fator econômico das novas colônias de imigrantes¹⁷⁷:

[...] A videira, contudo, é a que provoca os maiores esforços e também a que possibilita os maiores lucros. Há colonos que, após só três anos de cultivo, já obtém com a venda um valor de 3 a 5 mil francos anuais. Procura-se ainda melhorar a qualidade introduzindo cepas italianas, que produzem um vinho igual ao nosso, e sem comparação melhor que o feito com as vides nativas.

A produção agrícola, oito anos após a chegada e o estabelecimento dos imigrantes em 1883, estava distribuída¹⁷⁸ conforme se constata na tabela a seguir. Perante as demais culturas, a produção vitivinícola tinha um somatório expressivo, transformando-se em um fator econômico relevante perante as demais culturas. As culturas foram necessárias para a sobrevivência no território, sendo seu excedente vendido e transformado em fonte de renda.

¹⁷⁷ DE BONI, Luis Alberto *apud* CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.186.

¹⁷⁸ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.184.

Tabela 2 - Produção agrícola.

Produto (1883-1884)	Quantidade (em litros)
Trigo	1.444.800
Centeio	1384.000
Feijão	1.736.400
Milho	1.017.000
Arroz	44.000
Cevada	374.800
Vinho	4.986.000

Fonte: Caprara e Luchese (1994, p.153).

Na área urbana de Bento Gonçalves, em 1884-1885, o crescimento econômico era notado, com uma população em torno de 850 habitantes¹⁷⁹. Em menos de 10 anos, havia um comércio provido de mercadorias e serviços necessários para o bem-estar de sua população (ver Anexo 2).

O aumento da produção vitícola chamou a atenção de outros locais do Estado, prevendo a concorrência de produtos. Um documento da Câmara Municipal de Montenegro, datado de 6 de setembro de 1888, exalta a qualidade das terras de Bento Gonçalves para a produção vitícola utilizando principalmente a cepa Americana Isabel, e afirma que produziram resultados satisfatórios, sendo isentas de ataques de moléstias, com uma produção vitícola cada vez mais crescente¹⁸⁰.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe efeitos econômicos ao comércio em consequência do aumento de valores dos produtos de primeira necessidade. De acordo com Lorenzoni¹⁸¹:

[...] se durante a Monarquia um metro de fazenda custava trezentos réis [...], com a chegada da República esse mesmo artigo subia duas, três e até quatro vezes o seu preço [...] ganharam os comerciantes [...] com as casas abarrotadas de produtos.

¹⁷⁹ *Idem*, p.190.

¹⁸⁰ *Id.*, p.194.

¹⁸¹ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.181.

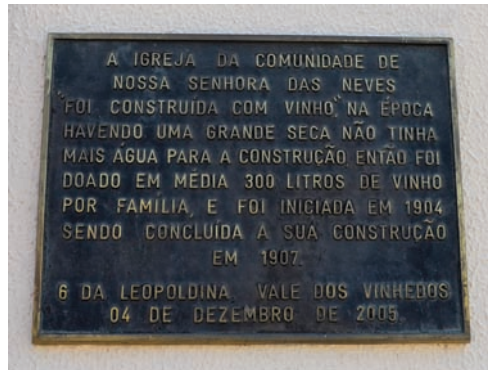
A produção agrícola crescia, mesmo que assolada por calamidades, como a seca de 1904, que se mostrou inclemente nos dois anos subsequentes, e os gafanhotos, em 1905. Mas em 1908 a safra de uva foi promissora, trazendo bem-estar também econômico a seus produtores. Nesse quadro de seca, merece ser destacado um fato: a construção da Igreja na Capela das Neves, localizada na Linha Leopoldina, conhecida como a Igreja do Vinho¹⁸² (Figs. 45 e 46):

Uma história singular, passada de geração em geração, que faz parte de toda a comunidade do Vale dos Vinhedos, a Igreja construída com vinho na terra do vinho, agora vem ganhando contorno de destaque como marco histórico e de referência turística. Em 1903 a Comunidade da Capela das Neves decidiu construir uma nova igreja. Para a fabricação manual dos tijolos nos finais de semana, foram construídos fornos, para a secagem dos tijolos em quatro meses. No final de 1904 os alicerces estavam prontos e a safra da uva de 1905 havia sido excepcional. Ocorreu uma grande estiagem no ano seguinte, impedindo a continuidade das obras por falta de água.

O único recurso disponível era o transporte de água, do rio das Antas a 30 km, mas que em lombo de burro, não seria nada fácil. Durante uma procissão, para pedir chuva, o morador Marco Luigi Valduga observa manchas vermelhas de sangue caídas sobre uma pedra, de um trabalhador que havia se ferido na obra. Faz a relação do vermelho com o vinho, do sangue de Cristo na missa católica, representado pelo vinho na eucaristia. No mesmo momento propõe a todos a substituição da água pelo vinho na argamassa de construção. Assim foi realizada: cada família doou uma quantidade de vinho, para que a obra pudesse ser finalizada com esta argamassa de assentamento. Sua inauguração procedeu-se em 14 de julho de 1907.

¹⁸² GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. 2-4 nov. 2011. *Anais...* CASTRIOTA, Leonardo B. (coord.). Belo Horizonte: IDES/Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011, p.12-13.

Figuras 45 e 46 - Capela das Neves (Capela do Vinho).



Fonte: a autora (2012).

Em 1907 foi fundado o Sindicato Agrícola, com o objetivo de reforçar tecnologias e produção agrícola voltadas para a melhor qualidade do produto. Era necessário adequar e aperfeiçoar a qualidade do vinho para efetivar sua comercialização além dos limites do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, para a melhoria da qualidade do vinho, Lorenzoni¹⁸³ descreveu as novas instalações vinícolas preparadas de acordo com as normas higiênicas vigentes, melhorando a qualidade da produção:

No ano de 1907, os irmãos Jacó e Alexandre Pasquali, Orestes Braghirolli, Luis Alegretti e irmãos Dal Molin, estes da linha Palmeiro, fizeram a primeira instalação para os trabalhos de vinicultura, preparando locais adequados, pipas de capacidade de 16, 20 e 30 mil litros de vinho, pisadoras de uva, prensas e todo o instrumental necessário para a fabricação de vinhos escolhidos, com a finalidade de melhorar sempre mais uma indústria que, forçosamente, haveria de beneficiar grande número de viticultores.

A produção vinícola cresceu e necessitava-se cada vez mais de melhoramentos técnicos para a elaboração dos vinhos. Assim, em 1907, chegou em visita a Porto Alegre o enólogo italiano Lourenço Mônaco, morador de Mendoza, Argentina, que dirigia indústrias vinícolas e viajou para a capital do Rio Grande do Sul com o objetivo de observar o primitivismo da vitivinicultura no Brasil¹⁸⁴. Aqui, recebeu o convite do então governador do Estado, Borges de Medeiros, para assumir o posto de enólogo fiscal da Diretoria de Higiene em Caxias do Sul e Garibaldi. Mudou-se, então, com a família em 1908 e fixou residência em Bento Gonçalves. Nas cantinas existentes, introduziu novos maquinários, bombas e filtros, e utilizou as correções científicas para melhorar a graduação alcoólica, aprimorando em um todo a elaboração dos vinhos em Bento Gonçalves e na região. Em 1916, juntamente com o irmão Horácio, abriu uma vinícola própria, priorizando as medidas de higiene na elaboração de vinhos, e também introduziu e produziu vinhos de cepas europeias viníferas para a produção de um vinho de qualidade.

Em 1911, o crescimento vitivinícola fez com que os intendentes destacassem em seus relatórios anuais o crescimento econômico que

¹⁸³ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante Italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.221.

¹⁸⁴ BERTASO, Henrique D'Ávila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

proporcionou bem-estar aos produtores e a suas famílias, principalmente relacionado à produção vitícola:

As indústrias também se têm desenvolvido com certo incremento, contando hoje o Município com diversas fábricas de vinho, sendo três em grande escala com aparelhos aperfeiçoados e quatro em menor escala, além de outras que estão estabelecidas em diversos pontos. Além da indústria vinícola aperfeiçoada, temos as fábricas de queijo Parmesão [...] e outras indústrias de preparados de carne de porco, presunto, salames, verdadeiras alavancas do progresso e desenvolvimento deste Município¹⁸⁵.

Os agentes consulares italianos realizavam visitas anuais. Em 1904, Luigi Petrocchi citou outros produtos que se sobressaíam na economia do Município¹⁸⁶, como a criação do bicho-da-seda¹⁸⁷, e solicitou maior acompanhamento e orientação técnica para melhorar a qualidade do produto e o retorno econômico. O cultivo do bicho-da-seda era prática comum nas comunidades da Villa Lagarina, na Itália, trazida pelos imigrantes trentinos a Bento Gonçalves, onde serviu como fonte auxiliar de renda e recebeu grandes investimentos do governo estadual na década de 1940¹⁸⁸, perdurando sua produção (Fig. 47) até em torno da década de 1960. De Boni¹⁸⁹ aponta que: “Nos primeiros tempos, a seda se produzia a domicílio. Daí as amoreiras para alimentar os bicho-da-seda. Tal costume caiu em desuso com a evolução dos sucedâneos da seda”.

¹⁸⁵ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.207.

¹⁸⁶ *Idem*, p.200.

¹⁸⁷ A produção de casulos do bicho-da-seda foi introduzida na Região do Trento, na Itália, antes do ano de 1500, pela presença dos venezianos nessa área. Era um trabalho geralmente efetuado pelas mulheres ao qual os imigrantes trentinos deram continuidade no Brasil, pelo clima favorável e ótimo crescimento da amoreira, que servia de base para a produção dos casulos do bicho-da-seda.

¹⁸⁸ BENTO GONÇALVES. Relatório do Exercício de 1941. Prefeito João Dentice. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial, 1942, p.5-6 e 144-145.

¹⁸⁹ DE BONI, Luis Alberto *apud* POSENATO, Júlio. *A arquitetura da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.301.

Figura 47 - A entrega da produção de casulos para a fabricação da seda, por volta da década de 1950.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Verificando a necessidade de aperfeiçoar a qualidade dos produtos, os agentes consulares solicitaram que o governo italiano enviasse um corpo técnico, principalmente de enólogos e engenheiros agrícolas, para auxiliar na qualidade técnica, em especial na produção vitícola (Fig. 48) e na elaboração de vinhos.

Figura 48 - Interior de Bento Gonçalves em torno da década de 1960.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Neste ínterim, dada a necessidade de melhoramento técnico, surgiu a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896 para capacitar técnicos¹⁹⁰, que se tornou uma grande aliada para o melhoramento agrícola, genético e de higiene, auxiliando também no aumento da qualidade dos vinhos produzidos. Em 1912 chegavam ao Brasil técnicos e professores contratados da Alemanha, dos Estados Unidos, França e Itália. Entre os novos professores da Escola de Engenharia, um merece destaque por seu trabalho pioneiro e relevante para a viticultura desde sua chegada em 1912: Celeste Gobatto, italiano, formado em Viticultura e Enologia pela Escola de Conegliano, doutor em Ciências Agrárias pela Universidade de Pisa. A Itália e a França destacavam-se por terem as melhores Escolas de Enologia.

Ressaltando o grande trabalho executado por Gobatto até o fim de sua vida no Brasil, Monteiro¹⁹¹ afirmou em suas pesquisas:

[...] imigrante italiano, enólogo e viticultor de profissão, Celeste Gobatto tinha 22 anos de idade quando deixou a Itália rumo ao Brasil para ser professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Trouxe consigo, além do conhecimento adquirido na Universidade de Pisa, a experiência familiar com as questões da terra, já que era filho de proprietários de terra em Volpago del Montello – Província de Treviso – Vêneto – Itália. A vinda de Gobbato e de outros

¹⁹⁰ De acordo com Katani Maria Nascimento Monteiro (*Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912-1924)*. 2001. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.54): “A Escola de Engenharia iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1897 com a instalação de cursos de engenheiros topógrafos, engenheiros de estradas, engenheiros civis e engenheiros geógrafos. Em 1923, possuía 11 institutos e órgãos anexos, que contavam com auxílios de origem municipal, estadual e federal. A Escola de Engenharia foi reconhecida pelo Decreto Legislativo Federal nº 727, de 8 de dezembro de 1900, funcionando sob a forma de ‘instituição privada’ até ser reconhecida oficialmente pelo Estado através do Decreto nº 4.929, de 2 de janeiro de 1932, passando a se denominar Universidade de Porto Alegre. Por força da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 8 de julho de 1947, no seu artigo 36 do Ato das Disposições Transitórias, a Universidade de Porto Alegre passou a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul. E, finalmente, pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a instituição foi federalizada”.

¹⁹¹ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924)*. MÉTIS: História & Cultura, Caxias do Sul, v.2, n.3, p.29, 2001. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/74>. Acesso em: 13 abr. 2013.

especialistas estrangeiros para o Rio Grande do Sul está associada à preocupação do governo em racionalizar a atividade policultura que se expandira pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, essa atividade foi levada a efeito especialmente pelo colono europeu. O status de “celeiro do Brasil” forçava o governo gaúcho a uma remodelação de suas práticas produtivas. Aprimorar cultivos com a introdução de tecnologias modernas e qualificar a mão de obra rural com o ensino técnico profissionalizante eram desafios da época. [...] Trazia na bagagem sua experiência familiar com o cultivo da terra, os títulos acadêmicos, sua juventude e os ideais que procurou materializar através da sua atuação profissional no Brasil.

Gobbato chegou ao Rio Grande do Sul quando tudo ainda estava por fazer em relação a melhoramentos de plantio, qualidade das castas e elaboração dos vinhos, em razão de, em 1912, o vinho começar a se posicionar economicamente em Bento Gonçalves e nas demais colônias italianas da região da Serra Gaúcha. Considerado como um “professor itinerante” por atender às várias regiões do Estado, era benquisto; sua chegada às comunidades era um fato muito divulgado em rádios e jornais locais, auxiliando *in loco* os agricultores, principalmente nas produções vinícolas. Sua produção intelectual foi muito relevante para a vitivinicultura brasileira, pois publicou vários livros, que ainda hoje são procurados, e artigos científicos nas escolas enológicas, principalmente as da Itália e França, entre outros países¹⁹².

Desde sua chegada ao Brasil, ainda jovem, já havia produzido artigos para a revista da *Scuola de Conegliano*, com importante estudo sobre a região onde nasceu, intitulado *Dell'Agricoltura Montelliana* (1911). Dedicou toda a sua vida, até sua morte no Brasil, aos 64 anos, elegendo para sua produção intelectual a temática da vitivinicultura brasileira, como o *Manual do vitivinicultor brasileiro*, com edições em 1914¹⁹³, 1922, 1930, 1940, e *O ABC do viticultor*, lançado em 1945¹⁹⁴.

¹⁹² MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912-1924)*. 2001. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

¹⁹³ Publicação dois anos após a sua chegada no Brasil.

¹⁹⁴ MONTEIRO, *op. cit.*, p.43.

3.1 Formação da paisagem

O tipo de cultivo e as castas¹⁹⁵ vitícolas produzidas, que formaram a paisagem vitícola em estudo, derivam do modo de plantio pelo qual seus produtores optaram. A ligação da paisagem vitícola com Celeste Gobbato pode ser referida no sentido de que, desde sua chegada em 1912, sua marca registrada sempre foi a de incentivar o plantio de variedades viníferas, diminuindo o plantio de espécies *Labrusca*¹⁹⁶, uvas americanas comuns que predominavam na região. As espécies de uvas americanas plantadas, em grande maioria do tipo Concord¹⁹⁷ e Isabel, eram conduzidas em forma de latada, conforme o desenho a seguir. Com essa forma de condução dos parreirais, os produtores obtinham maior rendimento, sem necessidade de intervenções de manejo e de adubação para seu crescimento. Miele¹⁹⁸ detalha o modo de condução em latada na figura a seguir:

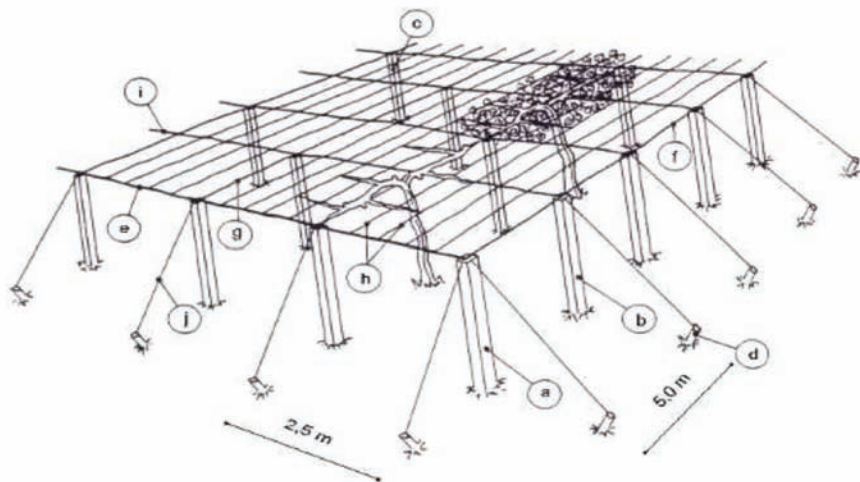
¹⁹⁵ De acordo com Maurício Tagliari e Rogério de Campos (*Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.123): “Casta é uma variedade de uma videira, distinta por certas características secundárias. Cada casta se distingue das outras por características como vigor, [...] formato das uvas, tipicidade aromática, composição físico-química e metabólica, além da qualidade final do vinho. [...] Casta é o mesmo que uva, cepa”.

¹⁹⁶ Ainda de acordo com Maurício Tagliari e Rogério de Campos (*Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, p.311): “*Labrusca*: (1) Uva Espécie de uva nativa da América do Norte. O mesmo que: *Vitis labrusca*. (2) viticultura. Equivalente em espanhol e em italiano a *videira selvagem*”.

¹⁹⁷ “Concord. Tradicional cultivar de *Vitis labrusca*, a Concord é originária de Massachusetts, Estados Unidos, onde foi a uva mais popular no final do séc. XIX, sendo utilizada para o consumo in natura e para a elaboração de vinho e de suco. Foi trazida para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, ganhando ampla difusão nas várias regiões do Estado. ISABEL: um híbrido natural [...] Segundo registros, originou-se de sementes na Carolina do Sul, Estados Unidos, antes de 1800. Daí foi levada para o Norte por Isabella Gibbs, expandindo-se rapidamente na costa Leste do país. Entre 1820 e 1830, foi levada para a Europa, onde alcançou grande difusão. Foi introduzida em São Paulo entre 1830 e 1840, chegando ao Rio Grande do Sul pela Ilha dos Marinheiros entre 1839 e 1842. Teve rápida expansão em todos os estados vitícolas do Brasil, constituindo-se base do desenvolvimento da vitivinicultura brasileira” (CADASTRO Vinícola do Rio Grande do Sul: 1995-2000. Bento Gonçalves, 2000. 1 CD-ROM).

¹⁹⁸ MIELE, Alberto. *Sistemas de produção*. 2012. Disponível em: <http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Figura 49 - Sistema de condução da videira em latada, especificando postes e fios; postes - a) cantoneira; b) lateral; c) interno; d) rabicho; fios - e) cordão primário de cabeceira; f) cordão primário lateral; g) fio da produção; h) fio da vegetação; i) fio de sustentação da malha; j) fio rabicho.



Fonte: Miele (2012).

Figuras 50 e 51 - Vale dos Vinhedos - Vinhedos centenários das comunidades da Capela das Almas e Capela Nossa Senhora do Rosário de Pompeia.



Fonte: a autora (2012).

A formação da paisagem derivada do plantio vitícola com condução em latada gerou uma paisagem singular em toda a região, em razão da maneira em que os imigrantes e seus descendentes

procederam na sustentação das videiras. Utilizaram como auxiliar de sustentação tutores vivos: com o fio metálico, cordão primário e secundário (Fig. 55), que foi incorporado no caule da árvore durante seu crescimento¹⁹⁹. A utilização dos plátanos deu-se pelo fácil plantio, para impedir os fortes ventos que poderiam prejudicar as videiras no período de floração. Conforme Posenato²⁰⁰, “[...] plátanos, que muito comumente contornam os parreirais: suas raízes resistentes suportam bem o momento dos empuxos”.

Nos primeiros tempos, a sustentação das videiras era realizada com bambus e todos os ramos em forma de varas de mato, com dois, três ou quatro metros, aproximadamente²⁰¹. Para Giordani²⁰²:

Neste sistema, o fio de sustentação da malha metálica está inserido dentro do caule do plátano, durante o seu crescimento. No início do vinhedo, é colocado um palanque auxiliar de madeira a partir do qual, após seu apodrecimento, a sustentação passa para o plátano.

A poda anual mantém o plátano com uma altura em torno de três metros, auxiliando no crescimento superior do caule da árvore, estruturando a área onde estão inseridos os cordões metálicos de sustentação do parreiral (Fig. 49).

¹⁹⁹ Os tutores vivos são árvores (plátanos) utilizadas para ancoragem e sustentação das videiras. Ver: GIORDANI, Marilei Piana. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua – Alto Douro – Portugal. *Anais...* Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

²⁰⁰ POSENATO, Júlio. *A arquitetura da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.301.

²⁰¹ Elya Giordani assim relata a utilização do arame nas videiras: “Meu pai e todos os vizinhos não tinham o arame para sustentar as videiras, então eram utilizadas as varas de bambu, o arame chegou depois de 1890”. As primeiras varas de sustentação do parreiral eram chamadas pelos descendentes de italianos no dialeto como “Le tamere” [entrevista concedida à autora em janeiro de 2007].

²⁰² GIORDANI, *op. cit.* 2012, p.204.

Figura 52 - Inserção dos cordões primário e secundário de arame metálico dentro do caule do plátano para a sustentação da videira (tutores vivos).



Fonte: a autora (2013).

A configuração de paisagem vitícola de sustentação com tutores vivos, utilizando como apoio e sustentação a árvore de plátano²⁰³, é única no mundo em razão de a paisagem em estudo tomar contornos de singularidade. Esse tipo de sustentação também serviu para delimitar as divisas das colônias e seus plantios vitícolas, como ainda é verificado nos dias atuais.

²⁰³ “*Platanus*, de nome popular plátano, da família *Platanaceae*. Árvore caducifólia, de grande porte de fustes curtos, de até 70cm de diâmetro, com folhas simples. É um híbrido muito antigo, utilizado na arborização urbana na Europa, América do Norte e sul do Brasil. Planta rústica, de crescimento rápido e resistente à seca, com aspecto ornamental, folhas que apresentam metamorfoses no outono, com várias e belas cores. Facilmente reproduzida por estacas ou alporquia” (BACHES, Paulo; IRGANG, Bruno. Árvores cultivadas no Sul do Brasil: guia de identificação e interesse paisagístico das principais espécies exóticas. Porto Alegre: Serafinense/Rotermund, 2004).

Figura 53 - Divisão de lotes utilizando os plátanos (tutores vivos) - Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2013).

Figura 54 - Desenho na paisagem através da utilização dos plátanos para a sustentação dos parreirais.



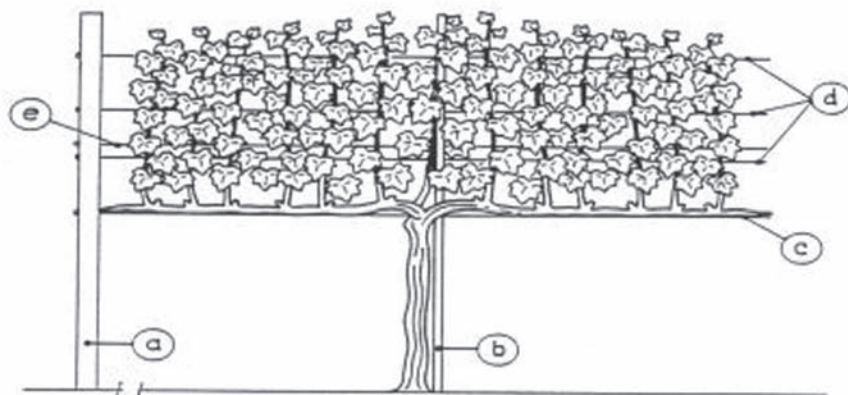
Fonte: a autora (2013).

Os produtores optaram pelo modo de plantio em forma de latada²⁰⁴ pela maior produtividade e pelo excelente rendimento de uvas obtido. Mas, esse tipo de casta, de uva americana, não era favorável à obtenção

²⁰⁴ GIORDANI, Marilei Piana. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua – Alto Douro – Portugal. *Anais...* Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

de vinhos de melhor qualidade. Nesse sentido, Gobbato²⁰⁵ orientava os produtores em suas palestras e também em suas publicações para que abandonassem a produção de cepas americanas do tipo Concord, Niágara e Isabel na forma de latada, pela qual obtinham em quantidade, mas não o suficiente para a produção de vinhos de qualidade. Gobbato defendia o plantio de cepas *vitis viníferas*, que deveriam ser plantadas em forma de espaldeira (Fig. 55), e assim modificou-se a paisagem que se tem na atualidade na Serra Gaúcha.

Figura 55 - Sistema de condução da videira em espaldeira e com poda mista: a) poste externo; b) poste interno; c) fio da produção; d) fios fixos do dossel vegetativo; e) fio móvel do dossel vegetativo.



Fonte: Miele e Mandelli (2013).

A forma de plantio em latada expressou uma realidade cultural local que, hoje, resulta em grandes extensões do mesmo tipo de plantio vitícola em toda a região.

²⁰⁵ GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia, 1922. No prefácio dessa edição, Gobbato assim descreve a situação vitícola do Estado do Rio Grande do Sul: “Em 1914, impressionados pela situação precária em que jazia a vitivinicultura rio-grandense, e com o fim de facilitar o estudo da cultura da parreira aos estudantes de agronomia, publicávamos o Manual Prático de Viticultura [...] pelo aproveitamento de novos plantios de castas mais apropriadas do que a Isabel, a Concord e a Goethe, para a obtenção de vinhos e de uvas de mesa de melhor qualidade; pela urgente necessidade da transformação cultural dos vinhedos existentes”.

Figura 56 - Videiras plantadas com a condução em espaldeira - Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2013).

3.2 A economia vitivinícola e a estrada de ferro (1910-1930)

A chegada da energia elétrica em 1910 foi um marco para a economia local e também o impulso que faltava para maior crescimento industrial e do setor vinícola, pois a indústria também se desenvolvia impulsionada pelo desempenho do setor. Em 1910, a população do Município era estimada em 18.744 habitantes, e as principais indústrias vinícolas de Bento Gonçalves obtiveram prêmios de qualidade com seus vinhos, tornando-se um marco de reconhecimento no Brasil e no exterior.

Figura 57 - Procissão na rua principal, em frente à Igreja Santo Antônio;
ao fundo, à esquerda, a Prefeitura Municipal (1923).



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Um desenvolvimento maior também dependia da estrada de ferro para auxiliar no escoamento das mercadorias. Em 1912, Lorenzoni²⁰⁶ assim se referiu em relação ao transporte de mercadorias: “O comércio continua inalterado, pois não há como realizar bons movimentos pela falta que nos faz a estrada de ferro que chegue até Bento Gonçalves”.

As notícias da comunidade eram divulgadas pelo jornal *O Bento Gonçalves*, fundado em 1909. Os intendentess, em seus relatórios anuais, como o de 1912, destacavam o grande crescimento econômico ascendente no Município. Em razão disso surgiu a proposta de construção de uma usina hidrelétrica em 1913, para viabilizar o abastecimento de energia.

De 1915 a 1920, faziam-se presentes as mais diversas profissões, como vinhateiros, comerciantes, agenciadores de automóveis, charretes e jardineiras para o transporte, que davam forma ao cotidiano do Município. Além do cultivo da uva, que se sobressaía, foram abundantes as colheitas de milho, trigo, batatas, feijão, cevada, centeio, arroz, aveia e também a pecuária, com pequenos produtores que eram agregadores de valor da economia.

²⁰⁶ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.197.

Nos anos de 1884 a 1920 houve um incremento considerável da produção vinícola e a fundação de várias empresas. Entre as principais: Cogo Irmãos (1884), Augusto Pasquali e Irmãos (1885), Allegratti e Cia. (1896), Funilaria Riograndense (1901), Paolo Salton e Irmãos (1910), Lorenzo e Orazio Mônaco (1916), Carlos Dreher Filho (1913).

Na década de 1920, o intendente Carvalho fez elogios em seus relatórios para as vinícolas com produções de vinhos premiadas, como a de Dr. Carlos Dreher Filho, que industrializava desde 1913, obtendo premiações pela qualidade superior de seus vinhos²⁰⁷. Várias outras empresas do Município apresentavam uma produção crescente, tanto de vinhos como de outros produtos exportados para os países da Europa. Desse modo, era necessário e urgente um meio de transporte estruturado para dar vazão à produção.

Figura 58 - Construção da estrada de ferro em Bento Gonçalves (1918).



Fonte: acervo Roali Majola (2012).

A ligação e o encurtamento das fronteiras com as demais regiões do Estado ocorreram em 10 de agosto de 1919, quando o trem chegou ao Município (Fig. 58). Esse meio de transporte modificou sensivelmente

²⁰⁷ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

a condução das mercadorias, ampliou o desenvolvimento e encurtou distâncias, tanto dos produtos quanto do transporte da população. Nas décadas de 1920 e 1930, a ligação ferroviária proporcionou um grande crescimento econômico com a exportação de produtos, o que ocasionou um desenvolvimento notável, principalmente de vinho, banha, queijos, produtos suínos, grapa, feijão, trigo, capas para garrafas, milho, nozes, aguardente e cera²⁰⁸. Junto com o trem foi implantado o batalhão ferroviário²⁰⁹ (Fig. 59), que propiciou a ampliação da malha ferroviária e o aumento do contingente demográfico. Essa obra foi referenciada²¹⁰ na Secretaria de Obras do Estado em 1915, por sua importância: “É uma estrada que vai servir a uma zona fertilíssima e de grande produção agrícola, de sorte a garantir completamente vantagens imediatas para o capital nela empregado”.

Figura 59 - Construção da estrada de ferro e dos túneis pelo batalhão ferroviário de Bento Gonçalves.



Fonte: Batalhão Ferroviário de Bento Gonçalves (1940).

²⁰⁸ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.218.

²⁰⁹ *Idem*, p.302. De acordo com as autoras, “[...] Bento Gonçalves recebeu um contingente do Batalhão Ferroviário, que já faz parte da história do Rio Grande do Sul, desde 1889”.

²¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p.111.

Em 1927, houve um grande avanço para a qualidade de vida da população. Isso se deu com a inauguração do primeiro hospital da cidade, o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, que passou a atender a população em suas necessidades de saúde.

Figura 60 – Bento Gonçalves, área central urbanizada (1929).



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Figura 61 – Comércio variado ao lado da estação ferroviária (1923).



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Em 1928, o vinho se configurava como o principal produto exportado, além da banha e do queijo, e seus produtores criavam uma paisagem própria. Com a estrada de ferro que escoava a produção, surgiram no Município as mais diversas profissões, casas comerciais (Fig. 61) e indústrias, como fábricas de óleo de linhaça, funilarias, ferrarias, gabinetes dentários, hotéis, hospitais, lojas de calçados e tecidos, moinhos, marmoristas, marcenarias, médicos, ourivesarias, olarias, oficinas mecânicas e de fundição, padarias, lojas para fotografias, farmácias, pedreiros, pintores, relojarias, tipografias, selarias, tanoarias e muitas outras, que atendiam à população em suas necessidades, fomentando a atividade econômica na região.

Figura 62 - Bento Gonçalves (1922); próximo da área urbana da cidade observa-se o cultivo de videiras.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Na administração municipal do engenheiro João Baptista Pianca, de 1924 a 1928, as videiras e o trigo eram os principais produtos agrícolas. No final de sua administração, Pianca destacou o vinho como o principal produto exportado pelo Município. No governo seguinte, em 1928 o intendente Olinto Fagundes de Oliveira Freitas enalteceu a produção vinícola como a primeira a gerar dividendos para o Município, seguida de outros produtos, como banha, queijo, produtos suínos, graspera, feijão, trigo, capas para garrafas, milho, nozes, aguardente e cera²¹¹:

²¹¹ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.219.

Devemos assinalar que da prosperidade da indústria vinícola muito depende a riqueza geral do Município, visto que nossas terras não produzem abundantemente todo e qualquer cereal, achando-se quase estéreis devido à falta de cultura racional, sendo, porém, sempre férteis e remuneradas para o plantio da vinha, independentemente de cuidados especiais ou de adubação.

A chegada da estrada de ferro impulsionou a produção e o comércio de vinhos. Gobatto²¹² ressalta: “A exportação de vinhos e espumantes, iniciada em 1938 com 46 litros, alcançou dez anos depois quase 246.000 litros”, demonstrado, assim, o grande crescimento do setor vinícola ao chegar aos anos 1950.

A formação da paisagem vitícola foi paulatinamente sendo estruturada com a possibilidade de maior escoamento da produção com a estrada de ferro, e a produção também aumentou na mesma proporção.

Tomando como objeto de análise a construção e a estruturação da paisagem vitícola (Fig. 63) que transformou o meio geográfico e proporcionou importante fator econômico para as famílias, Giron²¹³ afirma que:

Os imigrantes italianos/trentinos não foram os introdutores da uva e do vinho no Brasil, mas foram eles que transformaram sua produção em empreendimento econômico. [...] A produção de **uva** e do **vinho** influenciou a **paisagem** da Encosta Superior do Nordeste. O meio geográfico, por outro lado, é importante para a organização econômica regional. As íngremes encostas do planalto, ao mesmo tempo em que dificultam o trabalho, propiciam maior insolação do que os vales, e nelas o cultivo das videiras vai se impondo, mudando a paisagem das matas. Vai transformando a região das matas numa **paisagem vitícola**, onde domina a pequena propriedade e a produção do vinho [grifos da autora].

²¹² GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Vol. 1: Viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940, p.34.

²¹³ GIRON, Loraine S. *80 anos de lutas: 1929-2009 – a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho*. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.36-37.

Figura 63 - Expressão da produção vitícola em Bento Gonçalves e o bem-estar de seus produtores.



Fonte: acervo Roali Majola ([s.d.]).

Desse modo, a produção vinícola tomou impulso em Bento Gonçalves e na região, tanto que na primeira década do século XX o vinho já era um importante fator econômico, modificando e construindo uma nova paisagem.

3.3 Associativismo e cooperativas vinícolas

Nas comunidades italianas recém-formadas, o associativismo esteve presente desde o início, através das Associações de Mútuo Socorro, inicialmente como sociedades operárias de ajuda mútua, que também eram uma forma de organização política. Em Bento Gonçalves, em 20 de setembro de 1882, foi fundada a Sociedade de Mútuo Socorro Regina Margherita, com 85 sócios, uma escola, banda de música e também lugar de encontros e auxílio aos imigrantes, mantida por aqueles que estavam com sua estabilidade financeira definida. Com o aumento da produção, surgiram as cooperativas vinícolas, que tiveram papel determinante na comercialização de vinhos, além de auxiliarem na associação da cadeia produtiva para solucionar os problemas que eram recorrentes na

produção vinícola, como produção em abundância e falta de mercado para escoamento do produto, além da concorrência do vinho estrangeiro, que já era verificada na década de 1930 e continua nos dias atuais.

A fundação de cooperativas no Brasil existe desde 1847²¹⁴, mas as cooperativas de produção vinícolas foram fundadas a partir da chegada da imigração italiana em toda a Serra Gaúcha, na sua grande maioria por Stefano Paternó, principalmente de 1911 a 1913, quando o movimento se expandiu vigorosamente. Em Bento Gonçalves, o italiano Paternó reuniu os produtores vinícolas para a fundação da Cooperativa Agrícola em agosto de 1912. Após a formação da cooperativa, prosseguiu a construção de grandes edifícios²¹⁵, financiados pelo Banco Pelotense (Fig. 64) com o aval dos produtores, e isso ocasionou um incremento considerável na produção vinícola.

Figura 64 - Bento Gonçalves (1912); inauguração do Banco Pelotense
Alguns presentes: Ernesto Turcato, Amadeu Ardi, Matos, Gino Batocchio, Cel. Carvalho, Júlio Lorenzoni, Giacomo Ferrari; Pedro Rosa, Torriani, Valério Basso, Adolfo Giovanini, Carlos Dreher, Augusto Geisel; Padre Poggi, Santos, Lisboa, Hernesto Lorenzoni, Dr. Tacchini, Giuseppe Farina, Baccin, Pasquetti.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

²¹⁴ GIRON, Loraine S. *80 anos de lutas: 1929-2009 – a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho*. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.36-37.

²¹⁵ Na atualidade, esses edifícios servem de locação para um Parque Temático, a Epopeia Italiana. Trata-se de um teatro voltado para o turismo que conta a vinda dos imigrantes italianos em 1875, com base na história pessoal de Lázaro Giordani e Rosa Gatti, vindos de Pedersano, Trento, Itália.

As colheitas nem sempre condiziam com as expectativas, e muitas vezes foram desastrosas, como demonstra o recorte de jornal *Corriere d'Italia*, na data de 2 abril de 1914, colhido no Museu do Imigrante, em Bento Gonçalves/RS:

Terminou a colheita que infelizmente foi escassa. [...] A grande crise que estragou completamente o mercado dos vinhos ainda persiste, mas começa a acenar uma melhora. [...] Apesar disso, nesta cooperativa foram depositados 2.500 quintali de uvas escolhidas, [...] assegurando qualidade da matéria prima, demonstrando a firmeza dos nossos bravos produtores, querendo dar uma nova vida e impulso a sua Cooperativa²¹⁶.

Em cinco anos, a Cooperativa não rendeu o resultado esperado, fato ocasionado pelo baixo valor do produto oferecido, pela má gestão e administração da Cooperativa, e pelos juros escorchantes oferecidos pelo Banco Pelotense. O jornal local, no dia 22 de junho de 1917, publicou o edital para o leilão dos bens móveis e imóveis da Cooperativa de modo que, nessa época, todas as cooperativas da região não estavam mais em funcionamento. A solução encontrada pelo produtor foi voltar-se para a produção familiar do vinho. Em 1928, o vinho voltou a configurar-se no principal produto exportador do Município, seguido de produtos derivados da criação suína, queijos e outros.

As sementes deixadas pelo movimento cooperativista até 1915, com a produção vinícola mais que duplicada, retornaram em 1929, diante da crise econômica que persistiu até o final da Segunda Guerra Mundial, atingindo diretamente o setor vinícola. Foram verificados grandes estoques de vinho acumulados nas propriedades do interior e dificuldade de escoamento e de transporte da produção, e isso ocasionou o surgimento de novas cooperativas em toda a região da Serra Gaúcha, seguidas de órgãos públicos que normatizaram a produção, as condições de higiene, envase, venda e transporte do vinho.

Para auxiliar a cadeia produtiva e a comercialização, foi criado em 1927 o Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul, sob o governo estadual

²¹⁶ COOPERATIVA. *Jornal Corriere d'Italia*, 2 abr. 1914, p.3 [tradução livre].

de Borges de Medeiros, fundado e oficializado em 1928 sob o Decreto nº 4.195. Esse sindicato teve importância fundamental nos procedimentos a partir da colheita, do desengace²¹⁷, da fermentação até o envase final, normatizando a construção das cantinas produtoras de vinho. Dentro do sindicato, de acordo com Jalfin²¹⁸, em 5 de junho de 1929, foi fundada a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda. Seus fundadores, em número de 37, eram os mesmos que haviam fundado o Sindicato Vinícola com o objetivo de “defender os interesses dos vinicultores, usando, para isso, de todos os recursos legais”. Sua ação visou especialmente comprar, fabricar e vender vinho.

A Sociedade Vinícola Rio-Grandense foi um marco para a viticultura do Brasil por seus princípios de qualidade para a elaboração de vinhos, melhorando sensivelmente sua qualidade. O vinho Granja União foi seu vinho de destaque e, desde 2011, os direitos de produção e comercialização da marca pertencem à Cooperativa Vinícola Garibaldi.

Figura 65 - Desfile da Pátria com representação da Sociedade Vinícola Rio-Grandense na década de 1930.



Fonte: acervo Roali Majola (2012).

²¹⁷ Desengace: separação do engaço, ou ráquis, das bagas de uva, antes do início da fermentação, para evitar a passagem de aromas vegetais e taninos adstringentes e taninos do vinho. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.192.

²¹⁸ JALFIM, Anete. *Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio-grandense*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.12, n.1, p.229-247, 1991.

As principais cooperativas vinícolas fundadas na região são: Cooperativa Vitivinícola Forqueta, localizada em Caxias do Sul e fundada em 11 de agosto de 1929; Cooperativa Vinícola Emboaba Ltda., 1929; Cooperativa Vinícola Caxiense, 1930; Cooperativa Vinícola Linha Jacinta Ltda., 1931; Cooperativa Vinícola São João Ltda., 1931; Cooperativa Vinícola Tamandaré-Garibaldi, 1930. Em 22 de janeiro de 1931, foi fundada a Cooperativa Vinícola Garibaldi. Em 14 de fevereiro de 1931, foi fundada em Bento Gonçalves a Cooperativa Vinícola Aurora com a união de 16 famílias de produtores de uvas. Essa cooperativa transformou-se no maior empreendimento do gênero do Brasil. Um ano mais tarde já contabilizavam a produção coletiva de 317 mil quilos de uvas e fixavam a base de um empreendimento destinado não só a ser o maior, mas também um dos mais qualificados tecnologicamente. No ano de 2013 a Cooperativa Aurora passou a reunir 1.100 famílias cooperadas, com produção de 55 milhões de quilos de uva²¹⁹.

Em 1948, a região da Serra Gaúcha contava com mais de 86 empreendimentos cooperativistas, e muitos deles permanecem em funcionamento ainda na atualidade. Assim, o setor vinícola organizou-se em torno das cooperativas, o que para muitos produtores é a forma de escoamento da produção.

Tabela 3 - Resumo do capítulo "O processo de ocupação do território (1875-1940)".

1875-1940: 1.876 hab. - 18.771 hab.				
Populacional	Econômico	Sociocultural	Institucionais	Locacionais
Chegada dos imigrantes.	- Policulturas. - Plantio de uva. - Surgimento de cooperativas vinícolas.	Produção de uva latada.	- 1870 - Criação das colônias. - 1890 - Emancipação política de Bento Gonçalves.	- Região de montanha. - Acessos - Estrada de ferro.
Função: núcleo de apoio para o rural - Função administrativa (1890). Econômico: comercialização de vinho.				

Fonte: a autora (2013).

²¹⁹ Dados fornecidos pela Cooperativa Aurora.

4 CRESCIMENTO URBANO E REGIONAL (1940-1970)



Na década de 1940, Bento Gonçalves era reconhecido como um Município agrícola por excelência. Produzia milho, trigo, alfafa, cevada e outros, e o cultivo vinícola continuava a ser seu principal produto. A energia elétrica atendia os locais mais distantes da área urbana; as áreas rurais eram destacadas pela agricultura, e a indústria começava a dar sinais de presença, o que ocasionou a diversificação da produção.²²⁰

²²⁰ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005 p.64.

Figura 66 - Centro de Bento Gonçalves em 1930, atual Praça Walter Galassi; ao fundo, os parreirais.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Figura 67 - Área central de Bento Gonçalves em 1948; ruas pavimentadas, com arborização e energia elétrica.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Em Bento Gonçalves, na década de 1940 (Fig. 67), o desenvolvimento comercial e industrial iniciou um crescimento ascendente, conforme demonstra a tabela a seguir. De acordo com Luchese²²¹, “o Município contava em 1948 com um total de 177 automóveis, 18 ônibus, 19 motocicletas (2 e 3 rodas), além de 274 veículos para transporte de cargas”.

Tabela 4 - Bento Gonçalves: desenvolvimento comercial e industrial.

Ano	Estabelecimentos comerciais	Estabelecimentos industriais
1943	78	115
1944	92	150
1945	90	153
1946	92	145
1947	101	184
Fonte: DEPARTAMENTO..., 1950, p. 11.		

Fonte: Luchese (2012).

O crescimento econômico do Município acompanhou o desenvolvimento do Brasil, que foi impulsionado nas décadas de 1950 e 1960 após o golpe militar. As indústrias moveleiras iniciadas nessas décadas proporcionaram, devido ao seu desenvolvimento, o crescimento econômico do Município e, desse modo, o principal produto econômico, que era o vinho, migrando para a indústria moveleira e metalomecânica.

4.1 Mudança econômica do vinho para o setor moveleiro e metalomecânico

A década de 1940 prenunciava crescimento econômico, que se concretizou nas décadas de 1950 a 1970, marcando o início das transformações de grande vulto da economia local, de agrícola para industrial, com o desenvolvimento das indústrias moveleiras.

²²¹ LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. *Revista Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves*, Rio Grande do Sul, Brasil, p.28, 2012.

As tanoarias²²² que serviam ao setor vinícola fabricando barris transformaram-se, na década de 1970, em indústrias moveleiras. Algumas outras, de fabricação de instrumentos musicais²²³, partiram na mesma década para a produção moveleira e também para a exportação de móveis.

O ano de 1950 marcou oficialmente os 75 anos da imigração italiana, e Bento Gonçalves contou nesse ano com uma população de 23.440 habitantes. Desse total, 6.380 viviam na área urbana e 17.060 habitavam a área rural. O Município é referenciado como o que possui “um dos maiores e melhores conjuntos de parreirais do Brasil, com expressiva produção de uvas americanas e híbridas, uvas viníferas brancas e uvas viníferas tintas”²²⁴.

Na década de 1950, além de a produção vinícola representar a maior produção, Bento Gonçalves contava com outras indústrias, elevando também as atividades comerciais, assim determinadas²²⁵:

As estradas e os acessos estavam em pleno desenvolvimento também na zona rural, com a construção de pontes e pontilhões, aterros e muros de arrimo, para vencer as grandes declividades

²²² Em 1887, iniciaram os trabalhos da primeira tanoaria. Na década de 1930 existiam duas: uma na área urbana, outra na área rural. Em 1949, surgiu outra, que, em 1970, começou a produzir móveis em série.

²²³ BERTASO, Henrique D’Avila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. As fábricas de instrumentos musicais em Bento Gonçalves mereciam destaque na economia do Município, pois refletiam a cultura de seus proprietários. Elas se extinguíram na década de 1970 para se tornarem indústrias de móveis modulados: 1 – A reconhecida fábrica de instrumentos musicais Todeschini, que iniciou com a pequena fábrica pertencente a Luigi Somenzi, italiano, que em 1925 recebeu medalha de ouro na exposição do Cinquentenário da Imigração Italiana no RS – Porto Alegre. Em 1932, Todeschini transferiu a fábrica para a área urbana de Bento Gonçalves. Com uma produção intensa, reconhecida e premiada de gaitas, a fábrica fechou em 1971 devido a um grande incêndio em suas instalações, iniciando dessa maneira sua produção no setor moveleiro. 2 – A indústria de acordeões de Vitório Gava, italiano, iniciou em 1948 com uma produção também voltada à exportação para mais de 35 países. Em 1971, sua produção passou para móveis de cozinha modulados e componíveis.

²²⁴ BERTASO, Henrique D’Avila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p.32.

²²⁵ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

geográficas presentes no território. A grande obra de ligação de Bento Gonçalves com a região Norte do Município foi a construção da Ponte Ernesto Dorneles, conhecida como Ponte do Rio das Antas (Figs. 91 e 92), inaugurada em 31 de agosto de 1952, que se transformou em um marco da engenharia nacional, proporcionando a ligação definitiva para Veranópolis e toda a região.

Figura 68 - Ponte sobre o Rio das Antas.



Fonte: Turismo Bento (2013).

As estradas em boas condições de trafegabilidade ocasionaram o aumento de veículos. Além da ligação férrea com Caxias do Sul e Porto Alegre, a conclusão da estrada de ferro Bento Gonçalves-Rio Negro (SC), proporcionou acesso e ligação com São Paulo para o escoamento da produção. A energia elétrica era uma realidade, assim como a Estação de Sericicultura Modelo do Estado (Fig. 69) para a criação do bicho-da-seda, com uma produção considerável e como alternativa de renda para os agricultores.

Figura 69 - Estação de Sericicultura em Bento Gonçalves (1912).



Fonte: Museu do Imigrante (2013).

Na Saúde, o Município foi classificado em 2º lugar no Estado como “cidade limpa”. Possuía suas associações comerciais, desportivas e religiosas e o círculo operário. Havia escolas estaduais, municipais e particulares, e a cidade contava com a Biblioteca Municipal, fundada em 1941.

A Estação de Enologia de Bento Gonçalves, onde se localiza a atual sede da Embrapa Uva e Vinho, foi fundada em 21 de julho de 1941 e iniciou suas atividades em 30 de maio de 1942²²⁶. Permaneceu

²²⁶ EMBRAPA UVA E VINHO. Histórico da EMBRAPA Uva e Vinho. Última modificação: 13 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

nesse local com sucessivas ampliações, até a fundação em 4 de março de 1985, através da Deliberação 008/85, com o ato que lhe atribuiu a denominação Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (CNPUV), e continua prestando relevantes serviços à vitivinicultura nacional.

Ainda na década de 1940, Bento Gonçalves possuía um posto de higiene e um aeroclube. O Poder Judiciário também se fazia presente no Município.

Figura 70 - Vista da área central de Bento Gonçalves (1964).



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

A partir de 1970, a economia local, que era baseada na produção vinícola, sofreu alterações com o crescimento das indústrias moveleiras, as quais, além de produzirem para o mercado interno, direcionaram sua produção para a exportação. De acordo com Luchese²²⁷, “[...] desde 1971, os móveis que representavam 22,56% da economia, contra 47,73% dos vinhos, vinham reduzindo a diferença. Até que, naquele ano de 1977,

²²⁷ GUERTLER *apud* LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. *Revista Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves*, Rio Grande do Sul – Brasil, Bento Gonçalves, p.29, 2012.

o setor [...] inverteu as posições (34,18% contra 36,67% da indústria vinícola)”.

A situação política do país também se refletiu em Bento Gonçalves. Após o regime político de 1964, o crescimento industrial ganhou impulso no Município, surgindo outras empresas e indústrias do setor moveleiro, metalomecânico, de comércio e prestação de serviços relacionados à cadeia produtiva. Segundo Bavaresco e Oliveira²²⁸:

Nas décadas de 50 e 60 a economia da cidade está baseada no binômio móvel-vinho, ultrapassando 50 indústrias moveleiras e sendo instalada, em 1960, a Vinícola Carlos Dreher, uma das primeiras a produzir industrialmente em larga escala derivados de uva. Em 1959 é fundado o Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar na produção vitivinícola da cidade e região.

Com a fundação da Escola de Viticultura e Enologia²²⁹, atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS-BG), os produtores de vinho passaram a ter melhoramentos de instrução técnica relacionados à produção vinícola. Filhos de produtores vinícolas estudaram nessa escola, que se configurava, até o início do século XXI, como a única no país vinculada à viticultura e à enologia.

A tendência de crescimento que se pronunciava na década de 50 confirmou-se nas décadas seguintes, de 1960 e 1970. A produção vinícola apresentava grandes excedentes, e por essa razão a comunidade organizou-se em torno de uma festa que celebrasse o vinho e, ao mesmo

²²⁸ BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darlan Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. *Anais...* Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Bento Gonçalves, 2011, p.3.

²²⁹ A instituição foi criada em 22 de outubro de 1959 pela Lei nº 3.646, de 22 de outubro de 1959, como Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e passou a funcionar de forma efetiva a partir de 27 de março de 1960. Em 25 de março de 1985 alterou sua denominação para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubistchek. Em 16 de agosto de 2002 foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet-BG) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG). Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br>. Acesso em: 16 abr. 2013).

tempo, servisse de vitrine para sua exposição e venda. Assim nasceu a Festa Nacional do Vinho, a 1ª Fenavinho, que ocorreu de 25 de fevereiro a 12 de março de 1967.

Essa forma de divulgação envolveu toda a comunidade urbana e rural, principalmente os produtores de uva. Desfile de carros alegóricos, distribuição gratuita de vinho encanado e de uvas, a gastronomia e a acolhida da população aos visitantes foram fatores que contribuíram para o sucesso da festa. Sua realização foi estabelecida em intervalos de quatro em quatro anos. Todos os caminhões de transporte do Município portavam a divulgação da festa. A empresa aérea Varig fez a divulgação em todos os seus voos que antecederam a inauguração.

A Fenavinho recebeu a visita do governador do Estado e do então presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, este acompanhado de seu chefe da Casa Civil, general Ernesto Geisel, nascido em Bento Gonçalves em 3 de agosto de 1907 (ver Anexo 2).

Segundo De Paris²³⁰:

[...] Em 1966 Bento Gonçalves era o sétimo Município gaúcho dos 200 existentes no Estado, [...] sua produção industrial em 1964 foi de 14 bilhões de cruzeiros, garantida especialmente pelo setor vinícola, além do setor metal mecânico, instrumentos musicais, couros, estofarias, eletro metalúrgicas, alimentícias, moageiras, químicas, vestuário, artefatos de cimento, gráficas, embalagens, tanoarias, madeiras e marcenarias. [...] Em 1955, Bento Gonçalves foi o maior produtor de uvas do Brasil (33 mil toneladas), em 1965, 65 mil toneladas. [...] Em 1967: o maior produtor de vinhos, o maior produtor de uvas do Brasil, o maior produtor de acordeões da América Latina Brasil. [...] O segundo do Estado em eletrificação rural, entre os 20 primeiros do Estado em arrecadação pública, e com menores índices de analfabetismo.

²³⁰ BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal/Arquivo Público e Histórico Municipal. Memórias de Bento Gonçalves, RS: fundamentação histórica. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006, p.261.

Figura 71 - 1ª Fenavinho (1967).



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (1967).

A produção moveleira do Município foi visibilizada na 1ª Fenavinho através de quatro empresas expositoras. Após 1970, a economia baseada no setor metalomecânico e moveleiro ultrapassou o setor vinícola em produção e dividendos. A partir da organização da Fenavinho e da mobilização do setor moveleiro, surgiu, em 1977, a primeira Movelsul, baseada na indústria moveleira, que se mantém até os dias atuais como a maior feira de móveis da América Latina.

A Fenavinho possibilitou que o setor se organizasse e tomasse a frente na produção econômica. De acordo com a revista *Hierarquia Socioeconômica de Bento Gonçalves*²³¹ (1991-1992),

Os efeitos da FENAVINHO foram múltiplos. Não só da área econômica ligada diretamente à vitivinicultura, que obteve maior desenvolvimento [...], a indústria moveleira sofreu novo impulso [...]. A FENAVINHO consolidou [...] o título de capital “Brasileira da Uva e do Vinho”, além da união de seus moradores.

O crescimento econômico da década de 1970, do país e do Município impulsionou também a expansão da área urbana e o decréscimo da população rural. A produção vinícola iniciou um processo de mudanças de produção de vinho comum para a produção de vinhos finos obtidos através das *Vitis vinifera*²³². O Município foi distinguido por construir, em seu acesso principal, a Pipa-Pórtico (Fig. 72).

A partir dessa década, deram-se mais incentivos governamentais para melhorar e modernizar as plantações vinícolas e seus cultivares. Isso também se refletiu no melhoramento das propriedades e na qualidade do vinho produzido, demonstrando uma tendência de crescimento para a produção e elaboração de vinhos finos. Iniciou-se, desse modo, um processo de visitação das propriedades para se conhecer como era realizada a colheita, a elaboração dos vinhos e dos demais produtos locais. Para Camargo, Protas e Mello²³³:

[...] Na década de 70, com a chegada de empresas multinacionais na Serra Gaúcha [...] verificou-se um incremento significativo da

²³¹ RESULTADO da pesquisa realizada pela Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – CARVI. *Revista Hierarquia Socioeconômica*, Bento Gonçalves, Centro da Indústria e Comércio (CIC), 1991-1992. v.1, p.119. Impressão em Bento Gonçalves.

²³² *Vitis vinifera*: espécie do gênero *Vitis* originária da Europa, que se constitui na espécie mais indicada para a produção de vinhos. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011, p.547.

²³³ CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva; MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 1., 2002, Andradás, MG. Coordenação de Murillo de Albuquerque Regina. *Anais...* Caldas: EPAMIG-FECD, 2002, p.5.

área de parreirais [...] No período de 1995 a 2000, verificou-se um incremento de 2,5 % da área cultivada de videiras. A viticultura é cultivada em pequenas propriedades, pouco mecanizadas, que contam com a mão de obra familiar e cultivam em torno de 2,5 ha de vinhedos.

Figura 72 - Pipa-Pórtico na entrada da cidade de Bento Gonçalves.



Fonte: a autora (2013).

Na década de 1970, a construção da rodovia estadual ERS-470, com asfaltamento e a construção da Ponte do Rio das Antas, impulsionou o crescimento econômico, principalmente para a indústria moveleira e metalomecânica. Segundo os dados da FEE-RS²³⁴, a população de Bento Gonçalves era de 41.979 habitantes em 1970, sendo 18.197 da área rural e 23.782 da área urbana, apresentando índice de urbanização de 56,7%.

²³⁴ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). Municípios do Rio Grande do Sul. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 16 maio 2013.

Década de 1970:

- População: 41.979 hab.
- Área urbana: 23.782 hab.
- Área rural: 18.197 hab.
- Índice urbanização: 56,7%

Década de 1980:

- População: 58.941 hab.
- Área urbana: 42.071 hab.
- Área rural: 16.870 hab.
- Índice de urbanização: 71,4%

Década de 1990:

- População: 76.893 hab.
- Área urbana: 63.646 hab.
- Área rural: 13.247 hab.
- Índice de urbanização: 82,8%

Figura 73 - Área urbana de Bento Gonçalves; início da verticalização na década de 1970.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Figura 74 - Área central de Bento Gonçalves (1973).

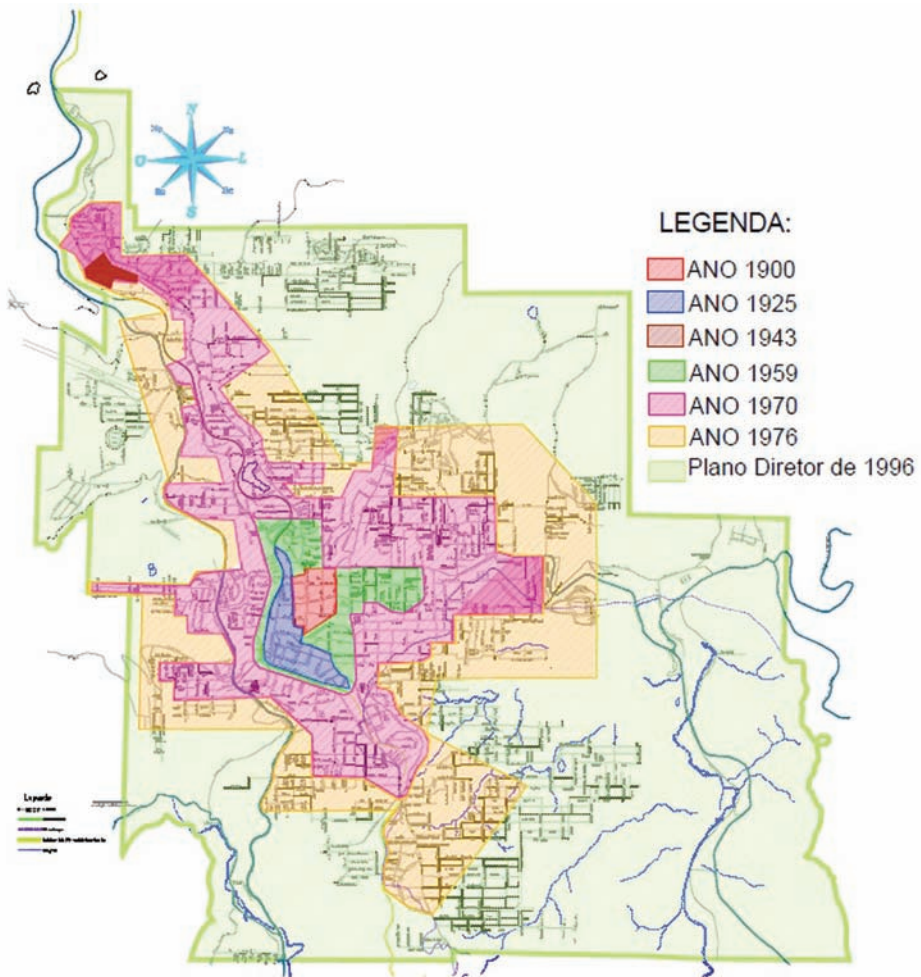


Fonte: Museu do Imigrante (2012).

O crescimento econômico da década de 1970, também verificado no país, impulsionou a verticalização (Fig. 74) e a expansão urbana que se configurou no Município. O pequeno núcleo central urbano do ano de 1900 expandiu-se significativamente, dando novos contornos e limites à área urbana, como é representado na linha do tempo de 1900-1996 da Fig. 75, demonstrando o crescimento da área urbana de Bento Gonçalves.

A nova configuração urbana do Plano Diretor de 1996 sinaliza uma expansão urbana mais ampla, que é confirmada no Plano Diretor seguinte, do ano de 2006, assim como demonstra, ao longo do tempo, a proximidade cada vez maior da área urbana com a zona rural do Vale dos Vinhedos, recorte geográfico abordado nesta pesquisa.

Figura 75 - Demonstrativo da expansão urbana de Bento Gonçalves de 1900 a 1996.



Fonte: baseado em IPURB-BG (2013).

O Plano Diretor é, segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988, um instrumento básico da política de desenvolvimento de uso do solo e da expansão urbana. Cumprindo-o, a gestão pública pode ordenar o desenvolvimento planejado e criterioso da cidade e proporcionar bem-estar a seus cidadãos. Ele também orienta os usos excessivos ou inadequados que modificam sua infraestrutura. Ao encontro do Plano

Diretor vem o Estatuto das Cidades, instituído pela Lei nº 10.257, de 2001, que estabelece normas de ordem pública e de interesse social, regulando o uso da propriedade com o interesse do bem coletivo e do equilíbrio ambiental. Através da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, em substituição do Plano de 1996, foi instituído o Novo Plano Diretor de Bento Gonçalves, que se encontra vigente até a presente data. Junto deste está o Plano Diretor Rural, que estabelece regras de uso do solo rural dos quatro distritos rurais de Bento Gonçalves, abrangendo também o Distrito Vale dos Vinhedos.

Figura 76 - Bento Gonçalves em crescimento urbano (1979).



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Em 1975, a chegada dos imigrantes italianos completou 100 anos, com Bento Gonçalves reconhecida como a cidade de oportunidades, empreendedora, contando com 480 indústrias e grande infraestrutura industrial. Como no restante do território brasileiro, nessa década a população iniciou um processo irreversível de urbanização. Bavaresco e Oliveira²³⁵ demonstram (Tab. 5) a evolução populacional que o

²³⁵ BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darla Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. *In*: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6.,

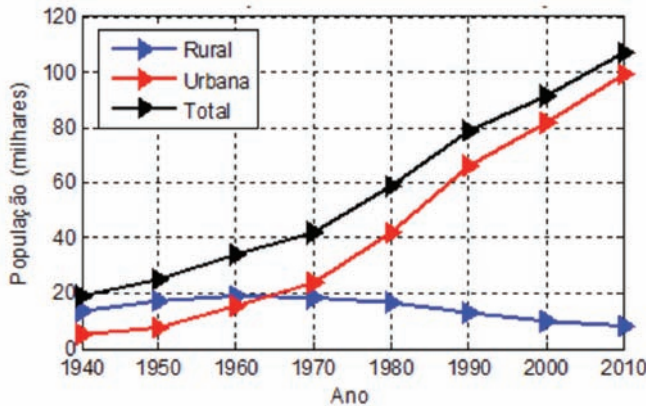
Município sofreu entre 1940 a 2010, período compreendido como o de maior desenvolvimento econômico nele verificado.

Tabela 5 - Evolução da população de Bento Gonçalves.

Bento Gonçalves			
Ano	População		
	Rural	Urbana	Total
1940	13.751	5.020	18.771
1950	17.199	7.734	24.933
1960	18.815	15.141	33.956
1970	18.197	23.782	41.979
1980	16.870	42.071	58.941
1990	12888	65755	78.643
2000	9 666	81 820	91.486
2010	8.209	99.069	107.278

Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Figura 77 - Gráfico da evolução da população de Bento Gonçalves.



Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Bento Gonçalves acompanhou os índices de urbanização verificados no Rio Grande do Sul e no Brasil. Na década de 1980 (Tab. 5)

Bento Gonçalves, 2011. *Anais...* Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

observou-se um decréscimo da população da área rural e consequente aumento da população na área urbana, cujo número dobrou em relação à década anterior. No intervalo de tempo compreendido entre 1940 e 2010²³⁶, a evolução da população apresentou uma configuração de crescimento vertiginoso de urbanização. A população rural no Brasil, que era de 28.404.049 habitantes em 1940, passou para 29.948.660 em 2010, com incremento pouco significativo. Ao mesmo tempo, a população urbana, que era de 41.165.289 habitantes em 1940, aumentou para 190.755.799 em 2010, demonstrando o crescimento vertiginoso da expansão urbana.

No Rio Grande do Sul, a população rural era de 2.258.069 habitantes em 1940, e a população urbana era de 1.062.620 habitantes. No ano de 2010, o Estado apresentou uma população rural de 2.128.092, mostrando-se quase inalterada, ao mesmo tempo em que a população urbana apresentou altos índices de crescimento, com 9.100.533 habitantes.

4.2 Modificações econômicas do Município

A realização da primeira Fenavinho, em 1967, sinalizou um marco de outras fases de crescimento do Município, com o desenvolvimento da industrialização e da produção. A proximidade com Caxias do Sul, que na fase de 1970 a 1990 também possuía seu parque industrial bem desenvolvido e estruturado, ocasionou uma interação do setor metalomecânico e moveleiro regional. As alterações da representação econômica do Município são apresentadas na Tabela 6 e na Figura 78, a seguir.

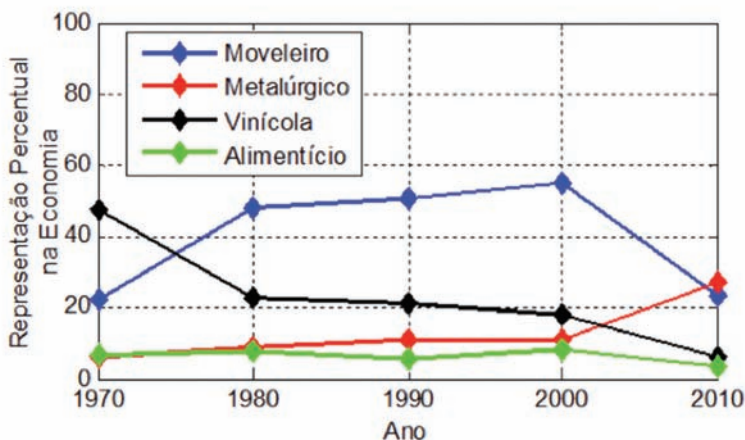
²³⁶ BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darla Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. *Anais...* Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

Tabela 6 - Representação econômica por segmento.

Ano	Representação Econômica Percentual			
	Segmento			
	Moveleiro	Metalúrgico	Vinícola	Alimentos
1970	22,56	6,01	47,73	6,81
1980	48,1	8,82	23,01	7,98
1990	50,72	11,24	21,27	5,78
2000	55,33	10,84	17,87	8,33
2010	23,19	27,24	6,14	3,66

Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Figura 78 - Gráfico da representação econômica por segmento (1970-2010).



Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011) - Amostragem.

Essa amostragem de Bavaresco e Oliveira (2011) demonstra as alterações repercutidas nos setores produtivos de Bento Gonçalves entre os anos de 1970 a 2010. O crescimento econômico de outros setores, em comparação com o setor vinícola, é descrito a seguir pelo levantamento da Fundação Educacional Região dos Vinhedos²³⁷:

²³⁷ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIÃO DOS VINHEDOS. *Hierarquia socioeconômica da indústria, comércio e transportes de Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: Centro de Indústria e Comércio (CIC), 1988.

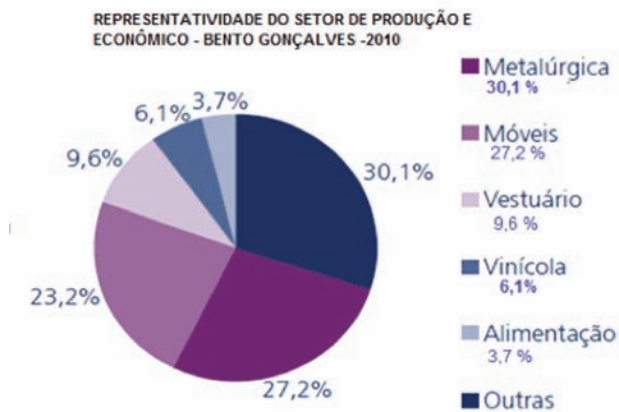
Entre os anos de 1971 a 1987, a maior empresa industrial de Bento Gonçalves sempre foi do ramo vinícola, com destaque para a empresa Dreher AS – Vinhos e Champanhas, no período de 1971 a 1979, e de 1980 a 1987 a empresa Cooperativa Vinícola Aurora Ltda., em 1988 a Todeschini S.A. do ramo moveleiro ocupou o primeiro lugar. [...] Em 1971 a indústria vinícola representava um potencial econômico de 47,73% e a indústria moveleira 22,56%. A inversão da importância dos setores ocorrida desde 1976 vem crescendo, sendo que em 1990 o setor moveleiro representa 50,72% do potencial industrial de Bento Gonçalves e o setor vinícola representa 21,27%. [...] Entre os demais setores devemos destacar que o setor metalúrgico no período de 1971 a 1983 manteve o comportamento estável, em torno de 7% do potencial sócioeconômico das indústrias de Bento Gonçalves. A partir de 1984, passou a apresentar um crescimento significativo ano após ano, contribuindo em 1990 com 11,24% do potencial socioeconômico. O crescimento deste setor nos últimos sete anos foi de 62,90%.

Dentro do contexto de crescimento econômico dos setores moveleiro e metalúrgico, observou-se grande expansão da área urbana, atingindo o limite das áreas rurais. O incremento econômico, observado também regionalmente, ocasionou uma diminuição do número de habitantes na área rural, que migram para a área urbana em razão da oferta de trabalho. O fato é observado principalmente entre jovens do sexo feminino que habitam a zona rural de Bento Gonçalves e diariamente se deslocam para o trabalho na área urbana. Esse fator gerou uma masculinização da zona rural. Isso facilmente é observado em localidades do Vale dos Vinhedos e nas festividades sociais e religiosas das comunidades, onde se observa a ausência de jovens moças. O “envelhecimento” da população rural e a consequente migração para a área urbana são sinalizados desde a década de 1970, com o aumento da urbanização e o decréscimo da zona rural.

A produção vinícola, após a década de 1980, passou para a segunda posição e continuou perdendo posicionamento até a década de 2010. Desde então, tem-se mantido inalterada até a atualidade.

A seguir, o demonstrativo da representatividade do setor de Produção e Econômico de Bento Gonçalves.

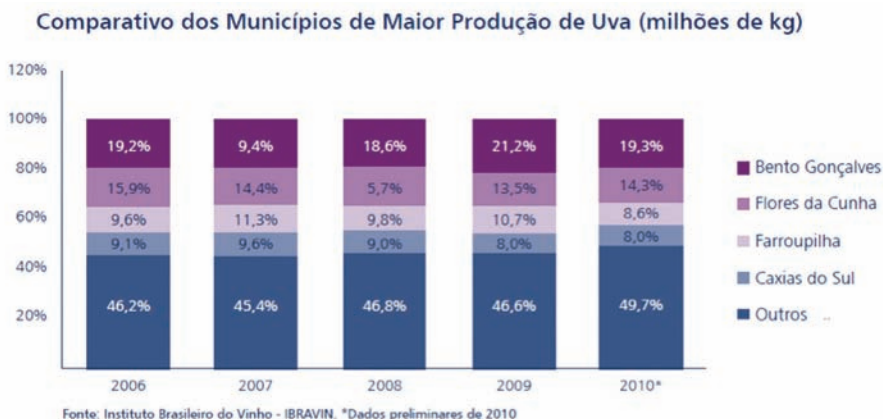
Figura 79 - Representatividade do Setor de Produção e Econômico de Bento Gonçalves (2010).



Fonte: Recursos... (2010, p.71).

O demonstrativo (Fig. 79) aponta que a produção vinícola ocupa a quarta posição na representatividade do setor econômico do Município. Entretanto, ao mesmo tempo em que a produção vinícola está na quarta posição, ela se mantém no primeiro posto de produção de uva na Região da Serra Gaúcha, de acordo com o estudo comparativo apresentado (Fig. 80):

Figura 80 - Comparativo dos municípios de maior produção de uva (milhões de kg).



Fonte: Recursos... (2010, p.71).

A paisagem vitícola formada resultou do plantio contínuo desde o povoamento, marcando a paisagem do lugar. As alterações mais visíveis da paisagem ocorreram devido ao estabelecimento de outros modos de plantio. Diversos plátanos deixaram de demarcar o território vitícola, passando a compor outra paisagem, enquanto outros permanecem nos espaços de produção abandonados. Desde 1990, a produção vinícola tomou outro posicionamento, ganhando notoriedade e visibilidade nacional e internacional, como se verá na próxima fase.

Tabela 7 - Síntese do crescimento urbano e regional (1940 a 1990).

1940-1990: 76.839 hab.				
Populacional	Econômico	Sociocultural	Institucionais	Locacionais
Aumento do índice de urbanização: 71,4%	- Uva: principal produto. - Crescimento dos setores moveleiro, metalomecânico e comércio. - Decréscimo do setor vinícola, cresc. produção vinícola. - Multinacionais vinícolas.	- Aporte de novos habitantes - mescla de culturas. - 1967 - 1ª Fenavinho. - Novo modo de cultivo videiras.	- Cooperativas vinícolas. - 1990 - Criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos. - Plano Diretor.	- Consolidação da paisagem vitícola. - Crescimento da produção vinícola. - Início da maior expansão urbana.
Função: núcleos administrativo, econômico, comércio, serviços e indústria fortes e atuantes.				

Fonte: a autora (2013).

5 VALE DOS VINHEDOS: DO RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO À URBANIZAÇÃO INVASIVA (1990-2010)



5.1 Construção do território certificado e modificações

A Linha Leopoldina, desde sua ocupação, em 1875, foi destaque dentro do Município por ser o primeiro Distrito a implantar vinhedos e a elaborar vinhos. Sua grande produção vinícola até a década de 1960 e os movimentos causados pela 1ª Fenavinho refletiram positivamente no setor.

A busca pelo aprimoramento técnico da elaboração dos vinhos evidenciou o Município e sua produção vinícola, e essa ação impulsionou o setor de turismo, que se encontrava quase desativado após a ligação rodoviária da Região Metropolitana ao litoral do Estado, quando a “Serra”²³⁸ foi deixando de ser lugar de lazer e de férias como era a partir dos anos 20. A Serra era indicada devido ao clima, tido pelos higienistas como ideal, aos passeios entre as árvores frutíferas e, principalmente, aos parreirais. Os visitantes eram hospedados nos pequenos hotéis ou em casas de família. Consumiam os pratos típicos e o vinho, e participavam das festividades religiosas e sociais.

Figura 81 - Veranistas em Bento Gonçalves na década de 1920-1930.



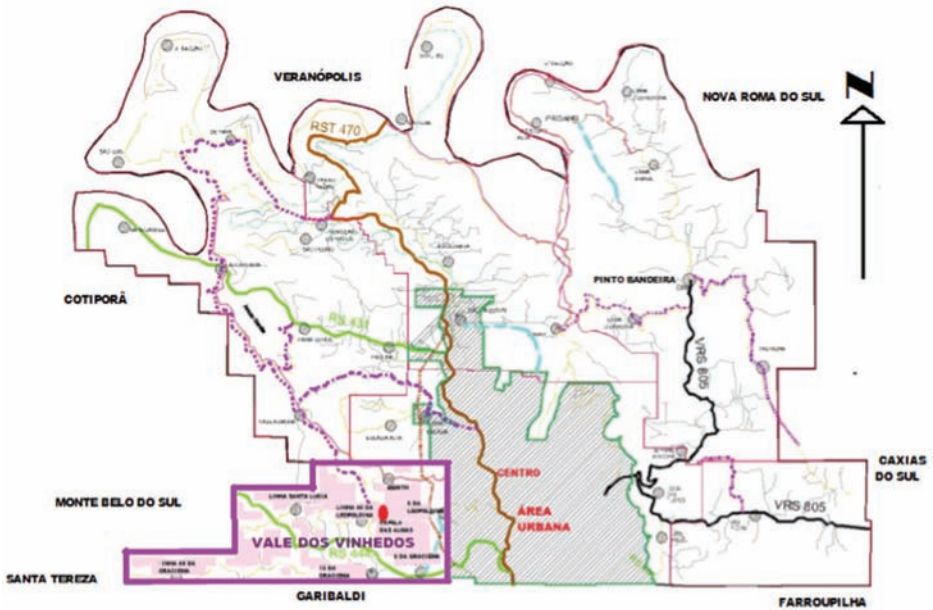
Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Em 1989 iniciaram as primeiras reuniões nas comunidades da Linha Leopoldina com o objetivo de criar um novo distrito municipal²³⁹, que foi concretizado através da Lei Municipal nº 1.805, de 17 de agosto de 1990, a qual criou o 8º Distrito: o Vale dos Vinhedos (Fig. 82).

²³⁸ Termo utilizado pelos visitantes, principalmente os da Região Metropolitana de Porto Alegre, desde a década de 1920, fazendo referência à Serra Gaúcha como lugar de descanso nas férias ou nos finais de semana.

²³⁹ Conforme consta no Caderno de Atas da Subprefeitura do Vale dos Vinhedos.

Figura 82 - Localização do 8º Distrito de Bento Gonçalves (1990) - Vale dos Vinhedos.

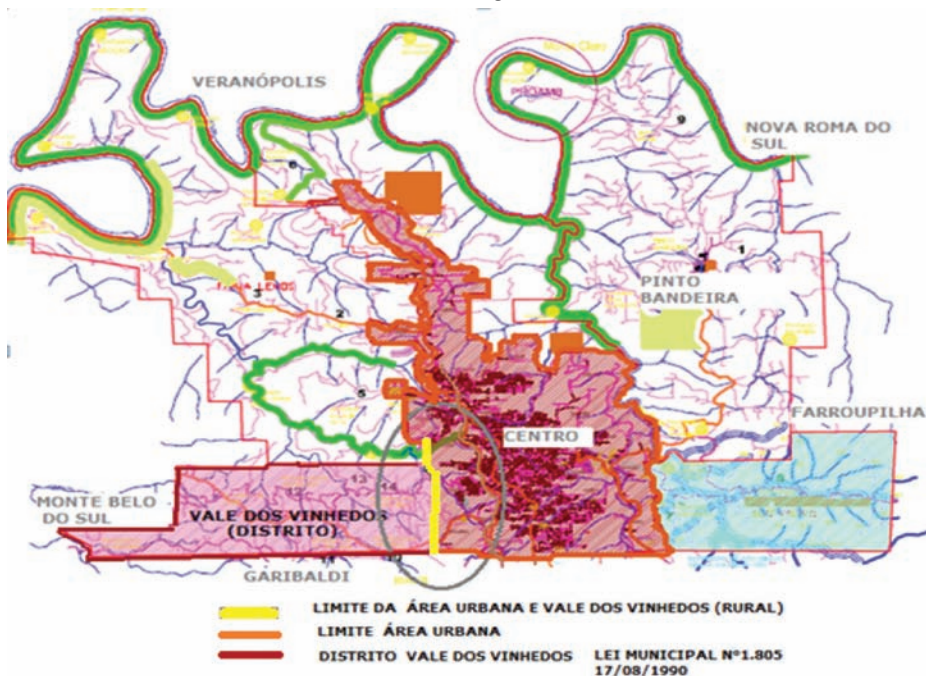


Fonte: baseado em IPURB-BG (2013).

A partir da criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves – o Vale dos Vinhedos –, foram iniciadas as tratativas para a fundação de uma associação que representasse os produtores de vinho do Vale, com o objetivo de buscar o reconhecimento do território vitícola. Desse modo, o território comporta duas designações distintas. A primeira, o Vale dos Vinhedos como território político, o 8º Distrito de Bento Gonçalves criado em 1990, que pertence à zona rural do Município; e a segunda, o Vale dos Vinhedos como Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos (IGVV), que utiliza o mesmo nome do Distrito de Bento Gonçalves, mas abrange parte de áreas territoriais de municípios limítrofes (Monte Belo do Sul e Garibaldi).

A abrangência da indicação geográfica será vista no item Certificação do Vale dos Vinhedos.

Figura 83 - Configuração e situação do Distrito do Vale dos Vinhedos no Plano Diretor de Bento Gonçalves - Zoneamento Rural.



Fonte: baseado em IPURB-BG (2013).

Das dez vinícolas existentes em 1995, seis uniram-se em torno da fundação de uma entidade que representasse os produtores; assim, surgiu em 15 de fevereiro de 1995 a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale)²⁴⁰ com os objetivos de “promover o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos com o enoturismo, a integração entre os associados e a comunidade, e fomentar a busca contínua pela excelência em produtos e serviços”.

Também com o objetivo e o propósito de congregar e qualificar o setor, iniciou-se em 1997 a busca da Indicação de Procedência (IP) e da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV). Para atingir esse objetivo, foi necessário realizar um levantamento de dados efetuado em conjunto com várias entidades, formando uma

²⁴⁰ Informações fornecidas pela Aprovale em maio de 2013.

cooperação técnica com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Uva e Vinho, o Laboratório de Referência da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar a delimitação geográfica, os levantamentos topográficos, o topo climático e o mapa de solos. De acordo com a Aprovale²⁴¹, “as vinícolas investiam em mecanismos para melhorar a qualidade da uva e, conseqüentemente, dos vinhos, além de ampliar a estrutura para o incremento do enoturismo”.

5.2 Indicações geográficas

Na atualidade, as indicações geográficas representam grande valorização diante dos consumidores de seus produtos certificados por advirem de uma origem controlada. Seu objetivo é promover, agregar valor ao produto e divulgar por meio dessa produção sua herança histórico-cultural, considerada singular e intransferível. No contexto dos territórios vitícolas, as indicações geográficas representam a manutenção e a salvaguarda do saber fazer do vinho em conjunto com sua paisagem cultural, resultado de uma construção coletiva singular. A entidade mundial denominada *Organization for International Geographical Indication Network* (Origin) reúne produtores de cerca de 30 países, defendendo e promovendo os interesses das indicações geográficas, que são reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)²⁴².

O desenvolvimento mundial das indicações geográficas ocorreu de forma natural, e os vinhos foram os primeiros produtos certificados de que se tem notícia em razão das falsificações, pois os efeitos naturais

²⁴¹ Informações fornecidas pela Aprovale em maio de 2013.

²⁴² A Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995. Desde então, tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução das controvérsias comerciais tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos bilaterais e plurilaterais entre os membros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2013).

eram mais evidentes. Contudo, sobre a origem e o tempo das Indicações, Kakuta²⁴³ aponta que:

Historicamente produtos são rotulados e distinguidos desde os primórdios da Era Romana, quando seus generais e o próprio imperador Cesar recebiam ânforas (vasos antigos) de vinho com a indicação da região de proveniência e produção controlada da bebida de sua preferência. A morte era a punição dos serviçais que entregavam a bebida errada.

Também existem relatos que remontam ao século 4 a.C., na Grécia, com os vinhos de Coríntio, de Ícaro e de Rodhes. No Império Romano, com o mármore de Carrara e com os vinhos de Falerne. Provavelmente, a Indicação Geográfica é um dos institutos do rol da propriedade intelectual, o mais antigo e, certamente, o menos usual em comparação com patentes, marcas e cultivares.

Ainda conforme Kakuta²⁴⁴, seus benefícios estão baseados em proteção do patrimônio nacional e econômico dos produtores, desenvolvimento e revitalização rural, manutenção dos produtores nas zonas rurais, contribuição na preservação de identidade e patrimônio cultural local, garantia de produtos de qualidade e muitos outros. Os selos oficiais de qualidade com origem geográfica permitem adicionar, referenciar, distinguir e singularizar um produto com garantia de qualidade dos produtos agrícolas, concedida pelo poder público.

Nesse contexto estão inseridos os pequenos agricultores. Para Altmann²⁴⁵, a globalização, os processos de industrialização, a produção em larga escala e a concentração de produção fazem com

²⁴³ KAKUTA, Susana. Guia de respostas sobre indicações geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.251.

²⁴⁴ *Idem*.

²⁴⁵ ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural - novo paradigma no mercado de alimentos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.147-154.

que os agricultores mundiais tenham dificuldades em entender a nova estruturação do mercado, na produção menor, com agregação de valor aos produtos a partir de sua identidade. Os países mais ricos oferecem programas de apoio para a organização e, desse modo, influenciam as políticas públicas, favorecendo a competitividade e os produtos diferenciados, permitindo que a agricultura familiar ingresse em um círculo virtuoso, de continuidade de produção gerações afora. Observar padrões de qualidade que atendam à demanda, às expectativas de seus consumidores, às características físicas, geográficas e climáticas do território produtor é considerado o saber fazer, um item sinalizador de tipicidade única.

Ainda sobre singularidade, Altmann²⁴⁶ salienta que a tipicidade pela cultura de seus produtores ocasiona a originalidade e a identidade própria aos produtos:

Quando um produto ou alimento tem o nome da zona de produção cujas características de qualidade decorrem dos atributos desse território (características de solo, clima, orografia) e do **saber-fazer (tradição)** dos produtores, e quando esse produto conquistou notoriedade (por seus atributos), pode-se considerar que esta tipicidade única é como originalidade criativa, isto é, **um bem imaterial**.

O bem imaterial é propriedade coletiva inseparável do território de produção, do qual os produtores são usuários. [...] O poder público assume, então, a tutela da denominação, fazendo prevalecer os interesses coletivos. [...] Um alimento ou produto agrícola reconhecido como denominação de origem deve, obrigatoriamente, ser produzido, processado ou industrializado no território de origem [grifo nosso].

Em 1919, para coibir falsificações e fraudes de seus vinhos, a França estabeleceu bases de indicações geográficas e, nesse contexto, nasceram as apelações de origem francesa, no setor agroalimentar, também de queijos, de que são grandes produtores. Em 1935 foi instalada a Apelação de Origem Controlada, com legislação própria. Atualmente, a

²⁴⁶ *Idem*, p.152.

França possui 470 apelações de origem controlada, que é o nome de uma região ou um local determinado, servindo para designar um produto produzido nesse lugar, levando em consideração o meio geográfico peculiar e os fatores humanos e naturais. Na Comunidade Europeia existem hoje mais de 4.900 indicações geográficas; destas, em torno de 4.200 são de vinhos e bebidas²⁴⁷. As indicações geográficas referidas a seguir assinalam a proteção do saber fazer de um território e a indicação de uma forma de proteção desse legado cultural dentro do território certificado.

Na Europa, as indicações geográficas estão presentes na França em seus vinhos, *champagnes*, queijos e *cognacs*. Na Itália, no presunto cru e nos queijos grana e parmesão. Na Espanha, no presunto cru, na massa de pão, no azeite de oliva, nos cítricos e no açafrão. Na América Latina, no café, no pisco, na tequila, e nos charutos. Na África, no óleo de oliva, na cebola violeta, no abacaxi e nos chás. Na Ásia, no arroz, nos chás e no vinho amarelo.

No Brasil, as indicações geográficas²⁴⁸ são utilizadas para diferenciar produtos específicos de determinadas regiões. Elas podem abarcar e reconhecer vários produtos, como os 14 produtos diversos que atualmente são reconhecidos no país, descritos a seguir: Goiabeiras/ES, panelas de barro; Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, carne bovina; Paraty, aguardentes; Pelotas/RS, doces tradicionais de confeitaria; Região do Cerrado Mineiro, café; Região do Jalapão, Tocantins, artesanato em capim dourado; Região da Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, café; Serro, Minas Gerais, queijo; Vale dos Sinos, couro acabado; Vale do Submédio do São Francisco, uvas de mesa; Litoral Norte Gaúcho, arroz; Região da Costa Negra, Ceará, camarão; São Tiago, Minas Gerais, biscoitos; Divina Pastora, Sergipe, renda de agulha em lacê; Porto Digital, Pernambuco,

²⁴⁷ Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.inao.gouv.fr> e <http://www.europa.eu.int>. Comunidade Europeia.

²⁴⁸ “**Indicações geográficas:** são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções principais: agregar valor ao produto e proteger a região produtora. O sistema de indicações geográficas deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. As indicações geográficas no Brasil são reconhecidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *Indicações geográficas brasileiras*. Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE/INPI, 2011, p.247).

serviços de tecnologia da informação; Salinas, Minas Gerais, aguardente de cana tipo cachaça; Paraíba, têxteis em algodão colorido; Norte Pioneiro do Paraná, café verde em grão e industrializado torrado em grão e/ou moído; Linhares/ES, cacau em amêndoas; Manguezais de Alagoas, própolis vermelha e extrato de própolis vermelha; Cachoeiro de Itapemirim/ES, mármore; Região da Pedra Carijó, Rio de Janeiro, gnaíse fitado de coloração branca e pontos vermelhos.

5.2.1 Indicação geográfica de território vitícola

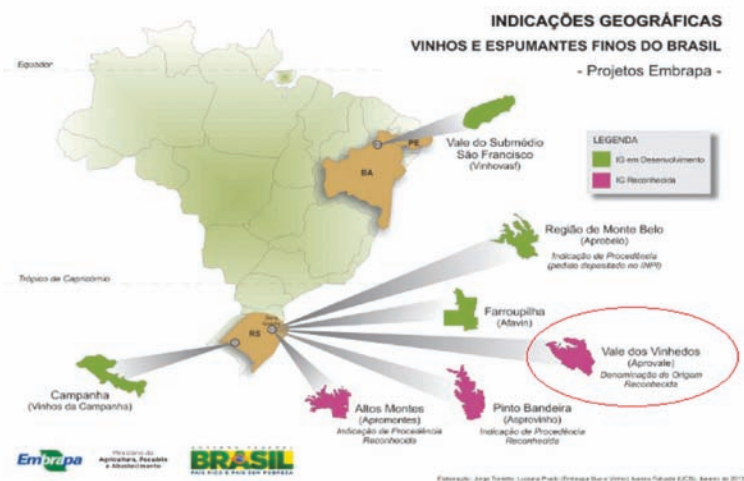
O Vale dos Vinhedos, área de estudo desta pesquisa, foi o primeiro território vitícola do Brasil (Fig. 84) reconhecido com indicação geográfica, uma certificação obtida em 2002²⁴⁹ (ver Anexo 3). Por essa razão, a indicação conferiu-lhe uma visibilidade destacada como território vitícola, o que foi um marco dentro dos territórios vitícolas do Brasil. Além desse reconhecimento, o Vale dos Vinhedos continua sendo vanguarda de certificação em razão de ter obtido a denominação de origem²⁵⁰, registrada junto ao INPI no dia 25 de setembro de 2012 (ver Anexo 4).

²⁴⁹ CERTIFICADO de Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Registro IG 200002 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). *Revista da Propriedade Industrial (RPI)*, Rio de Janeiro, n.1663, 19 nov. 2002.

²⁵⁰ KAKUTA, Susana Maria. Guia de respostas sobre indicações geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. Organizado por Vinícius Lages, Léa Lagares e Christiano Lima Braga. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.247-271./SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Indicações geográficas brasileiras. Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE, INPI, 2011, p.254: “Denominação de origem: é a espécie onde as características daquele território agregam um diferencial do produto. Define que uma determinada área tenha um produto cujas qualidades sofram influência exclusiva ou essencial por causa das características daquele lugar, incluindo fatores naturais e humanos. Em suma, as peculiaridades daquela região devem afetar o resultado final do produto, de forma identificável e mensurável”.

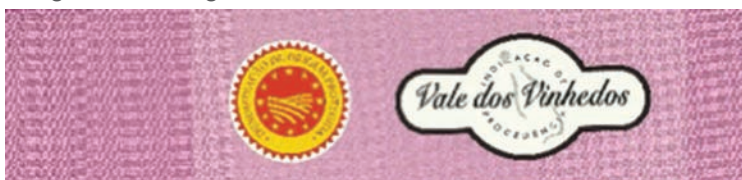
PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA: ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO

Figura 84 - Indicações Geográficas de Vinhos Finos no Brasil, em destaque para as regiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: baseado em Embrapa (set. 2013).

Figura 85 - Logomarca da DO e IP do Vale dos Vinhedos.



Fonte: SEBRAE (2013, p.131).

Figura 86 - Mapa ilustrativo do Vale dos Vinhedos da área de Bento Gonçalves.



Fonte: Vale dos Vinhedos (2010).

Em 2010, oito anos após o reconhecimento do Vale dos Vinhedos, outro território vitícola no Brasil obteve o reconhecimento de indicação geográfica. O Município de Pinto Bandeira²⁵¹ (Fig. 87) obteve sua Identificação através do Registro IG 00803 no INPI²⁵² por seus vinhos tintos, brancos e espumantes, localizados em uma região singular, com características culturais que se assemelham ao Vale dos Vinhedos por pertencerem praticamente ao mesmo Município, com a mesma cultura dos descendentes de italianos.

Figura 87 - Área geográfica do Município de Pinto Bandeira reconhecida com indicação geográfica.



Fonte: Aspro Vinho (2013).

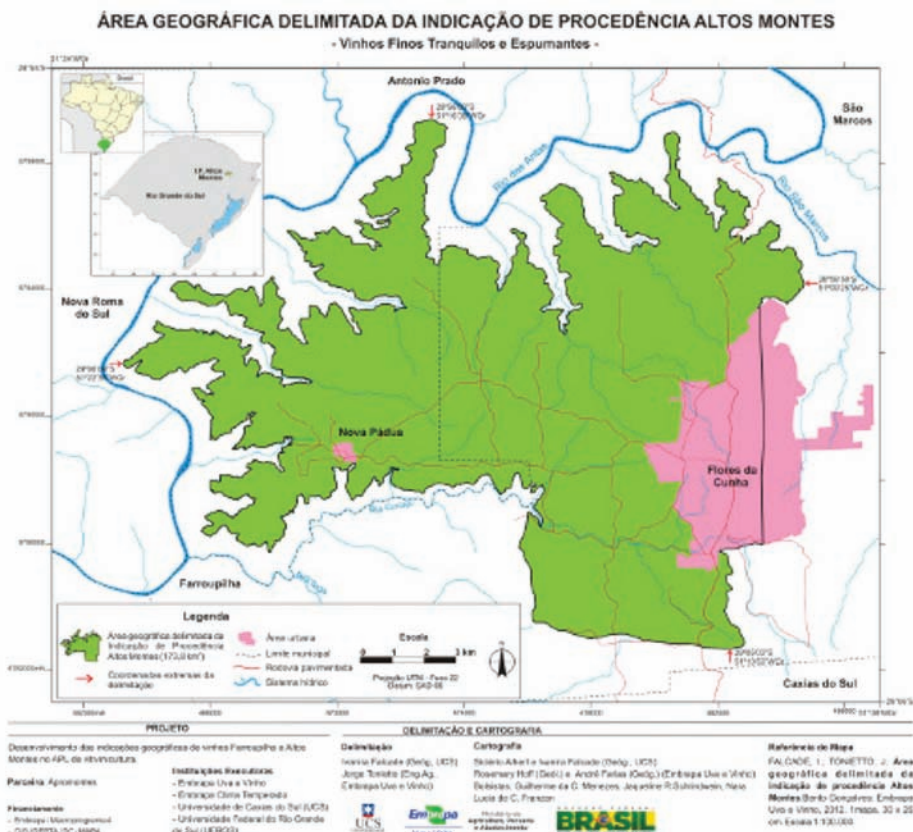
²⁵¹ PINTO BANDEIRA. In: *Wikipédia*. Disponível em: <http://www.wikipedia.org.br>. Acesso em: 2 ago. 2013. Ver referência da criação do Município na NR 80, p.47.

²⁵² CERTIFICADO de indicação geográfica. Registro IG 00803 no INPI. *Revista da Propriedade Industrial (RPI)*, Rio de Janeiro, n.2.062, 13 jul. 2010.

Também os vinhos dos Municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, localizados na Serra Gaúcha a uma distância de aproximadamente 60 km de Bento Gonçalves, que pertencem à Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes (Apromontes) (Fig. 88), com 13 vinícolas participantes, receberam oficialmente, em 18 de abril de 2013, a apresentação da indicação de procedência (IP) de seus vinhos. Foi o terceiro reconhecimento de vinhos conferida no Brasil pelo INPI.

Com a normatização e o reconhecimento, seus produtores aguardam a ampliação do valor agregado aos seus produtos e maior controle na produção e na produtividade.

Figura 88 - Área geográfica de Indicação de Procedência Altos Montes - Municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua (RS).



Fonte: Embrapa (set. 2013).

5.3 Reconhecimento do Vale dos Vinhedos

5.3.1 Busca da indicação geográfica

Em 1997 iniciou-se o processo de busca da indicação geográfica do Vale dos Vinhedos com a solicitação encaminhada ao INPI. Nesse período firmaram-se convênios operacionais que auxiliaram no desenvolvimento das atividades que serviram como pré-requisito para a conquista da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV). Sua obtenção, reconhecida em 2002 (ver Certificado no Anexo 3), foi o resultado do trabalho conjunto das várias entidades.

De acordo com Tonietto²⁵³:

Nos anos que se sucederam à criação da Aprovale foram desenvolvidas inúmeras ações visando à estruturação de uma Indicação Geográfica. Elas incluíram, dentre outros, a execução de projeto de pesquisa e desenvolvimento no qual foi possível descrever, quantificar e qualificar a área geográfica de interesse e seu potencial para a produção de uvas e vinhos, bem como o estabelecimento dos critérios de Delimitação**. Em 2001 foram estabelecidas normativas de produção da futura IP, com padrões de produção e controle que incluiu a criação do Conselho Regulador da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos. Em 2002 ocorreu o reconhecimento de direito, pelo INPI, da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos.

²⁵³ TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. *In*: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.170.

** Nota dentro da transcrição: FALCADE, I. *et al.* Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

Figura 89 - Mapa de delimitação do território abrangido pela Indicação Geográfica de 2002 com as delimitações das áreas entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul.



Fonte: Tonietto (2002).

A delimitação da Indicação Geográfica de 2002²⁵⁴ compreendeu uma área total de 81,23 km² que abrange três municípios limítrofes, ficando assim delimitadas as áreas de participação: Bento Gonçalves com 55%, Garibaldi com 37% e Monte Belo do Sul com 8%. A normativa de indicação de procedência²⁵⁵ delimita a área de produção e admite as

²⁵⁴ TONIETTO, Jorge. Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA/ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: IESA/SBSP, 2002, p.1-16. (CD-ROM).

FALCADE, I. *et al.* Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

²⁵⁵ TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006.

cultivares somente de *Vitis vinifera*, sendo vetadas todas as cultivares de origem americana²⁵⁶ e todas as cultivares híbridas²⁵⁷. A normativa também indica o rendimento máximo de produção por área, a origem da uva a ser processada, o engarrafamento e a rotulagem, os padrões de identidade e a qualidade química dos produtos.

A paisagem existente no Vale dos Vinhedos, conforme mostrado nos capítulos anteriores, é conduzida em sua maioria na forma de latada. Nesse sentido, a normativa da indicação geográfica em relação ao sistema de condução das videiras estabeleceu, de acordo com Tonietto²⁵⁸:

Art. 3º. O sistema de condução em latada corresponde ao sistema que reproduz os costumes leais da I.P. Vale dos Vinhedos. Contudo, são autorizados outros sistemas de condução desde que visem aprimoramento quantitativo da uva e dos produtos elaborados.

Aproximadamente 25 anos antes da solicitação da indicação de procedência, a produção vinícola do Vale dos Vinhedos e do Município de Bento Gonçalves foi referenciada da seguinte forma, segundo informações prestadas pelo engenheiro agrônomo Gilberto Salvador²⁵⁹, da Emater-BG:

²⁵⁶ CAMARGO, Umberto Almeida; MAIA, João Dimas Garcia; RITSCHER, Patrícia. EMBRAPA Uva e Vinho: novas cultivares brasileiras de uva. Bento Gonçalves: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010, p.152: “As uvas finas (V. Vinífera) são usadas em todo o mundo para consumo in natura e processamento. No Brasil, é também comum o uso de uvas americanas (V. Labrusca e outras espécies)”.

²⁵⁷ *Ibid.*, p.23: “[...] De maneira geral, estas cultivares se caracterizam por apresentar adaptação às condições edafoclimáticas brasileiras, que se refletem em elevada produtividade e maior nível de resistência às principais doenças que atacam a cultura da videira”. “No Rio Grande do Sul, após iniciativa realizada na estação Experimental de Caxias do Sul, a EMBRAPA Uva e Vinho, desde 1977, vem conduzindo um programa de hibridações visando o desenvolvimento de novas cultivares de uvas de mesa e para a elaboração de sucos e vinhos. O germoplasma básico usado neste trabalho inclui a V. Vinífera, a V. Labrusca, além de espécies tropicais selvagens e híbridos interespecíficos complexos, criados na Europa após a disseminação de filoxera”.

²⁵⁸ TONETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.171.

²⁵⁹ Gilberto Salvador, engenheiro agrônomo, funcionário da Emater-RS. Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural – Prestador de Serviço do Estado do Rio Grande do Sul [entrevista concedida à autora em 21 de maio de 2013].

Quando comecei a trabalhar em Bento Gonçalves em 1975, a maioria dos produtores no Vale dos Vinhedos cultivavam uvas americanas em forma de latada, as uvas viníferas eram cultivadas em pequena quantidade, a Embrapa fazia suas experiências com plantação em espaldeira.

Salvador relata também que até nos dias atuais os pequenos produtores ainda mantêm a plantação em forma de latada, mesmo na produção de uvas viníferas. Sendo assim, eles obtêm maior percentual de produção em relação ao plantio em espaldeira e recebem maior valor econômico por sua produção. Grande parte do plantio em espaldeira que se verifica no Vale dos Vinhedos é quase restrita às maiores vinícolas que têm substituído a plantação de latada para espaldeira (Fig. 90). Esse fato se verifica de modo crescente e altera a paisagem do Vale dos Vinhedos.

Figura 90 - Substituição da condução em latada por condução em espaldeira no Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2012).

A partir do reconhecimento da indicação de procedência (IP) ocorrida em 2002, houve grande valorização das terras da região

incompatível com a valorização da produção vinícola, o que ocasionou a inviabilidade de compra de terras para a implantação de vinhedos. Como exemplo, na década de 1990 um hectare de terra na área central do Vale dos Vinhedos valia em torno de R\$ 60 a 70 mil; na década de 2000, em torno de R\$ 100 mil; e na década de 2010, em torno de R\$ 300 mil²⁶⁰.

A valorização da terra entre 200% a 500% após a indicação geográfica também é analisada como um patrimônio de real valor para gerar estímulo e continuidade da produção nessas e nas futuras gerações²⁶¹.

Em razão da valorização, diversas vinícolas do Vale dos Vinhedos e de Bento Gonçalves buscaram outras regiões, como a Campanha Gaúcha e Encruzilhada do Sul²⁶², de solos mais favoráveis e de menor valor, com retorno de curto a médio prazo.

Na atualidade, as novas regiões vitícolas gaúchas (Fig. 91) obtiveram destaque próprio em razão da qualidade de sua produção. O resultado deu-se pelos fatores favoráveis de territórios encontrados, como a diversidade natural das características de solo aliada a um clima favorável para o cultivo vitícola. É uma nova região vitícola brasileira que há aproximadamente 30 anos vem implantando seus vinhedos e ganhando notoriedade de produção.

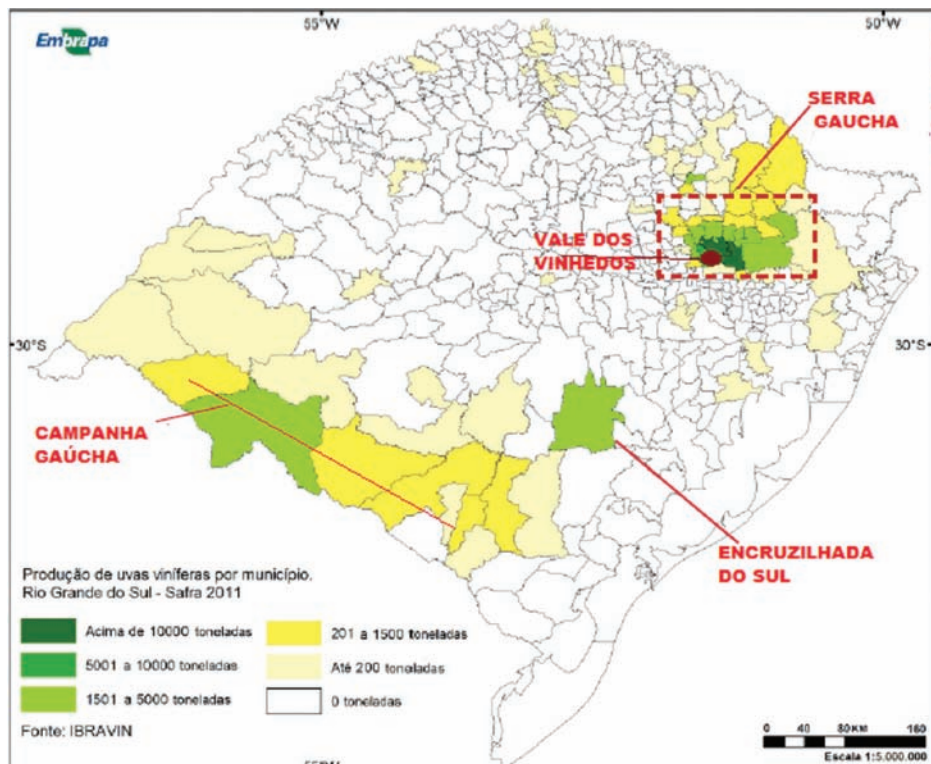
O balizamento com outras regiões vitícolas proporciona maior notoriedade ao território certificado do Vale dos Vinhedos, mas deve ser encarado como fator positivo e um auxílio para a preservação da paisagem cultural construída.

²⁶⁰ Segundo dados fornecidos pela Imobiliária Pontual, de Bento Gonçalves, que atua no setor de compra e venda de terras rurais no Município há mais de 30 anos. Dados fornecidos à autora em 3 de junho de 2013.

²⁶¹ TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.166.

²⁶² CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva. *Diagnóstico qualitativo das principais regiões vinícolas brasileiras: aspectos tecnológicos e estruturais*. 2010. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/>. Acesso em: 6 jun. 2013: “A partir de 2000, empresas vinícolas instaladas na Região da Serra Gaúcha começaram a fazer investimentos na implantação de vinhedos no Município de Encruzilhada do Sul. [...] Entre outras, investiram em vinhedos na Região: Casa Valduga, Vinícola Angheben, Lídio Carraro, Chandon, Cooperativa Aliança e Vinícola Czarnobay. Diferentemente da região da Campanha, a vitivinicultura da região da Serra do Sudeste se caracteriza pelo pouco ou quase nenhum investimento das empresas na instalação de vinícolas; ou seja, no atual contexto trata-se de uma região produtora de uvas para abastecer vinícolas de outras regiões (Serra Gaúcha e Campanha)”.

Figura 91 - Localização de regiões produtoras vitícolas do Rio Grande do Sul.



Fonte: baseado em Santos *et al.* Embrapa (set. 2011).

O crescimento da produção vitícola para a elaboração de vinhos finos através da condução em espaldeira teve aumento significativo no Vale após seu reconhecimento. As vinícolas associadas e com produção própria de uvas converteram seus parreirais de condução em latada para espaldeira. Os mapas (Figs. 92, 93 e 94) referenciam esse aumento de vinícolas associadas nas respectivas décadas desde a fundação da Aprovale. O critério obedeceu a uma linha do tempo, balizada no intervalo do ano 1995, quando ocorreu a fundação dos produtores do Vale dos Vinhedos, até o ano de 2010, inserido dentro do recorte temporal desta pesquisa.

Cabe aqui uma discussão em relação ao território construído, que pode ser estendida para uma continuação futura desta pesquisa, considerando a origem e a cultura dos imigrantes, a necessidade e/ou imposição do mercado vinícola, que aqui se entende o cultivo de variedades vitícolas para a venda de seus vinhos desvinculado da cultura local e da construção da certificação. Cabe discussão para analisar se essa ação de mitigação em relação à cultura do território construído e às estratégias de mercado para a venda de vinhos seriam as melhores soluções e, ainda, se as soluções propostas de tipo de plantio vinícola no Vale dos Vinhedos são apropriadas à cultura, ao território, ao clima e aos microclimas existentes dentro do território reconhecido, sob o viés da construção e preservação da paisagem vitícola.

Figura 92 - Vinícolas fundadoras da Aprovale e associadas desde sua fundação (de 1995 a 2000).



Fonte: baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA: ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO

Figura 93 - Vinícolas fundadoras da Aprovale e associadas desde sua fundação (de 2000 a 2010).



Fonte: baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

Figura 94 - Vinícolas componentes da Aprovale (1995-2013), Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves.



Fonte: baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

O reconhecimento da indicação geográfica, obtida em 2002, ampliou a condução dos vinhedos em forma de espaldeira, com destaque nas vinícolas com vinhedos próprios associados à Aprovele (Figs. 92, 93 e 94). As maiores vinícolas do Vale também ampliaram sua capacidade de produção e, paulatinamente, adquiriram terras de seus vizinhos do entorno, aumentando sua área de plantio em espaldeira, chegando, por meio de um levantamento empírico no local, em 100% dos seus vinhedos. A condução em espaldeira ocasionou a retirada do plantio em condução de latada e a substituição de seus cultivares de *Vitis labrusca* para *Vitis vinifera*; isto é, a substituição foi efetuada dentro dos limites de altitude propostos pela indicação.

Em 2007, a indicação de procedência do Vale dos Vinhedos obteve o reconhecimento pelo Comitê de Gestão do Vinho da União Europeia. Também no mesmo ano se iniciou o processo para a obtenção da denominação de origem. Seu registro foi aceito pelo INPI em 25 de setembro de 2012 (ver Anexo 4).

As indicações geográficas, indicações de procedência e denominação de origem (Fig.95) diferem nos critérios estabelecidos dentro de sua normativa: são independentes entre si, e por isso devem ser seguidos o regulamento e as especificações do último reconhecimento que o território adquiriu. Esse fato ocorreu no Vale dos Vinhedos, que passou a adotar a normativa da denominação de origem.

Figura 95 - Especificações das indicações geográficas.



Fonte: Aprovele (2013).

5.3.2 Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV) - 2012

O Vale dos Vinhedos obteve a denominação de origem²⁶³ em 2012, dez anos após a certificação de indicação de procedência, e passou a ser o único território vinícola brasileiro com a denominação de origem de seus vinhos.

O novo reconhecimento trouxe novas normativas para o território produtivo, que devem ser seguidas pelos produtores para que seus vinhos possam ser reconhecidos por essa certificação, utilizando-a no rótulo e no contrarrótulo. Assim, já não é seguida a normativa anterior, de indicação geográfica, devendo-se seguir na produção e elaboração dos vinhos a novo reconhecimento, que é a denominação de origem. Ela estabelece que a produção vinícola deve ser 100% produzida no Vale dos Vinhedos, apresentando também regras de cultivo, de altitude, quais cepas²⁶⁴ podem ser produzidas e os limites de produtividade. Estabelece, ainda, os métodos de elaboração e graduação alcoólica, normas de rotulagem e padrões de identificação. Todas as ações de produção e elaboração são controladas pelo Conselho Regulador, pelo corpo técnico formado por profissionais da área vinícola que elaboraram a solicitação de Denominação, pelos profissionais da área enológica, pelos laboratórios e pela Aprovale.

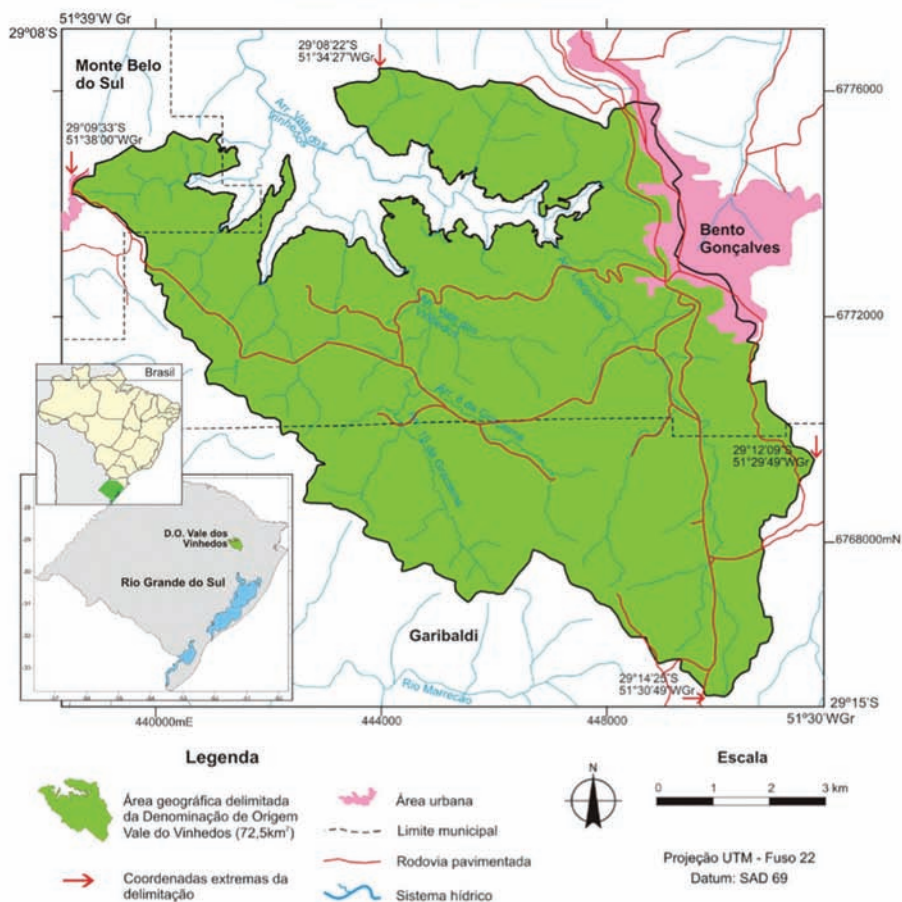
No que concerne à paisagem cultural existente na condução das videiras com orientação do plantio em latada, a normativa da denominação de origem estabelece que esse plantio não pode ser praticado pelos produtores porque a DO admite o plantio em espaldeira para qualificar a produção vinícola (ver normativa da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos).

²⁶³ Toda a normativa da denominação de origem pode ser acessada em: <http://www.valedosvinhedos.com.br>.

²⁶⁴ Para vinhos finos tintos secos: Cabernet Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot e Tannat. Para vinhos finos brancos secos: Chardonnay e Riesling Itálico. Para vinhos espumantes brancos ou rosados finos: Chardonnay, Riesling Itálico e Pinot Noir.

Figura 96 - Mapa de abrangência da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos - 2012.

ÁREA GEOGRÁFICA DELIMITADA DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM VALE DOS VINHEDOS
- Vinhos Finos Tranquilos e Espumantes -



PROJETO

Desenvolvimento de indicações geográficas e alerta vitícola para o APL de vitivinicultura do Rio Grande do Sul

Instituições Executoras

- Embrapa Uva e Vinho (Coordenação)
- Embrapa Clima Temperado
- Universidade de Caxias do Sul (UCS)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Parceiro: Aprovale

Financiamento: Convênio Finep - Cód. 01.09.0494.00

DELIMITAÇÃO E CARTOGRAFIA

Delimitação

Jorge Tonietto (Eng.Agr., Embrapa Uva e Vinho)
Ivanira Falcade (Geólg. UCS)

Referência do Mapa

FALCADE, I.; TONETTO, J. *Área geográfica delimitada da denominação de origem Vale dos Vinhedos*. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2010. 1 mapa, 16 x 23cm. Escala 1:100.000.

Cartografia

Ivanira Falcade (Geólg., UCS)
Rosemary Hoff (Geólg., Embrapa Uva e Vinho)
Bolsista: Guilherme da C. Menezes



Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Fonte: Tonietto et al. Embrapa (set. 2013).

Figura 97 - Rótulo e contrarrótulo constante nas garrafas de vinhos da denominação de origem.



Fonte: Vale dos Vinhedos (2013).

Com o estabelecimento de normativas de produção próprias da DO, sua área geográfica de abrangência possui 72,45 km² (Fig. 96), área menor do que a de indicação geográfica, com os seguintes percentuais de abrangência de municípios: Bento Gonçalves, 61,07%; Garibaldi, 33,49%; Monte Belo do Sul, 5,44%. A limitação é definida pelo sistema de drenagem através de pequenos arroios. As cultivares autorizadas são exclusivamente de *Vitis vinifera*, sendo proibidas todas as cultivares de origem americana e todos os cultivares híbridos. Quanto ao sistema de condução, a normativa especifica que “o sistema de sustentação autorizado para os vinhedos é exclusivamente em espaldeira”²⁶⁵.

Portanto, a definição foi dada não pela divisão proposta, mas pela unidade de paisagem criada. A identidade de um território vitícola também pode ser referenciada por um varietal que o identifique, criando um ecossistema próprio. Em muitos países é observada a delimitação das espécies, criando uma rede própria de elaboração de vinhos que identifica a região.

Estudos evidenciam a falta dessa matriz cultivar cultural que identifique o Vale dos Vinhedos. De acordo com Palácios e Portugal²⁶⁶,

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos representa uma das principais e mais tradicionais zonas vitivinícolas do Brasil e seus produtores atualmente buscam uma identidade vinícola

²⁶⁵ TONIETTO, Jorge; ZANUS, Mauro Celso; FALCADE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. *O regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: vinhos finos tranquilos e espumantes*. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, set. 2013 [documento 84]. Disponível em: <http://www.cnpqv.embrapa.br/tecnologias/ig/>. Acesso em: 9 set. 2013.

²⁶⁶ PALÁCIOS, Antonio; PORTUGAL, Cauré B. Vale dos Vinhedos: perfil produtivo de vinícolas familiares e diagnóstico qualitativo, microbiológico e sensorial de vinhos. *Revista Brasileira de Viticultura e Enologia*, Bento Gonçalves, RS, Fórmula Prática/ Associação Brasileira de Enologia, v.4, n.4, p.18, set. 2012.

e adequação a novos mercados. [...] Os resultados evidenciam a grande diversidade de cultivo e de produtos relacionada a uma perda de identidade e de direcionamento para a elaboração de vinhos finos. As análises realizadas indicam, também, a necessidade de adequação das práticas vitivinícolas às características locais na obtenção de vinhos com identidade, tipicidade, maior qualidade sensorial e estabilidade físico-química e microbiológica. Deste modo, demonstra-se a necessidade de aprofundar as atividades de pesquisa interdisciplinar em viticultura e enologia com o objetivo de dar subsídios aos pequenos produtores para enfrentarem o exigente mercado atual sem perder o histórico de suas tradições.

5.4 Condução das videiras, sua relação com a paisagem vitícola e certificações do Vale dos Vinhedos

É necessário ressaltar o resultado da paisagem em estudo com a forma de condução, que vai além da qualidade técnica da produção e reflete uma identidade própria criada no território vitícola. As transformações na forma de plantio ocorridas levam a considerar os embates presentes do plantio das videiras que refletem na paisagem: de um lado a Certificação (reconhecimento), que estabelece o plantio em espaldeira (Fig. 98), ocasionando a supressão das videiras existentes com perda cultural do território; de outro, diferentes ponderações técnicas que consideram a cultura existente no território e entendem que outros tipos de condução além da espaldeira produzem uvas de qualidade, considerando os vários microclimas existentes num mesmo território e, para tanto, o plantio deve ser adaptado aos vários condicionantes para se obter uma melhor produção de uvas, para a melhor elaboração de vinhos.

Figura 98 – Vale dos Vinhedos: tipos de plantio.



Fonte: a autora (2013).

Faz-se necessário, neste momento, retomar o assunto da forma de condução para ampliar a discussão e verificar outras ponderações técnicas de pesquisadores, professores e alunos de Viticultura e Enologia, que mostram pareceres diferentes do estabelecido pela Certificação.

O tipo de condução das videiras está sendo debatido nesta pesquisa por ser um importante elemento formador da paisagem cultural vitícola. No sistema de condução em latada, a exposição das uvas ao sol e ao vento é menor em razão da maior proporção de massa foliar. Segundo Giordani²⁶⁷:

No sistema de condução em latada, para se obter maior qualidade da uva é necessário fazer o manejo correto da videira com a poda verde, que consiste na retirada de folhas de maneira correta, permitindo, deste modo, que as uvas tenham maior exposição ao

²⁶⁷ GIORDANI, Edgar Luís, graduando do Curso Superior de Enologia do IFRS, Bento Gonçalves, RS, em entrevista concedida à autora em julho de 2013.

sol e ao vento. Isto proporciona uma diminuição da umidade, que é o fator principal das patologias que podem acometer as videiras.

A condução em espaldeira foi o sistema de condução adotado pela Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos como o de melhor obtenção de qualidade e resultados. No entanto, há outros pareceres técnicos a respeito. Engenheiros agrônomos, pesquisadores e enólogos entrevistados afirmam que uma produção de uvas viníferas de qualidade não se restringe ao plantio em espaldeira, mesmo levando em consideração a Certificação de um território. Cury²⁶⁸ explica:

As Denominações de Origem devem ser específicas para cada território inclusive a forma de condução e quantidade de produção. No Vale dos Vinhedos, poderíamos ter uma produção diferenciada do que é especificado na norma de acordo com o território que se apresenta. Sobre a condução em latada observo, de modo geral, que a Serra Gaúcha aparenta que esta condução em forma de latada foi “depreciada”, que é velha, antiga e que não serve para a produção de uvas finas, o que não é verdade e não corresponde com a realidade de manejo que podemos ter.

Quando perguntado se é possível obter uvas de qualidade com a produção em sistema de latada, Santos²⁶⁹ respondeu:

O que deve ser observado é o manejo da poda verde, com monitoramentos frequentes, exigindo também maior mão de obra. O sistema possibilita deixar uma maior carga de gemas por planta, o que é de grande valia para se obter um equilíbrio entre vigor e produção em locais com muita disponibilidade de chuvas e alta fertilidade do solo como na Serra Gaúcha.

²⁶⁸ CURY, Leonardo. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Professor do Curso Superior de Enologia no Instituto Federal de Educação (IFRS-BG), Bento Gonçalves, RS. Entrevista concedida à autora em julho de 2013.

²⁶⁹ SANTOS, Henrique Pessoa dos. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho [entrevista concedida à autora em junho de 2013].

Quando indagado se somente como plantio em condução de espaldeira se obteriam uvas de qualidade para a elaboração de vinhos finos na Serra Gaúcha, conforme determina a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, Santos²⁷⁰ apontou:

Não necessariamente. A questão é que no sistema espaldeira é mais fácil (e de menor custo) para a obtenção de microclimas favoráveis à qualidade. Contudo, é importante destacar que a espaldeira pode também prejudicar o microclima pela maior exigência de orientação solar das fileiras, o que pode ser restritivo em locais com muita declividade para os quais seria mais adequada a adoção de outros sistemas, como, por ex., o H-Mendocino, que se apresenta como uma variação do sistema latada e permite grande exposição da uva e de forma independente da declividade do terreno.

Em resumo, o sistema de condução em si não pode ser considerado a única garantia para o atingimento da qualidade enológica da uva, pois o que mais importa é a adequação do sistema de condução à realidade de solo, clima e relevo do local de cultivo. Além disso, é de extrema importância a adequação de manejo de dossel (ajuste fino) dentro de um determinado sistema de condução, para que se possam obter os ganhos de qualidade desejados. Ou seja, cada local (considerando até variações dentro da mesma propriedade) exige variações de manejo (ex.: ajustes de espaçamento, carga de gemas, área foliar exposta etc.) para se conseguir o máximo da expressão de qualidade que uma determinada cultivar pode manifestar.

A meta dos produtores de vinho brasileiro é intensificar cada vez mais a elaboração dos vinhos finos para atingir melhor posicionamento dentro de um cenário mundial desse tipo de vinhos. Ocorre que a Serra Gaúcha tem seu histórico de 135 anos baseado na produção de vinho comum, com plantio em latada e uvas americanas. As alterações verificadas no modo de condução das videiras no Vale dos Vinhedos atingiram diretamente a paisagem construída.

²⁷⁰ SANTOS, Henrique Pessoa dos. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho [entrevista concedida à autora em junho de 2013].

Em razão das modificações, esta pesquisa questiona qual seria o novo posicionamento dos produtores: total supressão das videiras em latada e das uvas americanas? Ou a manutenção do referencial identitário, único no mundo mantendo a produção?

Estudos recentes apontam o crescimento do consumo de suco de uva, que deve ser intensificado nas próximas décadas por seu alto valor nutritivo e pela presença dos polifenóis e antioxidantes, benéficos à saúde humana, permitindo que o produto seja incluído na merenda escolar pelos benefícios à saúde das crianças. O suco é produzido a partir das uvas americanas e da condução em latada existente no território.

Realizando a análise da necessidade de supressão dos vinhedos antigos para o plantio em forma de espaldeira na produção de uvas de qualidade e, conseqüentemente, de vinhos finos, Santos²⁷¹ comenta:

Não há muitos subsídios técnicos para uma decisão de erradicação total, pois há locais que não permitiriam ganhos com a simples conversão de um sistema para outro. É importante também considerar que nestes 130 anos houve muitas mudanças conjunturais no setor, variando cultivares e produtos. Atualmente, há alguns investimentos maiores em uvas para vinho fino, porém ainda prevalece uma grande superfície de parreirais com uvas rústicas para a produção de sucos e vinhos de mesa, que têm um mercado muito forte no Brasil e não pode ser desconsiderado.

Portanto, acredito e defendo a ideia de um cenário misto na adoção de sistemas de condução. Além disso, pelo incremento na exigência de qualidade pelos mercados consumidores, acredito também em um forte interesse na adoção de técnicas de manejo adequadas de dossel vegetativo, de modo independente do sistema de condução, para que possam garantir maior qualidade enológica da uva e competitividade dos vinhos produzidos.

²⁷¹ SANTOS, Henrique Pessoa dos. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho [entrevista concedida à autora em junho de 2013].

Este é o ponto central que a pesquisa observa: proporcionar o cultivo vitícola com a manutenção do território construído e seu patrimônio inserido, através da produção sustentável e respeitando a história do lugar.

No período compreendido entre 1990 e 2010, do reconhecimento do Vale dos Vinhedos, não houve um extermínio maior da paisagem vinícola existente porque os produtores que optaram pelo novo plantio e uvas viníferas não obtiveram o retorno econômico prometido nem o valor agregado esperado. Esse fato ocasionou o retorno ao plantio tradicional em condução de latada, que promoveu maior produção e retorno financeiro, mesmo na produção de uvas viníferas. No período citado, paulatinamente ocorreram modificações de uso do solo, que se abordarão a seguir.

5.5 Análise das modificações no uso do solo do território reconhecido

A metodologia desenvolvida na pesquisa possibilitou uma abordagem baseada na história cultural através do método da evolução urbana, que permitiu a visualização do crescimento dos núcleos urbanos e rurais e sua relação com a região.

A análise foi efetuada por meio dos fatores populacional, econômico, sociocultural, institucional e locacional, e está baseada no método de Souza e Müller²⁷², destacando o seguinte:

A análise do inter-relacionamento dos fatores populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e locais que atuaram sobre a cidade, sua região, em cada período de sua história, procurando destacar, de maneira particular, em cada um deles, suas funções urbanas e, de maneira geral, suas perspectivas.

²⁷² SOUZA, Célia F. de; MÜLLER, Dóris M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.10.

Nesse sentido, a evolução da cidade e da região foi dividida em períodos, destacando em cada um deles as funções tanto urbanas quanto rurais com base no objeto de estudo, que forneceu subsídios para as novas tendências e perspectivas do território.

Foi realizada a análise das transformações ocorridas no processo de desenvolvimento dentro do recorte temporal proposto. As modificações de uso do solo também sinalizam transformações em seu contingente populacional, com reflexos diretos no território e sobre a paisagem cultural vitícola estudada.

A visibilidade adquirida pelo território com a Certificação chamou a atenção para a paisagem vitícola como moeda forte de valorização econômica. A linha do horizonte foi cortada pelas edificações de quatro pavimentos para servir ao turismo. As indústrias de elaboração de vinhos e as indústrias beneficiadoras de sucos (Figs. 99 e 100) que estão instaladas no Vale desde os anos 70 expandem-se vertiginosamente, cortando o território e comprometendo o meio ambiente, principalmente as águas dos pequenos rios e afluentes do Distrito, o que ocasionou um desequilíbrio²⁷³ do ecossistema trazendo a proliferação de insetos, como o mosquito conhecido como “borrachudo”, que incomoda sobremaneira tanto a população quanto seus visitantes. Outro fator prejudicial que ressoa na paisagem vitícola e no turismo são os efluentes produzidos pelas indústrias, que produzem odores desagradáveis, em especial nos dias nublados, dificultando sua dissipação. Trata-se do desequilíbrio ambiental natural provocado pelo excesso de defensivos aplicados que atinge as nascentes e os rios, eliminando os predadores naturais.

²⁷³ PEDROSO-DE-PAIVA, Doralice. *O borrachudo: indicador biológico da qualidade da água*. [s.d.], p.1. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/5-Dora-borrachudo.pdf. Acesso em: 29 jul. 2013. Segundo a autora: “A excessiva população de borrachudo é o resultado do desequilíbrio ambiental por nós concretizado nos últimos anos. [...] A presença de matéria orgânica na água, a níveis crescentes, é a causa principal do crescimento da população de borrachudos. Sem a presença de predadores aquáticos, peixes e outros insetos, destruídos tanto pela própria presença dos dejetos como pelo uso indevido dos defensivos agrícolas e desmatamento, ficou completo o quadro de desequilíbrio ambiental. Desta forma, as larvas encontraram as condições ideais para o seu desenvolvimento descomedido”.

Figura 99 - Linha Leopoldina (décadas de 1950 e 1960) e sua produção vitícola em latada com a sustentação dos plátanos. A casa de alvenaria, construída pelos imigrantes italianos é a referência do foco dessa parcela do território.



Fonte: Pavoni (1966).

Figura 100 - As alterações da mesma parcela do território, com a instalação da indústria de sucos (décadas 1970-1980) e a construção do hotel (década de 2000).



Fonte: a autora (2013).

A paisagem vitícola construída no Vale dos Vinhedos está ancorada dentro de uma história cultural regional, pontuando o território com marcadores de identidade. As modificações que ocorrem na paisagem no decorrer do tempo abrem uma lacuna na história desse lugar. Neste

sentido, o geógrafo Maby²⁷⁴ comenta sobre a formação da paisagem vitícola como um testemunho do tempo sobre o território:

[...] [a videira não é] uma vida de curta duração nem mesmo de uma única geração. Sua implementação é tipicamente na escala de séculos; é por isto que ela marca o território por sua presença constante e muitas vezes representa o testemunho das mais antigas atividades regionais. Em muitas regiões vitícolas, alguns elementos do espaço rural e urbano ainda podem aproveitar-se da permanência histórica da videira, naturalmente tornando-se um marcador da identidade do território.

Em razão de o Vale dos Vinhedos ser um território vitícola reconhecido, que abrange áreas dos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, não há um planejamento conjunto com o objetivo de proteger o território de construções inapropriadas dentro de seus limites e em seu entorno. Em Monte Belo foram construídas indústrias na última década (Fig. 101), sendo que sua localização faz divisa com o Vale dos Vinhedos, que pode ocasionar ruídos e ampliar o tráfego intenso e pesado para o transporte de produtos.

Figura 101 - Sinalização de diferentes usos do solo em área reconhecida.



Fonte: a autora (2012).

²⁷⁴ MABY, Jacques. *Vinho, argumento de identidade do território*. Roma: Sociedade Geográfica Italiana, jan. 2004, p.6-7. Disponível em: <http://www.univ-avignon.fr>. Acesso em: 15 maio 2013.

No ano de 2012, a convite de associações culturais, esteve em Bento Gonçalves o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para realizar uma análise da paisagem cultural de Bento Gonçalves.

Em sua análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, Delphim²⁷⁵ mostra que:

O Plano Diretor de Bento Gonçalves estabelece, dentre outras diretrizes sociais, a preservação do patrimônio histórico e cultural e a conservação dos espaços que constituíram a história do Município em momentos marcantes do desenvolvimento da zona rural e urbana. Utiliza-se da educação como instrumento de construção da cidadania, de valores éticos, de respeito à cultura, à história, às tradições e costumes locais. A rigor, se a legislação municipal fosse cumprida, minha ida a Bento Gonçalves teria se limitado a uma palestra. [...] Entretanto não é isto que ali ocorre. O governo municipal, responsável por grandes conquistas teóricas como o Plano Diretor de Bento Gonçalves, **prefere jogar por terra as sábias e isentas conclusões de profissionais de notório saber, seriedade e idoneidade.** [...] Condomínios, loteamentos e pavilhões industriais são construídos na zona rural segundo o interesse dos empreendedores, as tendências dos políticos e totalmente alheios as questões técnicas e legais que contemplam o valor para a coletividade [grifo nosso].

Segundo Delphim²⁷⁶, os danos causados pela construção de indústrias em zona rural oportunizam uma piora sensível no território, o que ocasiona a destruição e dificulta a preservação da história e do patrimônio local:

Uma indústria exige uma infraestrutura muito maior do que uma propriedade rural. Ao se implantar uma fábrica em uma zona rural, destrói-se inicialmente o testemunho da atividade

²⁷⁵ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves*, RS: impacto cultural e proposta de gestão. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.33.

²⁷⁶ *Idem*, p.156.

agrícola original do terreno. Em seguida, dos terrenos contíguos, cujos plantios formados sobretudo por pomares e vinhedos, vão dando lugar a novas indústrias. Funcionários vão se instalando nas imediações, os terrenos vão se tornando um arremedo do meio urbano, com muitas desvantagens e poucas vantagens para quem quer ali permanecer. Pode ocorrer que os novos moradores, muitas vezes sem qualquer ligação com a cultura e as tradições locais, venham a tratar os plantios como se fossem fundos de seus quintais, colhendo frutas, praticando atos de depredação e prejudicando as safras de uva.

Tal realidade ocorre no Vale dos Vinhedos. Além dos novos moradores dos condomínios, alheios à vocação do lugar, há os trabalhadores externos da safra de uva que permanecem temporariamente no lugar após concluírem seu trabalho. Estes efetivaram sua permanência através da compra, em contratos dos terrenos divididos em frações aleatórias. A situação é usual também com os moradores locais das primeiras famílias, cujas terras não foram divididas, ocasionando assentamentos irregulares que se efetivam por falta de fiscalização dos órgãos públicos competentes.

O aumento do turismo enológico é um fator positivo que, se bem dosado, traz benefícios a toda a comunidade. Isso também proporcionou uma ampliação de oferta de lugares a serem visitados, com arquitetura significativa, que nem sempre é condizente com a identidade do lugar (Fig. 102). Nesse sentido, deve ser real a relação da arquitetura com a identidade do Vale dos Vinhedos, de forma que reflita a cultura e a identidade de seus habitantes e não o contrário.

No ano de 2009, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB-BG) vetou a construção de um castelo medieval no Vale dos Vinhedos, o qual seria uma construção sem referência para o lugar, movida pelos interesses econômicos, sem relação cultural, que certamente feriria a paisagem. Mesmo assim, existem construções da década de 1990 alheias à arquitetura local.

Figura 102 - Vinícola do Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, construída em pedra com traços de castelo medieval (década de 1990).



Fonte: a autora (2013).

A expansão urbana também é verificada nos municípios limítrofes, abarcando cada vez mais partes desse território e ocasionando modificações significativas e também a perda de seu referencial cultural. Essas modificações de uso do solo significam o abandono da terra e da produção vinícola, ou a inviabilidade dos empreendimentos de turismo devido aos ruídos excessivos, comprometendo a tranquilidade do lugar, como já ocorre em determinados pontos do Vale. Há ocorrências de moradores locais que, pelas modificações do uso do solo, são obrigados a mudar de lugar ou a vender e abandonar sua atividade produtiva.

Sobre essa questão, Delphim²⁷⁷ salienta que:

²⁷⁷ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão*. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.150.

Assim, quem realmente trabalhou junto à natureza, substituindo o ecossistema nativo pelos cultivos que geraram a atual paisagem cultural, pode vir a ser obrigado a deixar sua propriedade, terminando por vendê-la a empreendedores que lhes conferem todo o tipo de uso, **menos o original**. Usos em geral degradantes e capazes de contagiar e corromper outros espaços adjacentes. As áreas edificadas logo irão conturbar com outras e assim **logo se porá a perder a cultura tradicional e o que mais a representa, a paisagem** [grifo nosso].

São dois os acessos ao Vale dos Vinhedos (Fig. 103) que, por falta de planejamento, comprometeram o acesso atual ao território reconhecido.

Figura 103 - Demarcação de acessos para o Vale dos Vinhedos.



Fonte: baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

Dos dois acessos para o Vale dos Vinhedos, o Acesso 1 apresenta melhores condições de trafegabilidade e segurança. No Acesso 2 o transeunte deve passar pelo Bairro Municipal, que mostra outra face da realidade urbana de Bento Gonçalves, com urbanização irregular desde a década de 1980, resultado de um processo de ocupação descontrolada e incontida da população de baixa renda e sem infraestrutura. Atualmente regularizada, através de projetos do governo federal, a Prefeitura vem implantando melhorias urbanas necessárias e urgentes. Ao mesmo

tempo, a realidade que se apresenta (Fig. 104) como área de acesso (2) ao Vale dos Vinhedos não condiz com seu reconhecimento e com Bento Gonçalves, que é expoente no Brasil na questão do turismo, qualificada pelo Ministério do Turismo como um dos 65 municípios brasileiros indutores de turismo.

Figura 104 - Bairro Municipal, Bento Gonçalves - Acesso 2: Caminho para o Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2012).

5.5.1 Condomínios no Vale dos Vinhedos

Dada a valorização econômica que a terra adquiriu com o reconhecimento, o solo passou a ter outros usos que não o produtivo. Sendo um território vitícola reconhecido, deve seguir a vocação de produtor vitícola para, inclusive, manter sua certificação. Foi observada, no entanto, uma reversão do uso do solo, com apelos imobiliários que exploram a paisagem cultural como fator de venda e, ao mesmo tempo, traz para o lugar habitantes estranhos a um território vitícola produtivo e reconhecido.

Os condomínios residenciais²⁷⁸ surgidos nos aglomerados urbanos do Vale dos Vinhedos nos últimos 10 anos são uma realidade no território (Fig. 105) que ocasionou a perda da sua matriz cultural e

²⁷⁸ Os condomínios residenciais construídos em áreas do Vale dos Vinhedos que pertencem a Bento Gonçalves são previstos no Plano Diretor do Município.

seu empobrecimento cultural e territorial, criando espaços artificiais que não condizem com a vocação do lugar, ao mesmo tempo em que uma área rural deixou de ser produtiva em razão dessa urbanização invasiva.

Figura 105 – Condomínios residenciais no Vale dos Vinhedos.



Fonte: baseado em Google Earth (2013).

O primeiro condomínio construído no Vale dos Vinhedos está localizado na área do Residencial Vale dos Vinhedos – Garibaldi (RS). Esse condomínio possui sua área física no Município de Garibaldi (Fig. 106). No entanto, o principal acesso é realizado pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves.

O perímetro urbano do Município de Garibaldi foi ampliado para efetivar a aprovação do condomínio em área urbana. Desse modo, foi aprovada a instalação de um condômino que está localizado na área física do Vale pertencente a Garibaldi, que se apropriou da infraestrutura de acesso pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves e de sua paisagem.

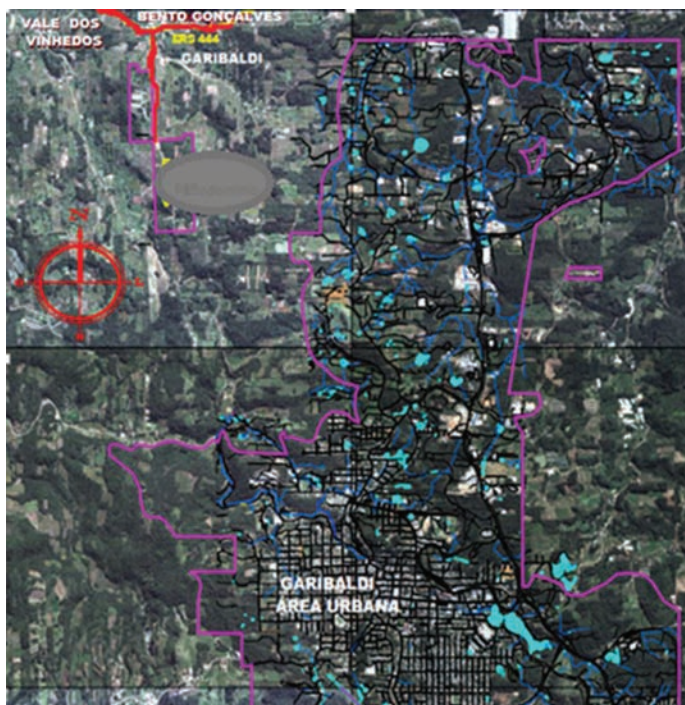
Conforme estabeleceu a Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008, a Câmara de Vereadores de Garibaldi²⁷⁹:

Institui o Plano Diretor de Garibaldi e dá outras providências:

[...]

IX Zona Residencial Vale dos Vinhedos: área que se caracteriza predominantemente pela atividade residencial, com lotes grandes e baixíssimas densidades.

Figura 106 - Localização no Vale dos Vinhedos, de condomínio com localização no Município de Garibaldi e acesso pelo Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves. O perímetro urbano de Garibaldi foi ampliado para transformar a área do condomínio em área urbana.



Fonte: baseado no Plano Diretor de Garibaldi (2013).

²⁷⁹ GARIBALDI. Câmara de Vereadores. Lei Complementar no 3, de 18 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2013.

Figura 107 - Muro divisor da área do condomínio e da área vizinha com cultivo de videiras.



Fonte: a autora (2011).

Figura 108 - Condomínio com as demarcações dos antigos parreirais através dos plátanos.



Fonte: a autora (2011).

Figura 109 - Condomínio residencial com partes de antigos parreirais marcados por tutores vivos.

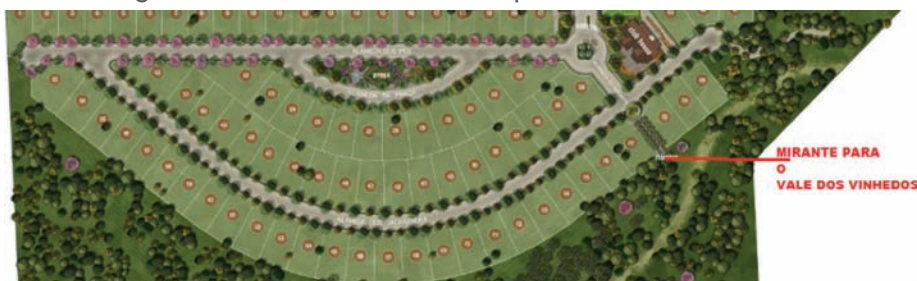


Fonte: a autora (2011).

A paisagem vitícola local é um fator determinante (Figs. 108 e 109) para a venda dos condomínios por sua beleza, pelo encantamento que os territórios do vinho transmitem e pela própria formação da paisagem, que conta a história e o tempo do lugar através do trabalho com a videira. Os condomínios aumentam significativamente a densidade populacional, inclusive pelo fracionamento de lotes, com a aprovação da legislação vigente do Plano Diretor de Bento Gonçalves de 2006.

Outro condomínio (Fig. 110) está localizado em área urbana de Bento Gonçalves, em área quase limítrofe com o Vale dos Vinhedos. Sua localização está totalmente voltada à paisagem e seu nome referencia a paisagem do Vale dos Vinhedos como diferencial. Sua aprovação ocasionou o primeiro condomínio de lotes, aprovado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB-BG).

Figura 110 - Condomínio voltado para o Vale dos Vinhedos.



Fonte: no site de acesso público.

O último condomínio aprovado no Vale dos Vinhedos (Fig. 111), possui 105 lotes distribuídos em uma área de 19 hectares, localizado em área central do Vale. Suas tratativas de implantação iniciaram em 2006 (nesse ano foi aprovado o Plano Diretor do Município em vigor). Sua primeira aprovação ocorreu em 2008, e no ano de 2011 foi expedido pelo Instituto de Planejamento Urbano (IPURB) o alvará de execução. Em 2013 foi expedido pelo mesmo órgão municipal de Bento Gonçalves o alvará de habite-se.

Figura 111 – Áreas permissíveis para condomínios no Vale dos Vinhedos.



Fonte: baseado no IPURB-BG (2013).

Em sua análise, Delphim²⁸⁰ faz referência à urbanização de Território Rural Reconhecido, e aponta:

É lamentável que representantes do povo se mostrem mais comprometidos com o capital privado do que com o interesse coletivo, e que isto se faça à custa da destruição dos mais significativos valores culturais e naturais locais. [...] Qual o motivo? É que as áreas rurais são sempre mais baratas que as urbanas. Após a implantação, toda a vocação e tradição agrícola do terreno onde foi implantada serão adulteradas [...] A urbanização do ambiente rural constitui, hoje, a maior ameaça ao patrimônio cultural e natural, sobretudo ao patrimônio rural com o qual é coligado. Urge que se busque uma forma de preservá-lo antes que desapareça sem deixar qualquer testemunho.

²⁸⁰ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão*. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.34.

Figuras 112 e 113 - Publicidade no Vale dos Vinhedos e acesso ao condomínio.



Fonte: a autora (2012 e 2013).

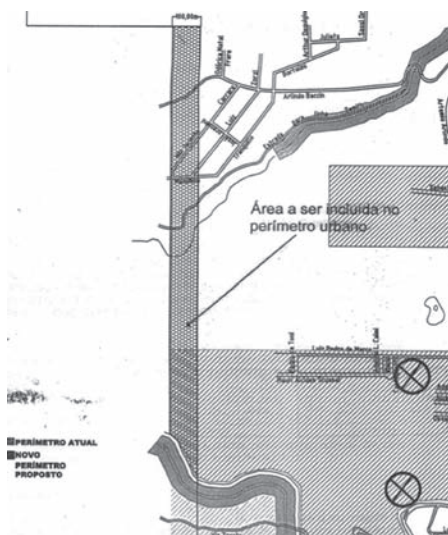
As modificações do Plano Diretor de uso do solo de rural para urbano têm sido constantes no Município, principalmente avançando sobre áreas rurais de interesse histórico e de patrimônio cultural, como é o caso do Distrito Vale dos Vinhedos.

Na área do Vale dos Vinhedos que pertence a Bento Gonçalves foi aprovada, pela Lei Complementar nº 109, de 3 de maio de 2007, a inserção de uma gleba rural de antigo lote de colônia que pertencia ao Vale dos Vinhedos, com dimensões em torno de 100 metros por 1.000 metros. Essas ações são possíveis, pois contam com a aprovação pela Câmara de Vereadores por meio de leis complementares.

Dessa forma, em dois casos foi solicitado ao Ministério Público de Porto Alegre um relatório de vistoria do Vale dos Vinhedos. O primeiro

relatório de análise faz seu levantamento da área rural do Vale dos Vinhedos, que é assim localizada e descrita²⁸¹:

Figuras 114 e 115 - Área incluída no perímetro urbano, conforme documento na folha 277 do IC e transposição aproximada da área da F1, para mapa do Google Earth.



F1 - Área incluída no perímetro urbano, conforme documento na folha 277 do IC.

F2 - Transposição aproximada da área da F1, para mapa do Google Earth.

Fonte: Ministério Público (2009).

Legenda:

- 1 - APP = Área de Preservação Permanente (Código Florestal).
- 2 - Área com restrições para urbanização pela Lei nº 6.766/79 e pelo Artigo nº 165 do Plano Diretor de Bento Gonçalves.
- 3 - Área compatível com zoneamento urbano, porém com restrições pelo Artigo nº 165 do Plano Diretor de Bento Gonçalves.
- 4 - Área institucional (Embrapa) - não pode ser utilizada para acesso a loteamentos.
- 5 - Área (folha 370 do IC) com acesso para a zona urbana somente através da zona rural do Vale dos Vinhedos, ao sul.
- 6 - Área com restrições do Código Florestal e da Lei nº 6.766/79, inviabilidade de prolongamento das ruas até a área 5.

²⁸¹ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. Relatório de Vistoria. Documento DAT-MA no 2250/2011. Outros assuntos ambientais/Planejamento urbano. Para Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício no 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil no 00722.00069/2009. Investigado: Vale dos Vinhedos. Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2009.

A análise refere-se ao Inquérito Civil nº 00722.00069/2009, que avalia a Lei Complementar nº 142, de 2009, referindo a uma modificação no Vale dos Vinhedos para a transformação de uma parcela localizada em zona rural para área urbana. Essa modificação permite, além da construção de residências uni e multifamiliares, edifícios de até dez pavimentos, indústrias e serviços, alterando significativamente o tráfego na área, mas seu acesso ocorre somente pela área rural do Vale dos Vinhedos.

O relator, arquiteto André Huyer, argumentou que a nova ocupação não é similar aos aglomerados urbanos existentes no Distrito, como sugere a análise do IPURB e que, além dos danos causados no território por perder suas características com a supressão das videiras centenárias, as edificações teriam uma forte interferência na linha do horizonte. O território possui o apelo da paisagem vitícola como item referencial por estar localizado na única localidade vitícola. Além de esse território vitícola certificado ser reconhecido pelo Mercado Comum, o planejamento e as zonas devem ser considerados conjuntamente pela interação entre rural e urbano, evitando fragmentações.

Huyer destaca que existem outras áreas que podem ser urbanizadas antes do Vale dos Vinhedos e que não têm os mesmos atributos, se essa é realmente a necessidade do Município.

O último trecho da área transformada em urbana também não tem características para justificar esta modificação, uma vez que se trata de íngremes encostas cultivadas com videiras. Portanto, considerando o Artigo 165 do Plano Diretor de Bento Gonçalves, o Código Florestal e a Lei de Loteamentos (6766/1979), quase a totalidade da área transformada em urbana, não poderá ser urbanizada, uma vez que sede de viticultura, de APPs (Áreas de Preservação Permanente), ou de condições urbanísticas inapropriadas (encostas com caimentos acentuados), além da questão preservação da linha do horizonte, que demanda estudo caso a caso. Enfim, do ponto de vista técnico, de planejamento urbano, não se vislumbra qualquer aspecto que justifique a transformação da área em exame, de rural para urbana. Menos ainda, a adoção do regime ZR3.

A Lei Complementar que transforma a área de rural para urbana foi aprovada pela Câmara de Vereadores como descreve o relatório, mas encontra-se *sub judice* do Ministério Público, impedindo, desse modo, que o IPURB forneça alvarás de licença dessa área.

No segundo relatório de vistoria do Ministério Público Estadual, realizado no Ofício nº 477/11-PJ/DC, Inquérito Civil nº 00722.00081/2010, são investigadas modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves na data da vistoria, 1º de novembro de 2011. As modificações dizem respeito à transformação de áreas rurais em urbanas, como no primeiro relatório. Este analisa outras modificações propostas do Plano Diretor, que contemplam áreas rurais do Vale dos Vinhedos e de outros distritos.

Em sua análise, o relator André Huyer conclui em relação às alterações solicitadas:

Aqui fica muito claro que o que está posto é uma questão de interesse absolutamente particular e privado, em detrimento do interesse coletivo, por mais justa e legítima que possa ser o interesse do proprietário da área. Por este argumento, qualquer área rural de Bento Gonçalves deveria ser objeto de alteração de seu regime urbanístico. Ainda caberiam alguns questionamentos, como: somente passando de rural para urbana e industrial poderá a área de trinta e três hectares ser alienada para resolver os problemas financeiros do proprietário? Esta justificativa do empreendedor deixa muito claro que haverá uma significativa valorização imobiliária da área, o que tem vários reflexos.

O relator conclui que, na data de análise, o Plano Diretor do Município de Bento Gonçalves está sendo desconstruído em razão de as modificações propostas não terem embasamento técnico, abrangendo uma visão de conjunto da cidade, que as alterações “ferem vários princípios consagrados e usualmente aceitos de urbanismo, tanto técnicos como legais”, que o Plano Diretor está sujeito a quaisquer intervenções de interessados no valor econômico e não no bem coletivo.

Especificando ainda mais, Huyer conclui que:

- As modificações que estão sendo encaminhadas no Plano Diretor de Bento Gonçalves ferem o princípio do interesse social, conforme estritamente definido nos artigos 1º e 2º, I a XVI, do Estatuto da Cidade (Lei nº10.257, de 2001).
- Os pareceres técnicos elaborados pelos técnicos do IPURB são inconsistentes, incoerentes, sem embasamento, limitando-se ao automático cancelamento de propostas encaminhadas por particulares.
- O Fórum de Políticas Públicas (e o Complan e os Conselhos Distritais) está desvirtuado de sua função, atuando meramente como referendador das alterações do Plano Diretor encaminhadas pelo IPURB.

No final do seu relatório de vistoria, Huyer recomenda:

Sugere-se que qualquer proposta de alteração do Plano Diretor siga uma rotina de análise multidisciplinar, incluindo as Secretarias do Meio Ambiente, da Mobilidade Urbana etc.; Que sejam examinadas quanto a sua articulação com o traçado viário da cidade e suas futuras possibilidades de expansão (rodoanel, perimetrais etc.); Que sejam examinadas considerando a cidade como um todo, e não de maneira fragmentada como está ocorrendo atualmente; Que realizem os levantamentos preliminares imprescindíveis, conforme alertado pela Procurador Geral do Município; Enfim, que tenham lastro na técnica do planejamento urbano, conforme reconhecido nos meios técnicos pertinentes e que atendam os preceitos do Estatuto da Cidade;

Sugerimos que sejam atendidas pela Prefeitura de Bento Gonçalves as recomendações dos pareceres da Procuradora Geral do Município;

Sugerimos que seja considerada a responsabilização dos profissionais do IPURB, ao menos com comunicação para os respectivos Conselhos Profissionais, para avaliação de suas condutas éticas;

Sugerimos que seja examinado o fato de os pareceres do IPURB estarem sendo realizados por profissionais sem vínculo permanente, o que contraria, em tese, este tipo de função.

De acordo com a análise dos pareceres contidos nos relatórios de vistoria, foi observado desconhecimento técnico das autoridades e dos técnicos solicitados, que deveriam aplicar seu conhecimento e formação para o bem-estar da coletividade. Há outros objetivos rondando as modificações do Plano Diretor, propostas como ampliação da área urbana, suprimindo áreas rurais como a do Vale dos Vinhedos, baseados em interesses econômicos.

A preocupação do Ministério Público Estadual permanece premente, conforme as notícias publicadas nos jornais locais em julho de 2013:

Figura 116 – Reportagem: Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP.

PLANO DIRETOR SOB INVESTIGAÇÃO

Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP

Promotoria quer saber se áreas que tiveram possíveis mudanças sem lei têm obras em andamento ou projetos no Ipurb

JORGE BRONZATO JR.

O governo municipal solicitou nesta semana mais 15 dias ao Ministério Público (MP) para entregar as informações referentes a mudanças no Plano Diretor recentemente realizadas pela administração anterior. O prazo deve encerrar no final deste mês. As denúncias de possíveis irregularidades partiram da própria prefeitura, que verificou pelo menos 12 alterações no mapa da cidade que não teriam respaldo em lei, situação noticiada em primeira mão pelo SERRANOSSA na última semana.

Com inquérito sobre o tema já em andamento, o promotor Elcio Resmini Meneses questionou os responsáveis pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ipurb) sobre a existência de projetos ou obras nas áreas em conflito. O MP também quer saber que trâmites internos essas modificações, que provavelmente sejam de 2011, seguiram. “Se elas não foram deliberadas pelo Sistema de

Planejamento e Gestão e não resultaram apenas de um ato administrativo, significa que o Fórum de Políticas Públicas (FPP) e o Conselho Municipal de Planejamento

(Complan) não estão cumprindo com suas funções, e isso é muito sério”, ressalta Meneses. Segundo a lei, qualquer mudança no Plano Diretor deve ser aprovada pelo FPP e pelo Complan e, ainda, passar por votação na Câmara de Vereadores, o que não teria acontecido com as alterações que são alvo de investigação do MP.

Alterações estão marcadas em um mapa entregue pela prefeitura ao promotor.

Pelo menos 12 alterações no Plano Diretor teriam sido feitas

de forma ilegal

durante o governo de Roberto Lunelli

O prefeito Guilherme Paisin, em entrevista, reconheceu como “gravíssimas” as denúncias e destacou que o município não está livre do pagamento de possíveis indenizações. Atualmente, o Ipurb também trabalha na revisão do Plano Diretor, processo que está na fase de levantamento de dados e apontará situações em que há a necessidade de atualização do documento. Até o final do ano, o órgão pretende iniciar uma série de audiências públicas com as comunidades dos bairros bento-gonçalves para debater o assunto.

Fonte: Bronzato Jr., jornal Serra Nossa (ed. 418, jul. 2013, p.5).

Além do avanço da urbanização na zona rural, outro elemento que tem gerado preocupação é a destruição do patrimônio edificado tanto na área rural quanto na urbana. Como o Município é referência no turismo do vinho, tem-se instigado o aprimoramento e a qualificação do turismo para melhorar o atendimento de turistas. Nesse sentido, o Município deve preservar o patrimônio cultural e edificado de sua cidade a fim de evitar uma descaracterização total do tempo e de sua história.

Essa abordagem relaciona-se com a manutenção da história do lugar e merece maior e melhor atenção da gestão pública e dos habitantes de Bento Gonçalves. Já na área urbana, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Turismo implanta roteiros turísticos para a área central da cidade, observa-se a destruição das edificações antigas e das primeiras edificações vinícolas no centro da área urbana. Muitas já deram lugar a edifícios de apartamentos ou tiveram preservadas somente a fachada principal. Esse recurso é permitido pelo Plano Diretor, que, para isso, concede um aumento de área construída.

A manutenção da fachada é chamada de “*fachadismo*”, a que Mörsch assim se refere: “Este ato de desventrar, de estripar e desossar um edifício histórico [...] invoca os perigos desta redução arbitrária dos testemunhos históricos, [...] do que é irrecuperável, irreproduzível, é a sua “*historicidade*”, os traços de seu transcurso no tempo”. Uma fachada preservada não reproduz a história da edificação no tempo e em seu entorno, de modo a restabelecer sua substância histórica, proporcionando a perda de realidade vivida.

Nesse sentido, Kühl analisa o “*fachadismo*” como uma perda irreparável da história e da essência da edificação e de seu entorno:

[...] o edifício representa não apenas a concretização de um projeto arquitetônico, mas a soma indivisível de experiências artesanais, culturais, sociais, técnicas e econômicas e, com o decorrer do tempo, várias transformações e acréscimos oferecem uma imagem viva, que faz parte da riqueza da cultura, e isso não pode ser substituído apenas por documentação e registros. **A perda do futuro é tão grave quanto a descaracterização do passado**, pois também no futuro deve ser possível a percepção de traços históricos. [...] Valorizar apenas parte do edifício e negar significado a outras compromete violentamente a realidade da obra: além da perda intensa e facilmente demonstrável de substância material, existe a privação de experiências com os monumentos, pois há carências crescente de bens autênticos em função dos desventramentos fachadistas [grifo nosso].

Figuras 117 e 118 - Exemplos de “fachadismo”; área urbana de Bento Gonçalves (2013).



Fotos: a autora (2013).

A 14ª Assembleia Geral do ICOMOS no Zimbábue, em 2003, abordou explicitamente a importância da manutenção da herança arquitetônica:

1.3 – O valor da herança arquitetônica não está somente na sua aparência, mas também na integridade de todos os seus componentes como um produto único de uma tecnologia construtiva específica do seu tempo. Em particular, a remoção de estruturas interiores mantendo apenas as fachadas não se coaduna com critérios de conservação.

No Vale dos Vinhedos, as alterações de uso do solo verificadas ganharam contornos decisivos, que incidem diretamente na destruição e na sustentabilidade de um Território Vinícola Certificado. Sua população deve gerar reconhecimento de seu valor cultural e indicar a importância

da manutenção de sua paisagem cultural construída que, além de preservar seu legado identitário, mantém a Certificação do território.

Nesse sentido, na análise da paisagem cultural de Bento Gonçalves, Delphim menciona o quanto o patrimônio cultural pode contribuir com uma comunidade, desde que seja preservado: “O Patrimônio Cultural permite e favorece muitas atividades econômicas. Entretanto, quem faz da cultura uma mercadoria, só reconhecendo o lucro financeiro que dela obterá, pode matar a galinha dos ovos de ouro”.

Desse modo, para finalizar e entender a trajetória percorrida, a seguir se apresenta uma síntese da pesquisa, que vai desde o início do plantio de uva no Brasil, seguindo um processo histórico de ocupação do território em estudo, que resultou na formação da paisagem cultural. Por meio da metodologia, da análise do processo evolutivo e referenciamento do valor cultural, é realizada uma prospecção de tendências futuras para o território e sua paisagem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Um povo ciente de seu passado tem melhores condições
de avançar coerentemente para o futuro.*

Souza e Müller (2007, p.9)

Cabe aqui retomar todo o processo desenvolvido, como forma de rever os objetivos propostos e expor as conclusões estabelecidas. A pesquisa foi desenvolvida tomando como base o entendimento da paisagem construída e representativa, dentro de um contexto de crescimento, que se solidificou no território através das gerações. Essa paisagem, formada a partir de um referencial cultural que levou os imigrantes italianos ao plantio vitícola, tornou-se referência no Brasil. Para esses imigrantes, o vinho representou o elemento cultural de seu cotidiano, trazendo conforto, ânimo e coragem para construir um novo território e, após, tornou-se um fator econômico relevante local e regional, distinguindo a Serra Gaúcha no país. O objetivo proposto nesta pesquisa foi investigar as modificações de uma paisagem

historicamente produtiva e o gradativo processo de urbanização que ela vem sofrendo em razão de sua valorização.

A paisagem cultural estudada encontra-se dentro de um contexto de território vitícola diferenciado e certificado, em razão de o Vale dos Vinhedos ser o único território vitícola do Brasil a possuir a denominação de origem reconhecida de seus vinhos, fornecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o INPI. A partir dessa premissa, o território deve ter como base o uso do solo para o cultivo vitícola por excelência, pois é a partir dessa referência que o território é reconhecido.

O Vale dos Vinhedos foi escolhido como objeto de estudo pelos motivos referidos, para perceber o que ocorre, além da paisagem visível construída por mais de um século, que causa cada vez mais enlevo e imenso prazer, mas, ao mesmo tempo, corre o risco de profundas modificações ou de completa extinção. Para tanto, estabeleceu-se uma periodização através do levantamento histórico da produção vitícola, analisado pelo recorte espacial e temporal, pois é a partir dessa produção que a paisagem estruturou-se, dentro de períodos significativos do crescimento urbano e regional. Tomou-se como base da análise o processo de evolução urbana e regional, considerando os fatores populacional, econômico, sociocultural, institucional e locacional que atuam no Vale dos Vinhedos e com consequências no território.

Para a compreensão do tema, abordou-se a conceituação e a proteção da paisagem cultural, através dos elementos culturais de sua formação. A partir do referencial teórico, foi possível confirmar o embasamento cultural de sua formação, refletido nas representações da paisagem. Mostrou-se, desse modo, que as seis paisagens culturais vitícolas reconhecidas pela UNESCO (Saint Emilion, 1998; Wachau, 1999; Tokaj, 2000; Alto Douro, 2001; Ilha do Pico, 2002; e Lavaux, 2004) presentes na pesquisa também efetivaram um processo de manutenção e proteção de seu legado cultural por séculos para se tornarem, na atualidade, paisagens culturais vitícolas de valor reconhecido, preservando a identidade do território, o saber fazer vinícola, a língua falada, a gastronomia, o modo de condução das videiras e sua arquitetura vinícola. A certificação dessas paisagens no mundo causou a proteção de seu território.

Esses referenciais preservados estão expressos em cada garrafa do vinho ali produzido, agregando, além do valor do produto, o valor cultural, que é único e intransferível. As manifestações culturais, identidade e memória são o ponto de referência do território, conforme foi possível constatar através do referencial teórico e da verificação empírica da paisagem vitícola, e estão

descritos o modo de vida, o saber fazer dos seus habitantes, criando uma identidade própria do território e de seus produtos.

Os conceitos de certificação de indicação geográfica e denominação de origem, conforme Altmann e Maby, objetivam a proteção da produção local: protegem o saber fazer, inseridos dentro de uma paisagem vitícola construída com materiais e manifestações culturais locais, através de uma tradição repetida por gerações, de produção e elaboração de vinhos, com variedades específicos que distinguem a região e, desse modo, estruturam o território e sua paisagem. Esse conceito não se aplica à Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, em que foi proposto um novo sistema de plantio, diferente do praticado no território desde a chegada dos imigrantes italianos, em 1875. E, o que é pior, permite a destruição de um território construído para dar lugar às novas determinações para referenciar os vinhos com denominação de origem. A supressão quase total das videiras em forma de latada ainda não ocorreu no Vale porque seus produtores não recebem um valor justo de produção pelo plantio em espaldeira que justifique e compense a modificação de plantio com uma produção menor.

Foi constatada uma profusão de variedades produzidos no Vale. Ressalta-se que deve haver a preocupação de eleger varietal de *Vitis vinifera*, de acordo com pesquisas da Embrapa Uva e Vinho, análises do território geográfico e corpo técnico capacitado, para a elaboração de um vinho significativo do lugar que venha ao encontro da cultura dos produtores do Vale dos Vinhedos, sem a necessidade de produzir vinhos idênticos aos dos países europeus, mas que represente o vinho brasileiro, com identidade própria, capaz de exaltar aromas e frescor do país tropical onde foi produzido.

No contexto de um vinho com significados do lugar, a pesquisa ressaltou que os órgãos da cadeia produtiva vinícola brasileira, suas associações e representações devem acordar para o fator da produção vinícola identitária: isto é, um vinho que expresse a identidade de seus produtores e do lugar onde foi produzido. Isso compreende os laços de pertencimento para com o saber fazer e o patrimônio imaterial que deve ser inserido em cada garrafa de vinho. Por desconhecimento, esses valores são desperdiçados e desvalorizados, fazendo com que, para ser “reconhecida”, a produção vinícola buscasse comparações com os vinhos europeus, produzidos por outras pessoas, com culturas, lugares e climas diferentes, deixando de exaltar a identidade brasileira.

A formação dos núcleos desde a chegada dos imigrantes até 1940 mostrou de onde vieram os primeiros imigrantes e sua estreita relação com a produção vinícola. O modo de condução das videiras, que esses

imigrantes trouxeram e adaptaram no novo território, resultou na condução em forma de latada, que muito se assemelhou à pérgola trentina por eles utilizada na Itália. A produção vitícola demonstrou a relação cultural muito próxima dos imigrantes com a produção e a elaboração de vinhos, o que marcou de maneira indelével toda a região. A partir desse vínculo inicial e cultural com o vinho, formou-se o território no decorrer de gerações, e o plantio vinícola passou a ser a marca dessas famílias de viticultores.

A estruturação do território e de sua produção auxiliou no levantamento dos aspectos institucionais e locacionais, que forneceram o suporte necessário para o desenvolvimento dos fatores populacionais, sociais e econômicos. As policulturas agrícolas estavam presentes, e o setor vinícola paulatinamente tomou forma. A paisagem vitícola sedimentou-se no território com a condução em latada, e o vinho, além de ser um elemento cultural ligado às raízes e às tradições dos habitantes, passou a ser o principal fator econômico que alavancou o desenvolvimento do Município e da região. O crescimento econômico foi o fator que forçou a abertura de corredores de escoamento da produção para o centro do país. Assim, antes da década de 1930, os trens e as rodovias já transportavam o principal produto, o vinho, para o centro do Brasil, em alguns casos sendo até exportado. Das cooperativas vinícolas que se estruturaram definitivamente na década de 1930, dando suporte ao setor, muitas permanecem até os dias atuais.

A estruturação econômica alcançada tomou impulso a partir da década de 1940. Nas décadas seguintes, dos anos 1950 aos 1970, houve registro de um incremento da área vitícola cultivada. Entretanto, desde a década de 50 a economia essencialmente agrícola iniciou um processo de industrialização, acompanhando os processos do país, voltada aos setores metalomecânico e moveleiro. A partir da década de 1970, a cidade iniciou também uma transformação em sua morfologia com o crescimento da verticalização, refletindo diretamente na urbanização massiva, no crescimento da indústria, ao mesmo tempo em que se verificou a migração das zonas vinícolas rurais para as áreas urbanas. Porém, o setor vinícola buscou uma reestruturação, mesmo com excedentes de produção, e o vinho deixou de ser o principal produto econômico.

A 1ª Fenavinho surgiu em 1967 para incentivar a produção, dando maior visibilidade ao produto e à cidade, que ganhou o título de Capital Brasileira do Vinho, uma denominação que incentivou novos intercâmbios de informações com várias regiões vitícolas mundiais. Nessa década foi instituída a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa). Na Estação de Enologia de Bento Gonçalves foi instituída em 1985 a unidade Embrapa Uva e Vinho, onde ocorreram as pesquisas de novos modos de plantio, novos varietais e aclimação, para a produção de vinhos e sucos, objetivando a melhoria da qualidade da produção de uvas para o vinho brasileiro.

O recorte temporal que vai de 1990 a 2010 abrangeu as várias alterações ocorridas. Nessa época, a área urbana adquiriu uma estruturação própria com a implantação do Plano Diretor de 1996, que está em uso na atualidade e delimitou a maior expansão urbana desde a criação do Município.

No âmbito da zona rural em estudo, a Linha Leopoldina foi abarcada pela criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos, em 17 de agosto de 1990. Isso impulsionou a emancipação política de Monte Belo do Sul de Bento Gonçalves, com parte de sua área abrangendo o Vale dos Vinhedos. Em 1995 foi criada, no Vale dos Vinhedos, a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos (Aprovale), com o objetivo de buscar o reconhecimento vitivinícola do território, que iniciou com a delimitação da área geográfica do Vale dos Vinhedos abrangendo parte dos municípios limítrofes de Monte Belo e Garibaldi. A indicação geográfica foi obtida em 2002, e a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos foi conquistada no ano de 2012.

O objetivo foi compreender as dinâmicas de formação e transformação da paisagem do Vale dos Vinhedos, por meio de conceitos multidisciplinares e da história cultural. Procurou-se demonstrar sua singularidade e seus diversos valores, que até então podem não ter sido percebidos e referenciados em sua real importância. Cabe ressaltar os diversos autores e conceitos citados, que vêm ao encontro do território estudado, auxiliando na compreensão da importância de sua paisagem cultural presente, através de sua arquitetura, no modo de plantio e condução das videiras, vencendo a geografia e a topografia íngremes por meio do trabalho do homem. Desse modo, formou-se uma unidade peculiar de paisagem vinícola, como tão bem descreve Carlos Fernando de Moura Delphim, mostrando seu valor e o quanto deve ser preservado o que ainda resta, antes que seja tarde.

Os levantamentos através da periodização e do recorte temporal demonstraram o plantio vitícola desde a chegada dos imigrantes italianos, quando essa produção tomou corpo no Brasil. Desse modo, indicou-se também como a cidade se estruturou interna e externamente ao lado da produção e a paisagem vitícola, que desde o início fez parte do referencial identitário da cidade e da região.

A partir das novas estruturações do território, um novo cenário surgiu no horizonte vinícola de Bento Gonçalves e da vitivinicultura brasileira. O recorte temporal da pesquisa é balizado entre os anos de 1990 e 2010, quando ocorreram as transformações do território ao mesmo tempo em que iniciaram os embates entre a paisagem cultural vitícola, um território reconhecido, e a manutenção desse reconhecimento, para a manutenção da produção vinícola.

A partir da obtenção do reconhecimento do Vale dos Vinhedos, a indicação geográfica, em 2002, foi um fator positivo, proporcionando uma identidade própria à produção vinícola local – reconhecida pela Comunidade Europeia – e o território começou a ganhar outros contornos além das modificações de uso do solo. A alta valorização da terra verificada, de aproximadamente 50 vezes mais que o valor habitual, atingiu níveis muito além das expectativas, estimulando o crescimento de um processo negativo.

Esse aumento inesperado induziu o pequeno produtor vinícola a vender sua propriedade, deixando de produzir, abandonando o território e tornando possível outros usos do solo, inclusive mais recentemente a construção de condomínios residenciais fechados. A paisagem cultural vitícola, formada a partir da necessidade de produção, com referenciais identitários da cultura local, passou a ser um referencial de atração de vendas para atores estranhos ao meio, deixando de exercer sua vocação de produtora vinícola.

Os reconhecimentos estabeleceram normativas próprias para os seus produtos. A indicação geográfica (2002) estabeleceu os tipos de cultivares somente com *Vitis vinifera* para a elaboração de vinhos finos, e o tipo de condução em latada permaneceu admitindo outro tipo de condução, a espaldeira.

Figuras 119 e 120 – Plantio da varietal Ancelota em latada.



Fonte: a autora (2013).

Figura 121 - Paisagem cultural vitícola - Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2013).

Por outro lado, o reconhecimento da denominação de origem, obtido pelo Vale dos Vinhedos em 2012, estabelece as variedades que podem ser plantadas e determina que a forma de condução em espaldeira (Fig.122), de acordo com a norma, melhora a qualidade dos vinhos produzidos.

Figura 122 - Plantio em espaldeira - Vale dos Vinhedos.



Fonte: a autora (2013).

As normativas estabelecidas pela denominação de origem colocaram em risco as paisagens vitícolas culturais de todo um território. No afã de uma produção vitícola com qualidade superior, muitos viticultores suprimiram suas videiras centenárias em plantio de latada para darem lugar ao plantio em espaldeira. Esse fato ocorreu no Vale dos Vinhedos, ação praticada desde 1995 até a atualidade, confirmando que o território construído por mais de um século está sendo transformado e modificado para dar lugar a novos plantios e a novas formas de condução das videiras.

É necessário levantar a questão da produção e da elaboração de vinhos finos, situados dentro de um patamar de normatização e qualidade mundiais que cada vez mais os produtores buscam. Esse é um fator positivo para o vinho brasileiro, incluindo o produzido no Vale dos Vinhedos. É nesse sentido que o reconhecimento rege os plantios e as variedades empregadas, sendo o ponto “divisor de águas”.

Sugere-se uma análise para introdução de um novo tipo de plantio, sem que para isso fosse necessária a supressão das videiras que formaram a história do lugar. Ter-se-ia, desse modo, lado a lado os dois momentos do território vitícola e a preservação da paisagem cultural como coadjuvante da linha do tempo, possibilitando o enraizamento da história, como se procedeu nas paisagens vitícolas reconhecidas pela UNESCO.

A cultura não pode ser separada da economia, como diz Jaime Paviani. Ela é mais um elemento que deve ser considerado, sendo o fator agregador e diferenciador social, que proporciona uma identidade própria. O vinho sempre ocupou um lugar de destaque e se confundiu com a história das civilizações. Ele se tornou mais do que uma bebida; é um componente que moldou e proporcionou características próprias por onde as uvas foram plantadas e os vinhos foram elaborados.

Arrancar as videiras antigas significa muito mais para o conjunto da população do que a possibilidade de competir no mercado econômico. Significa modificar a paisagem constituída pelas gerações, ao longo dos anos. É desprestigiar os saberes milenares trazidos pelos imigrantes que elevaram a Serra Gaúcha e seus vinhos ao reconhecimento que tiveram. A produção maciça em latada de uvas de fácil cultivo, que formaram a paisagem cultural, podem ser direcionadas para a produção de suco de uva, cujo consumo e aceitação no mercado têm aumentado. Os significados de valor cultural de seu saber geralmente não são apropriados pela população, por isso deve haver a preocupação de preservar o território.

O objetivo de preservar e proteger a paisagem cultural também está subentendido no utilizar e deixar a marca para as futuras gerações, deixar o tempo manifestar seus efeitos no lugar, de acordo com a cultura dos que a produziram.

Viticultores do Vale, em entrevista, relataram que após a decisão pela elaboração de vinhos finos suprimiram todas as videiras antigas para a obtenção da indicação de procedência. Essa decisão não foi plenamente aceita pelos mais velhos, os filhos de imigrantes, que relutaram, mas acabaram aceitando em razão da busca de melhor qualidade dos vinhos. Os entrevistados também manifestaram que, se orientados, gostariam de

ter mantido as videiras antigas e realizado novos plantios em espaldeira para a produção de vinhos finos.

Esta pesquisa não pretende propor a imobilização e o engessamento do território vitícola, sugerindo o impedimento de novos plantios de *Vitis vinifera* com condução em espaldeira. Ao contrário, o ideal teria sido a história e o crescimento do território mostrado pelo cultivo vitícola, levando em consideração a passagem do tempo e a identidade criada no território. A chancela da paisagem cultural considera a proteção do patrimônio cultural contido no território.

Quanto ao procedimento recomendado pela certificação para a produção de vinhos finos, que poderiam ser obtidos somente com condução em forma de espaldeira, foram mostradas opiniões técnicas dissonantes, que demonstraram ser possível obter uvas de qualidade para a elaboração de vinhos finos com o plantio na forma tradicional, desde que seja efetuado um manejo adequado.

Os pareceres elaborados tiveram o objetivo de elucidar que se pode manter uma identidade de condução das videiras sem que o território abra mão de produzir vinhos de qualidade, respeitando a história e a cultura pelo cultivo sustentável, que prevê a utilização do território com respeito.

A falta de um estudo pormenorizado da cultura, do conhecimento e da valorização da identidade local pode arrasar, ainda que involuntariamente, a história de um território. Identidade e singularidade posteriormente farão falta na agregação de valor aos produtos comercializados na propriedade e nas vinícolas, como é possível observar nas do Vale dos Vinhedos quando querem exaltar uma tradição familiar vinícola que foi extinta sem deixar rastros. É importante frisar e reconhecer os valores pragmáticos que vão além do uso do território, mas é qualificado, devido às suas práticas, o tipo de plantio e a forma de condução das videiras. São relacionados ao saber fazer, e Menezes²⁸² bem coloca e recomenda que não devem ser marginalizados ou deixados em segundo plano, pois é o que dá sentido ao lugar.

A preservação do patrimônio cultural também passa pelo enfrentamento de grandes inimigos: a especulação imobiliária e o lucro fácil. A paisagem vitícola forma um intercâmbio com a área urbana, pois uma não vive sem a outra, estando relacionadas entre

²⁸² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1 - v.1 - Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.25-39. Disponível em: <http://www.http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 12 maio 2013.

si. Em razão disso, a orientação do crescimento e da expansão urbana não pode permitir que seu patrimônio, tanto o urbano quanto o rural, seja destruído, desqualificado e transformado. É o que se observa na área urbana e na zona rural de Bento Gonçalves, com a aprovação de conselhos comunitários que não têm conhecimento de causa nem da importância da preservação de seu legado, nem do patrimônio cultural, permitindo a demolição na área urbana de antigas casas que fizeram parte do crescimento e da história da cidade, aprovando a permanência de sua fachada principal, que muitas vezes ainda é modificada.

Além disso, o Plano Diretor, para corroborar a decisão da destruição do patrimônio local, concede permissão de aumento de área construída, sendo quase um “aval” à destruição e ao “fachadismo”, que foi observado como prejudicial à memória e à identidade dos lugares.

Tal situação não é favorável para Bento Gonçalves nem para os demais municípios da área geográfica. Ainda assim, raras são as manifestações em relação ao assunto do setor de Turismo, que deveria, juntamente com a população, interromper esse processo. Isso porque o turismo depende, justamente, da preservação do seu patrimônio cultural, que o diferencia dos demais, principalmente o Vale dos Vinhedos. É necessário permitir que o turista, através da interpretação do patrimônio cultural e da paisagem cultural vitícola, descubra a identidade do lugar e sinalize o que é único e singular. Essas são descobertas que se fixam e marcam de modo indelével a memória de seus visitantes, proporcionando uma experiência única e de qualidade. Para tanto, faz-se necessário implantar uma política de preservação que gere resultados concretos.

Os princípios que nortearam a pesquisa, como a hipótese principal, confirmam-se com a urbanização invasiva verificada e o desmantelamento de seu patrimônio cultural também inserido em sua paisagem cultural. A urbanização como consequência dos condomínios fechados é crescente. O próprio Plano Diretor de Bento Gonçalves abre precedentes por meio de sua legislação, possibilitando a construção de novos condomínios residenciais nos aglomerados urbanos do Vale dos Vinhedos. No Plano Diretor inexistem restrições de distância entre um condomínio e outro. Não há, desse modo, como preservar os valores culturais se a produção vinícola de um território reconhecido der lugar à especulação imobiliária e à urbanização invasiva. Elas tomam o lugar da produção vitícola e se valem de sua paisagem cultural, tolhendo a possibilidade de as futuras gerações usufruírem do patrimônio cultural construído, que deu identidade própria ao Vale dos Vinhedos e aos

seus produtos. Essa situação só poderá ser freada se a população se unir para defender seu território, como prevê o Estatuto das Cidades.

A permissão de construção de condomínios no Vale dos Vinhedos não se restringe à área de Bento Gonçalves, mas também é verificada no Município de Garibaldi, que pertence à área geográfica do Vale dos Vinhedos, demonstrando, desse modo, a falta de políticas de proteção e uso do solo e contribuindo muito para a descaracterização do Vale.

A pesquisa constatou os vários fatores que ocasionaram as modificações da paisagem historicamente produtiva, que foram elencados para que possam servir de subsídios para outros trabalhos e pesquisas de territórios que estejam ameaçados com a perda de seus valores culturais:

- 1) A perda dos valores culturais de uma parcela dos habitantes do Vale dos Vinhedos, ocasionada também pelos baixos níveis de escolarização, que ainda advêm do processo de ocupação do território, ocasionando o afastamento dos mais jovens da produção vinícola e escasseando a mão de obra familiar. Isso faz com que as vinícolas artesanais não qualifiquem sua produção, deixando de agregar valor ao produto e desvalorizando a preservação de sua paisagem cultural. Por outro lado, uma parcela de moradores locais buscaram conhecimento na área de Enologia e Viticultura e aplicaram esse conhecimento na produção. Isso também ocasionou um monopólio comunitário na expansão de seus negócios, adquirindo outras propriedades locais e suprimindo a condução existente das videiras no território para implantar novos variedades, modificando, assim, a paisagem construída por mais de um século.
- 2) A valorização econômica excessiva das terras torna a produção vinícola incompatível, inviabilizando a compra de terras para esse fim. Devido aos altos custos de implantação de vinhedos e ao longo prazo do retorno de investimento, os produtores buscaram outros locais de produção, que vão do Pampa gaúcho ao Nordeste brasileiro. Desse modo, os viticultores locais buscam outras regiões mais favoráveis pelas condições climáticas para a implantação de seus vinhedos, com menor custo de produção. Esse fator pode também se tornar favorável à preservação do território existente, desde que com critérios definidos.
- 3) A venda e o abandono da produção pelos motivos citados é um caminho aberto para a especulação imobiliária expressa

nos novos usos que o Vale dos Vinhedos adquire, como: restaurantes, hotéis interferindo na paisagem e cortando a linha do horizonte, pousadas, lojas, danceterias e indústrias da cadeia vinícola de grande porte.

- 4) A implantação dos condomínios residenciais do Vale tem consequências e reflexos imediatos sobre a paisagem, urbanizando um território rural que deveria ser essencialmente produtivo. Sua paisagem se modifica, ocasionando vários desequilíbrios, quer de ordem estrutural, quer de ordem social, e a perda de sua matriz cultural e vocação inicial, situação que é percebida por outros setores, como o turismo. O mesmo fato que valoriza o vinho tende a invalidar sua produção, por isso é necessária uma política de salvaguarda por parte da região e do Estado.

O Vale dos Vinhedos deve eleger variedades de cultivo vinícola que, além de serem propícios às condições de solo e clima presentes, possibilitem o reflexo da identidade cultural de seus produtores, criando um referencial singular também de seus vinhos. Nesse sentido, pesquisadores e técnicos vinícolas poderão criar referências entre o vinho, o território e seus produtores.

O território reconhecido deve dirigir seu olhar com maior cuidado sobre a cultura local, que está subentendida na normativa da certificação, podendo realizar um trabalho de conscientização mais próximo com os produtores locais, colocando-os dentro do processo de preservação de seu território produtivo. Essa proteção poderá entrelaçar-se com outros órgãos de preservação nacionais.

Homens, mulheres, terra, língua falada, gastronomia, saberes e fazeres, tecnologias e modos de cultivo e saber fazer do vinho, artesanato e arquitetura não são todos iguais nos territórios. Não podem, portanto, ser considerados somente “fatores humanos”, pois eles são a identidade e a singularidade que construíram, no tempo, a paisagem cultural vitícola. A proteção das paisagens vitícolas da UNESCO comprova que é viável a produção e a preservação do legado cultural do território.

As vistorias do Ministério Público Estadual sobre as modificações do Plano Diretor sinalizam que a expansão urbana sobre o Vale dos Vinhedos atinge níveis que podem comprometer a gestão pública. Em razão disso, o Ministério Público solicitou, no ano de 2012, que o Executivo Municipal não encaminhasse as modificações das áreas rurais para urbana para

serem aprovadas pela Câmara de Vereadores. Essa restrição deveria atingir também os demais municípios da área geográfica.

Todos os fatores citados e relacionados podem comprometer significativamente a paisagem cultural do Vale dos Vinhedos, com consequências irreversíveis para sua proteção e salvaguarda. As leis complementares aprovadas nos últimos anos pela Câmara dos Vereadores também são uma ameaça constante, com modificações de uso do Plano Diretor, como a que transformou uma parte de território do Vale dos Vinhedos em área urbana através de Lei Complementar, mas encontra-se sob jurisdição do Ministério Público Estadual.

Para tanto, sugere-se:

- Traçar um conjunto de recomendações dos elementos analisados na pesquisa – herança cultural, paisagem cultural, produção econômica associada ao vinho – visando orientar uma forma de preservação e de manutenção da tipologia local que pode ser a produção/promoção de diretrizes para uma formalização da área como Área de Preservação Cultural (APC), a ser incluída no Plano Diretor do Município e executada conforme estabelecido.
- Por meio da Educação Patrimonial, demonstrar a importância da preservação, reavivando os laços de pertencimento da população com sua cultura e identidade.
- Criar subsídios para o Planejamento Regional entre municípios, para que outros territórios da região que apresentam a mesma problemática evitem riscos idênticos de destruição e modificação da paisagem cultural.
- Criar políticas de proteção ao uso do solo de acordo com plantio das uvas.
- Entender o histórico presente no território, criando regras que respeitem o *genius loci* do lugar, considerando as potencialidades e as peculiaridades do território, como recursos que podem ser utilizados e não destruídos. Envolver seus habitantes e, principalmente, produtores vinícolas no entendimento e na valorização de sua cultura, objetivando o uso do lugar e o respeito pela manutenção do ambiente.
- Propor novas ações governamentais que ajudem a frear a especulação imobiliária através da revisão da legislação permitida, com a organização da população na defesa de sua cultura e da paisagem cultural presente. O Estatuto das Cidades referencia que a defesa do território também

é responsabilidade de seus habitantes, através das organizações sociais.

- Proteger e restaurar a arquitetura local, dando atenção às novas edificações com materiais locais, permitindo qualidade energética favorável e de infraestrutura que não comprometam e se sobreponham à paisagem construída.
- Controlar o acesso do turismo, que deve ser organizado e contribuir com os produtores locais.
- Promover as feiras agroalimentares para valorizar a produção local, a tipicidade, induzindo ao consumo dos produtos que não destroem o meio ambiente em seu cultivo e transporte, estreitando e reforçando os laços de pertencimento da população com seu território e sua paisagem.

O caminho percorrido nesta pesquisa não pretende esgotar ou encerrar o assunto, mas indicar ponderações e entendimentos necessários, possibilitando a contemplação dos diferentes valores, que são únicos e intransferíveis, no processo de planejamento do território, além de elencar um conjunto de recomendações dos elementos analisados, como herança cultural, paisagem construída e produção econômica associada ao vinho, visando orientar a forma de preservação e manutenção de uma tipologia específica local, que pode ser de produção de diretrizes para a formalização da área como “Área de Preservação Cultural” a ser incluída no Plano Diretor. Estas poderão ser vinculadas ao planejamento urbano local e regional e às políticas públicas no sentido de utilização, proteção e preservação de um território construído, e outros desdobramentos que poderão descortinar-se a partir da pesquisa.

Importante salientar que a legislação existe na forma do Plano Diretor de Bento Gonçalves (1996), porém, por não ser devidamente cumprida, motivou as modificações verificadas, que não são de interesse da população. Além disso, não existe uma política conjunta de planejamento, proteção e uso dos municípios que fazem parte da área geográfica do Vale dos Vinhedos, provendo um regramento de uso do solo que contemple suas potencialidades.

As discussões que a pesquisa levantou servem para não permitir um embotamento de ações, o que significa não concordar e não perceber como normais as modificações que degradam o território e causam alterações profundas e até mesmo sua total transformação.

Esta pesquisa direcionou sua abordagem no território vitícola para além dos parreirais visíveis, sobre a cultura inserida e as significações

visíveis de sua paisagem cultural, propondo alternativas de preservação do legado cultural existente que está expresso na paisagem, para que os habitantes estejam conscientes da importância de preservar os valores culturais no território vitícola reconhecido.

Essa cultura dá sentido, valor e significado ao território, demonstrando que o fator humano é o que singulariza e diferencia um território e sua paisagem cultural. Nesse sentido, o vinho elaborado em suas melhores qualidades tecnológicas e organolépticas deve contemplar também seus valores culturais imateriais, porque é isso que se observa cada vez mais nos territórios vitícolas mundiais: a valorização de seu produto por meio da identidade local.

Considerando os embates atuais entre paisagem cultural e território vitícola certificado, decisões de acolhimento e de preservação devem ser tomadas para que a história não seja destruída juntamente com sua paisagem cultural, sem deixar rastros. Deve-se despertar a atenção de todos, pois há muito que fazer para além dos parreirais!

Figura 123 - Paisagem vitícola - Bento Gonçalves, em torno da década de 1960.



Fonte: Cooperativa Vinícola Aurora (2012).

REFERÊNCIAS



ACERVO da Cooperativa Vinícola Aurora, 2013. 1 fotografia.

ACERVO Roali Majola, 2013.

ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. *Vite et Vino: storia di um percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino*. Rovereto, Italia: Stella, 1994.

ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural – novo paradigma no mercado de alimentos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios*. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.147-154.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 280p.

ASPRO Vinho. 2013. Disponível em: www.asprovinho.com.br. Acesso em: 5 jul. 2013.

ATUASERRA. Associação de Turismo da Serra Nordeste. Disponível em: <http://www.serragaucha.com>. Acesso em: 3 dez. 2012.

AUSTRIAN TOURISM BOARD. Disponível em: <http://www.austria.info/br>. Acesso em: 2 jun. 2013.

AZIENDA PER IL TURISMO ROVERETO E VALLAGARINA. *Visit Rovereto*. Disponível em: <http://www.visitrovereto.it/>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BACHES, Paulo; IRGANG, Bruno. *Árvores cultivadas no Sul do Brasil: guia de identificação e interesse paisagístico das principais espécies exóticas*. Porto Alegre: Serafinense/Rotermund, 2004.

BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (orgs.). *Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BATALHÃO Ferroviário de Bento Gonçalves (1940). 2 fotografias.

BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darlã Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. *Anais...* Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal/Arquivo Público e Histórico Municipal. *Memórias de Bento Gonçalves, RS: fundamentação histórica*. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006.

BENTO GONÇALVES. I Festa Nacional do Vinho. Foto... *Revista Cruzeiro*, Rio de Janeiro, abr. 1967.

BENTO GONÇALVES. *Relatório do Exercício de 1941*. Prefeito João Dentice. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial, 1942.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p.84-91.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BONNEMAISON, Joël. A viagem em torno do território (*L'Espace Geographique*. Paris, v.10, n.4, p.249-262, 1981. Traduzido por Márcia Trigueiro). In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.83-132.

BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (org.). *Paisagens do Sul: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; IPHAN: IPHAE, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conferência de Nara, de 6 de novembro de 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, referendado pela UNESCO, ICOMOS, ICROM, realizada na cidade de Nara – Japão, em 6 de novembro de 1994. *Portal IPHAN*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Atenas* – CIAM – nov. 1933. Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta da Serra da Bodoquena*. Carta das paisagens culturais e geoparques. Bonito, 21 set. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>. Acesso em: 25 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Veneza* – maio 1964. Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Paisagem cultural*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Paisagens do Sul*: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphin sobre bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Parecer nº 006/2006*. Assunto: Processo nº 01450.012192/2006-65 referente ao Registro dos Queijos Artesanais de Minas, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a paisagem cultural do Rio de Janeiro*. 1º jul. 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Departamento do Patrimônio Imaterial. Ofícios e modos de fazer. *Queijo Artesanal de Minas*: patrimônio cultural do Brasil. Vol. 1: Dossiê interpretativo. Pesquisa e texto: José Newton Coelho Meneses. Elaboração do dossiê e dos Anexos: Outros Projetos e Consultoria. Belo Horizonte, maio 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)*. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). *Indicação de procedência*. 2002. Disponível em: <http://www5.inpi.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). *Órgão responsável que confere a indicação de procedência (IP) e a denominação de origem do vinho*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Localização de Bento Gonçalves e o Distrito do Vale dos Vinhedos*. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. *Portal*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *65 municípios brasileiros indutores do Desenvolvimento Turístico Regional*. [s.d.]. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html. Acesso em: 13 abr. 2013.
- BRASIL. *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. Brasília: Gráfica Brasil, 2007.
- BRONZATO JR., Jorge. Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP. *Jornal Serra Nossa, Bento Gonçalves*, jul. 2013, p.5.
- BUCELLI, Vittorio. Agente de imigração do governo brasileiro no Vêneto – Itália. In: COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo C. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.
- CABRAL, Manuel de Novaes. *Territórios do vinho*. Santo Tirso, Portugal: Norprint, 2010.
- CADASTRO Vinícola do Rio Grande do Sul: 1995-2000. Bento Gonçalves, 2000.1 CD-ROM.
- CALÒ, Antonio *et al.* *Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione – manuale del sommelier*. São Paulo: Globo, 2004.
- CÂMARA DA PREFEITURA DE GARIBALDI, RS. *Plano Diretor*. 2006. Disponível em: <http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2013.
- CAMARGO, Umberto Almeida; MAIA, João Dimas Garcia; RITSCHER, Patrícia. *EMBRAPA Uva e Vinho: novas cultivares brasileiras de uva*. Bento Gonçalves: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010.
- CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva. *Diagnóstico qualitativo das principais regiões vinícolas brasileiras: aspectos tecnológicos e*

- estruturais. 2010. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva; MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas. In: REGINA, Murillo de Albuquerque (coord.). *Viticultura e enologia: atualizando conceitos*. Caldas: EPAMIG-FECD, 2002, p.17-32.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- CASTALDI, Riccardo. Pérgola trentina: forma de condução no Trentino, Alto Adige. *L'Informatore Agrario*, Verona, Itália, S.r.l., p 47-49, 2011.
- CASTELLO, Lineu Sirângelo. *Repensando o lugar no projeto urbano: variações na percepção de um lugar na virada do milênio (1985-2004)*. 2005. 415f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IEDS, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; LONDRES, Cecília. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CERTIFICADO de Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Registro IG 200002 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). *Revista da Propriedade Industrial (RPI)*, Rio de Janeiro, n.1663, 19 nov. 2002.
- CERTIFICADO de indicação geográfica. Registro IG 00803 no INPI. *Revista da Propriedade Industrial (RPI)*, Rio de Janeiro, n.2.062, 13 jul. 2010.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n.34, p.147-165, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Géographies et Cultures* n.20. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. Paris: L'Harmattan, 1996.
- CLUBE dos vinhos portugueses. Disponível em: <http://www.clubedosvinhosportugueses.wordpress.com>. Acesso em: 3 jun. 2013.

CONEGLIANO VALDOBBIADENE. *Prosecco Superiore*. Verso l'UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>. Acesso em: 15 fev. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Disponível em: <http://www.icomos.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2013.

COOPERATIVA (Nota sobre a colheita da uva depositada na Cooperativa Agrícola). *Jornal Corriere d'Italia*, 2 abr. 1914, p.3.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. Vol. 3.

COSTA, Rovilio; BATISTEL, Arlindo B. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. Vol. 2 e 3.

COSTA, Rovilio; COSTELA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974.

COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.

CURY, Leonardo. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Professor do Curso Superior de Enologia no Instituto Federal de Educação (IFRS-BG), Bento Gonçalves, RS. Entrevista concedida à autora em julho de 2013.

DE BONI, Luis Alberto. *A Itália e o Rio Grande do Sul IV*. Relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Caxias do Sul: UCS, 1983.

DE BONI, Luis Alberto. *Farl'América*. Porto Alegre: Riocell, 1991.

DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST/SULIANI, 1992.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão*. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013.

DESENVOLVIMENTO urbano: um Plano Diretor retalhado nos bastidores. *Jornal Serra Nossa*, Bento Gonçalves, 18 jul. 2013, p.3.

EDITAL. *Jornal Corriere d'Italia*, 22 jun. 1917, p.3.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em: 2 set. 2013.

EMBRAPA UVA E VINHO. *Histórico da EMBRAPA Uva e Vinho*. Última modificação: 13 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>. Acesso em: 25 maio 2013.

- ENOTURISMO: In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011.
- FALCADE, Ivanira. *Paisagem como representação espacial: a paisagem vinícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)*. 2011. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FALCADE, Ivanira; MANDELLI, F.; FLORES, C. A.; FASOLO, P. J.; POTTER, R. O. V. *Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.
- FARINETTI, Emeri. *I paesaggi in archeologia: analisi e interpretazione*. Roma: Carocci, 2012.
- FERNÁNDEZ, Maria Gabriela Vázquez. *Indicações geográficas e seus impactos no desenvolvimento dos pequenos produtores do Vale dos Vinhedos, RS*. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- FORTES, Amir B.; WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.e.], 1963.
- FRIGERI, Alexandre Fonseca. *Os italianos, vinho e turismo: o Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha*. 2009. 85f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.
- FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Ieds, 2009. 220 p.; il. – (Arquitetura & Cidade). p.83-94.
- FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS. *Hierarquia socioeconômica da indústria, comércio e transportes de Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: Centro de Indústria e Comércio (CIC), 1988.
- GARIBALDI. Câmara de Vereadores. *Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008*. Disponível em: <http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2013.
- GIORDANI, Mariano. *Pedersano racconto storico di un paese Lagarino*. Trento, Italia: Alcione, 2011.
- GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2. Belo Horizonte. *Anais...*

CASTRIOTA, Leonardo Barci (coord.). Belo Horizonte, IDES/Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011.

GIORDANI, Marilei Piana. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua – Alto Douro – Portugal. *Anais...* Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

GIRON, Loraine Slomp. *80 anos de lutas: 1929-2009 – a Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vinícola Gaúcho*. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: imigração e colonização*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.45-47.

GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1922.

GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Vol. 1: viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940.

GOLLO, Silvana S. *Inovação e estratégia de cooperação competitiva: estudo de caso de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos – Serra Gaúcha, RS*. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS). *Carta do ICOMOS*. Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico – 2003. Adoptada pela 14ª Assembleia Geral do ICOMOS, em Victoria Falls, Zimbabwe, em outubro de 2003. Traduzida por António de Borja Araújo, dez. 2006. Disponível em: http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf. Acesso em: 3 nov. 2013.

ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas Patrimoniais: Cartas Internacionais. *Carta de Atenas* – CIAM – nov. 1933 – Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: http://www.icomos.org.br/002_001.html. Acesso em: 15 mar. 2013.

ICOMOS Brasil. Cartas Nacionais. *Carta de Bagé ou Carta da paisagem cultural*. 18 ago. 2007. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_Paisagem_Cultural.pdf. Acesso em: 25 abr. 2013.

ICOMOS Brasil. Cartas Nacionais. *Carta de Veneza* – Maio de 1964 – Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf. Acesso em: 15 mar. 2001.

ICOMOS Canadá. *Carta para a preservação do patrimônio do Quebec*. Declaração de Deschambault. Adoptada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Quebec. Comitê do ICOMOS do Canadá, Francófono, abr. 1982. Tradução por Antônio de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, mar. 2007. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-deschambault.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG). Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAÉ). *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE BENTO GONÇALVES (IPURB-BG). 2013. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/ipurb>. Acesso em: 27 ago. 2013.

ITÁLIA – *Cinquentenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia./Globo, 1925.

JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio-grandense. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.12, n.1, p.229-247, 1991.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOHNSON, Hugh. *A história do vinho*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KAKUTA, Susana Maria. Guia de respostas sobre indicações geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios*. 2.ed. Organizado por Vinícius Lages, Léa Lagares e Christiano Lima Braga. Brasília: SEBRAE, 2006. p.247-271.

KAKUTA, Susana Maria; SOUZA, Alessandra Loiacono Loureiro; SCHWANKE, Fernando Henrique; GIESBRECHT, Hulda Oliveira. *Indicações geográficas: guia de respostas*. Porto Alegre: SEBRAE RS, 2006. Disponível em: [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/\\$File/NT00040FE2.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/$File/NT00040FE2.pdf).

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A preservação da identidade dos lugares*. Texto baseado em palestras realizadas no II Simpósio de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

do Estado do Tocantins (CREA – TO, 2005) e no curso de Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, Porto Alegre: UFRGS, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia – SP: Ateliê, 2009.

LA VIGNA. Disponível em: <http://www.lavigna.it>. Acesso em: 7 jul. 2013.

LAVAUX. Disponível em: <http://www.lavaux.ch/SRC/2010/index.html>. Acesso em: 8 jun. 2013.

LONDRES, Cecília F. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

LONDRES, Cecília F. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC, IPHAN, 2005.

LONDRES, Cecília F. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário nacional de referências culturais: INRC 2000. Manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Iphan, 2000. p.11-21. Disponível em: <http://www.iphan.or.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011.

LOTES do Condomínio Parque dos Vinhedos serão entregues a partir do segundo semestre deste ano. *Jornal Integração da Serra*, 5 jun. 2013, p.5. Disponível em: <http://www.integracaodaserra.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.

LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. *Revista Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul – Brasil*, Bento Gonçalves, p.29, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. Autoridades locais e imigrantes italianos: conflitos e consensos. *História*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v.29, n.1, p.308-327, 2010.

MAALOUF, Jorge. F. *O sofrimento de imigrantes: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no self*. São Paulo: PUCSP, 2005. 297f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MABY, Jacques. *Vinho, argumento de identidade do território*. Roma: Sociedade Geográfica Italiana, jan. 2004. Disponível em: <http://www.univ-avignon.fr>. Acesso em: 15 maio 2013.

MADDEM. Disponível em: <http://www.madmoveis.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2013.

MARQUES, Cláudia B. *Economia do turismo no Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves, RS – 1990 a 2005*. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa

de Pós-Graduação em Turismo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

MATTEDI, Gabriele. *Pergola trentina em Pedersano, Villa Lagarina, Provincia Autonoma di Trento – Italia*. 2013. 2 fotografias.

MEGLIO, Lucio. *Oltre il Terroir: il vino come specchio di una comunità*. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense. Milano, Italia: Franco Angeli, 2011.

MEIRA, Ana Lucia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, I – Vol. 1 – Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.25-39. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 12 maio 2013.

MIELE, Alberto. *Sistema de produção*. 2012. Disponível em: <http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MIELE, Alberto; MANDELLI, Francisco. Sistemas de condução da videira espaldeira. *EMBRAPA Uva e Vinho*. Bento Gonçalves, 5 fev. 2013. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/espald.html>. Acesso em: 5 fev. 2013.

MONTEIRO, José Eduardo B. de A.; TONETTO, Jorge; SANTOS, Henrique P. dos; MANDELLI, Francisco. *Condições meteorológicas e sua influência na vindima de 2011 no Rio Grande do Sul*: comunicado técnico. Bento Gonçalves: EMBRAPA, set. 2011.

MONTEIRO, Katani Maria N. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.3. p.161-171, 2001. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/74>. Acesso em: 13 abr. 2013.

MONTEIRO, Katani Maria N. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912-1924)*. 2001. 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

MONTREUX. Disponível em: <http://www.montreux-vevey.com>. Acesso em: 5 jun. 2013.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (orgs.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

- MP ORDENA demolição. *Jornal Serra Nossa*, ed.334, 18 nov. 2011 – Edição semanal de Bento Gonçalves. Disponível em: <http://www.serranossa.com.br>. Acesso em: jul. 2013.
- MUNDO GLOBAL. Disponível em: <http://www.mundoglobal.blogspot.com>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- MUNDO GLOBAL. *Porto de Portugal*. Disponível em: <http://www.portodeportugal.pt>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- MUSEU do Imigrante de Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS.
- NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10 p.7-28, 1993.
- L'OFFICE DE TOURISME DE LA JURISDICTION DE SAINT EMILION. 2012. Disponível em: <http://www.saint-emilion-tourisme.com>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 2 abr. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Representação da UNESCO no Brasil*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Word Heritage Conventions*. 2013. Disponível em: <http://whc.unesco.org>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- PALÁCIOS, Antonio; PORTUGAL, Cauré B. Vale dos Vinhedos: Perfil produtivo de vinícolas familiares e diagnóstico qualitativo, microbiológico e sensorial de vinhos. *Revista Brasileira de Viticultura e Enologia*, Bento Gonçalves, RS, Fórmula Prática/ Associação Brasileira de Enologia, v.4, n.4, p.18-27, set. 2012.
- PAVONI, Oly. *Vinhedos da Linha Leopoldina*. 1966. 1 fotografia.
- PEDROSO-DE-PAIVA, Doralice. *O borrachudo: indicador biológico da qualidade da água*. [s.d.], p.1. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/5-Dora-borrachudo.pdf. Acesso em: 29 jul. 2013.
- PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p.34-64.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Anotações de aula do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural Urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades. Diferentes narrativas para o Campo do Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, n.34, 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- POSENATO, Júlio. *A arquitetura da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.
- PRESERVAR X Modernizar. *Jornal Serra Nossa*, ed.334, 18 nov. 2011 – Edição semanal de Bento Gonçalves. Disponível em: <http://www.serranossa.com.br>. Acesso em: jul. 2013.
- PROSECCO. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. *Dicionário do vinho*. São Paulo: Nacional, 2011.
- PROSECCO. Disponível em: <http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- REBANDA, Nelson C. A evolução da paisagem agrária no Douro Superior. In: SOEIRO, Teresa; et al. *Viver e saber fazer: técnicas tradicionais na Região do Douro*. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainho & Neves, 2000. p.241-315.
- RECURSOS e estrutura produtiva. *Panorama socioeconômico de Bento Gonçalves 2010*. Bento Gonçalves, Centro de Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG), 2010. p.71-93.
- REGINA, Murillo de Albuquerque (coord.). *Viticultura e enologia: atualizando conceitos*. Caldas: EPAMIG-FECD, 2002.
- RESULTADO da pesquisa realizada pela Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – CARVI. *Revista Hierarquia Socioeconômica de Bento Gonçalves (1991-1992)*, Bento Gonçalves, Centro da Indústria e Comércio (CIC), 1991-1992. V. 1, p.119. Impressão em Bento Gonçalves.
- REVISTA *Hierarquia Socioeconômica das Indústrias dos principais municípios da Encosta Superior da Serra*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, anual, jun. 1972. CIC – Bento Gonçalves – RS.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). *Municípios do Rio Grande do Sul*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 16 maio 2013.
- RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAÉ). *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. *Relatório de vistoria*. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros

assuntos ambientais/Planejamento urbano. Para Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00069/2009. Investigado: Vale dos Vinhedos. Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. *Relatório de Vistoria*. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais/Planejamento Urbano. Para: Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00081/2010. Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves. Data da vistoria: 1º novembro de 2011. SACK, Robert David. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SANTOS, Henrique Pessoa dos. *A denominação de origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos*. Bento Gonçalves. Pesquisador A. EMBRAPA Uva e Vinho. Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

SANTOS, Henrique Pessoa dos; MONTEIRO, José Eduardo B. de A.; TONIETTO, Jorge; MANDELLI, Francisco. *Condições meteorológicas e sua influência na vindima de 2011 no Rio Grande do Sul: comunicado técnico*. Bento Gonçalves: EMBRAPA, set. 2011.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed., 2.reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Carla Maria. *Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos*. 2010. 170f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWERZ, João Paulo. *Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)*. 2009. 230f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/ INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *Indicações geográficas brasileiras*. Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE/INPI, 2011.

- SOLIS, Jorge B. *Siglo XXI: nuevos significados del patrimonio cultural y del desarrollo*. Sevilla: ETSA, 2010.
- SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- STIGAARD, Luis. *Rua Marechal Deodoro, em Bento Gonçalves, RS. 1880*. 1 fotografia. Acervo de Ronaldo Marcos Bastos.
- SUSIN, Carolina Thomazzi. *Dinâmica estratégica da Vinícola Miolo Ltda. e o Vale dos Vinhedos*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- TATTARINI, L. Prefácio. In: CALÒ, Antonio *et al.* *Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione: Manuale del Sommelier*. São Paulo: Globo, 2004.
- TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. *Vino e Paesaggio*. Siena, Italy: C. Vin.srl, 2009.
- TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios*. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.155-170.
- TONIETTO, Jorge. Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA/ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: IESA/SBSP, 2002, p.1-16. (CD-ROM).
- TONIETTO, Jorge; ZANUS, Mauro Celso; FALCADE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. O regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: vinhos finos tranquilos e espumantes. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, set. 2013. [Documentos 84]. Disponível em: <http://www.cnpv.embrapa.br/tecnologias/ig/>. Acesso em: 9 set. 2013.
- TONINI, Hernanda. *Estado e turismo: políticas públicas e enoturismo no Vale dos Vinhedos*. 2007. 185f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.
- TRUSIANI, Elio *et al.* *Montalto Uffugo e il suo territorio: método per studiare il Piano Strutturale Comunale*. Roma: Officina Edizioni, 2009.
- TURISMO BENTO. Disponível em: <http://www.turismobento.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VALE DOS VINHEDOS. Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.237-248, abr. 2006.

VILA LAGGARINA. In: *Wikipédia*. Disponível em: <http://www.http://it.wikipedia.org>. Acesso em: 6 maio 2013.

VINÍCOLA Garibaldi. Disponível em: <http://www.vinicolagaribaldi.com.br>. Acesso em: 2013.

VINIEVINO. *Vini e vino*. Disponível em: <http://www.vinievino.com>. Acesso em: 11 abr. 2013.

VINHO do Mundo. Disponível em: <http://www.vinhodomundo.blogspot.com>. Acesso em: 3 jun. 2013.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

ANEXOS



PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA:
ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO

Anexo 1 - Imagens atuais da pérgola trentina - Villa Lagarina 2013.



Fonte: Gabriele Mattedi, 2013.

Anexo 2 - Comitiva de abertura da 1ª Fenavinho.

I FENAVINHO

A FESTA DE UMA COMUNIDADE

“Todos se uniram num esforço gigantesco e levaram a termo o sonho de há muito acalentado e que estava a desafiar a capacidade de trabalho e empreendimento dos Bentogonçalveses”.

Com estas palavras, Moysés Luiz Michelin, Presidente da 1.^a FENAVINHO, sintetizou a participação empolgante de uma comunidade inteira, que conseguiu em apenas seis meses planejar, obter recursos, construir, organizar, divulgar e apresentar para mais de cem mil pessoas, a maior festa jamais sonhada, onde o vinho jorrava de graça nas ruas para o povo beber.



No parque da FENAVINHO, os visitantes puderam conhecer a qualidade das uvas aqui cultivadas, numa exposição apreciadíssima por todos.

Setenta e três expositores, entre indústrias vinícolas e dos mais diferentes ramos de atividade, ocuparam o pavilhão de exposição agro-industrial para tal construído, verdadeira vitrine da potencialidade empresarial de nossa gente.

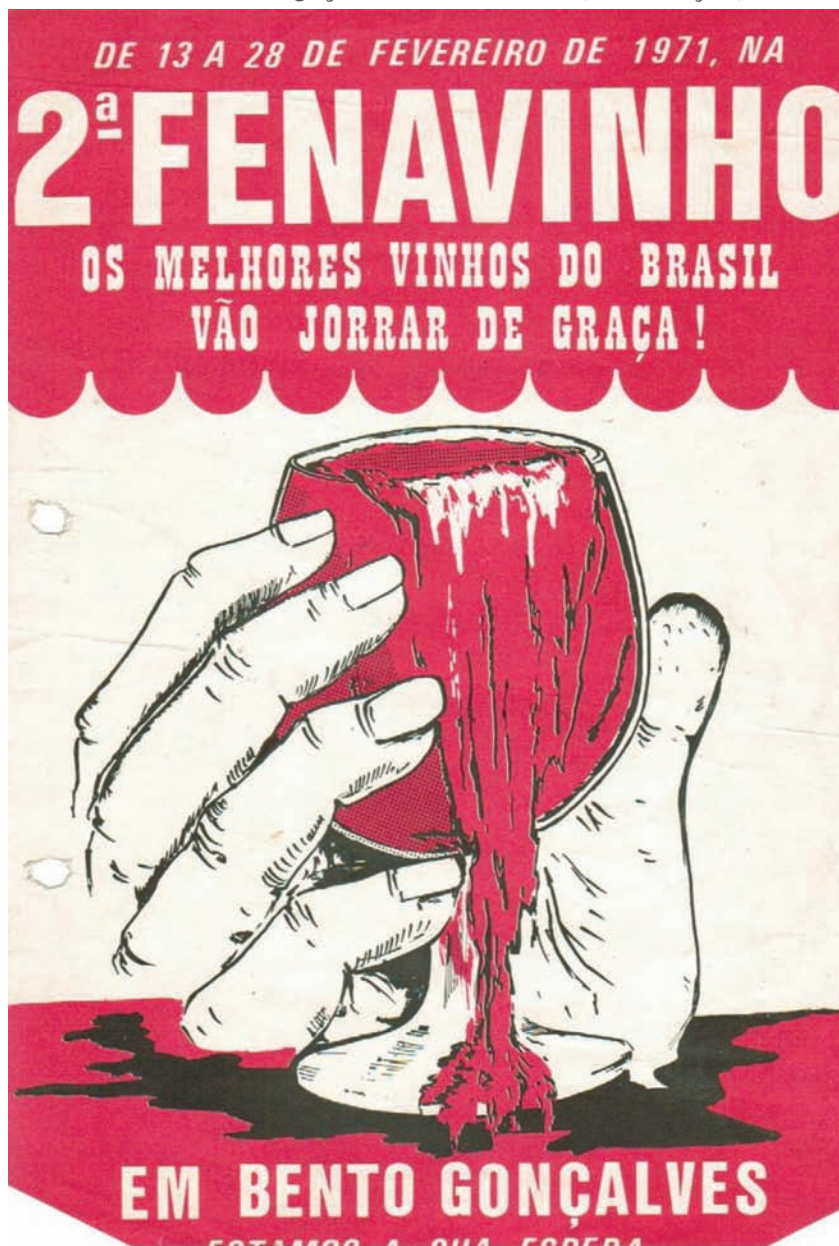
Todos os visitantes dessa feira, ganharam uma garrafa de vinho como brinde.



A 1.^a FENAVINHO, realizada de 25 de fevereiro a 12 de março de 1967, teve entre outros pontos extraordinários, o fato de trazer pela primeira vez a Bento Gonçalves, um Presidente da República. A foto histórica registra a chegada do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco ao Parque da Fenavinho, ladeado pelo Gov. Walter Peracchi de Barcellos, Prefeito Municipal Milton Rosa e Moysés Luiz Michelin, Presidente da 1.^a FENAVINHO.

Fonte: Museu do Imigrante.

Anexo 2 - Divulgação da 2ª Fenavinho (continuação).



Fonte: Museu do Imigrante.

Anexo 3 - Registro de Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos (2002).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA Nº IG 200002



Indicação de Procedência
Vale dos Vinhedos

○ INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI reconhece a denominação **VALE DOS VINHEDOS** como **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA** para **VINHOS TINTOS, BRANCOS E ESPUMANTES**, concedendo o seu registro, para os fins e efeitos da proteção de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes termos:

Espécie da Indicação Geográfica: **Indicação de Procedência**

Apresentação: **Mista** Natureza: **De Produto**

País: **Brasil**

Área Geográfica: Área total de 81,23 km², em coordenadas extremas, localiza-se entre os paralelos 29°09' e 29°15' Sul e os meridianos 51°30' e 51°38' Oeste de Greenwich. A referida área encontra-se distribuída entre os municípios de Monte Belo do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves, onde está localizada sua maior parte. A área possui a forma aproximada de um triângulo isósceles, cujos vértices localizam-se a Nordeste da cidade de Bento Gonçalves, a Leste da cidade de Monte Belo do Sul e ao Norte da cidade de Garibaldi.

Data do pedido de registro: **06 de julho de 2000**

Titular: **Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - APROVALE**

Endereço: **Estrada da Vindima, s/nº
Vale dos Vinhedos
95700000 - Bento Gonçalves - RS - Brasil**

Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 2002

Elisabete Biazado
Diretora de Marcas do INPI

Guaraciara
Presidente do INPI

Fonte: Aprovale.

Anexo 4 - Registro de Indicação Geográfica: Denominação de Origem
do Vale dos Vinhedos (2012).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA Nº IG201008

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI reconhece a denominação VALE DOS VINHEDOS como INDICAÇÃO GEOGRÁFICA para: VINHOS E ESPUMANTES, concedendo o seu registro para os fins e efeitos da proteção de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes termos:

Espécie da Indicação Geográfica: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

Apresentação: NOMINATIVA

Representação:

VALE DOS VINHEDOS

Natureza: PRODUTO

País: BR

Delimitação da Área Geográfica:

A área geográfica delimitada da região de Denominação de Origem Vale dos Vinhedos possui 72,45 km² e está localizada, aproximadamente, entre as latitudes 29°08' e 29°15' S e longitudes 51°30' e 51°39' WGr, sendo 61,07% no município de Bento Gonçalves, 33,49 % no município de Garibaldi e 5,44 % no município de Monte Belo do Sul. O limite da DOVV é a linha do divisor de águas do sistema de drenagem dendrítico de quarta (4ª) ordem com alta densidade ou textura fina, formado pelo Arroio Vale dos Vinhedos e pelo Arroio Leopoldina, de terceira ordem, que nascem nas áreas mais elevadas a sudeste da região, descrita a seguir: norte, na crista e patamar de vertente da Linha Eulália; seguindo para nordeste e leste, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Bento Gonçalves; seguindo para leste, na crista e patamar de vertente da Linha Tamandaré; seguindo para sul, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Garibaldi e da Linha Garibaldina; seguindo para sudoeste e oeste, nas cristas e patamares de vertente da Linha Graciema e da Linha Leopoldina; seguindo pelo oeste, no patamar da cidade de Monte Belo do Sul; seguindo para noroeste, na crista e patamar de vertente da Linha Fernandes Lima; seguindo pelo noroeste o limite é a linha que marca a ruptura da paisagem, caracterizada pelo patamar do derrame com declividade de 45% em altitude igual ou superior a 400m, até encontrar a crista e patamar de vertente da Linha Eulália. Nesse setor, em situações geográficas específicas, a linha delimitatória seguiu o traçado da declividade imediatamente inferior, quando a declividade de 45% ocorria de forma descontínua e a cobertura do solo era de mata nativa contínua, e manteve na região delimitada a área agricultada contínua, seguindo a altitude imediatamente inferior a 400m e declividade inferior a 45%.

Data do Depósito: 16 DE AGOSTO DE 2010

Data do Registro: 25 DE SETEMBRO DE 2012 - RPI 2177

Requerente: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS – APROVALE

Endereço: Estrada da Vinho S/N ou RS 444, Km 14,85 – Bento Gonçalves - RS

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2012.

Breno Bello de Almeida Neves
Diretor de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

Jorge de Paula Costa Ávila
Presidente do INPI

Fonte: Aprovale.

Anexo 5 - Modificações do Plano Diretor.

SERRANOSSA
Sexta-feira, 12 de julho de 2013

DIA A DIA

3

DESENVOLVIMENTO URBANO

Um Plano Diretor retalhado nos bastidores

Após denúncias da própria prefeitura, MP investiga mudanças que teriam sido realizadas no governo anterior à margem da lei

JORGE BRONZATO JR.

O que parece ser uma simples mudança de cores e desenhos no mapa da cidade pode gerar um grande transtorno para o planejamento territorial do município nos próximos anos. Há pouco mais de uma semana, o Ministério Público (MP) instaurou um inquérito para investigar pelo menos 12 alterações irregulares no Plano Diretor, que teriam sido promovidas durante o governo de Roberto Lucelli, provavelmente ao longo de 2011. As denúncias partiram da própria prefeitura: a nova administração, ao confrontar os dois modelos de zoneamento urbano no início da gestão, verificou a inclusão de propostas que não teriam respaldo em nenhuma legislação sobre o tema.

Entre as modificações, estariam avanços da zona urbana sobre a rural na região do distrito de São Pedro e até a violação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) no distrito de Tuiuty. O material – que inclui várias anotações em caneta vermelha com a expressão “sem lei” – foi entregue ao promotor Elcio Resnini Meneses em reunião realizada com o alto escalão do Poder Executivo. “Isso é algo de extrema gravidade. A prefeitura não tem ideia hoje de quantos projetos podem estar transitando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ipurb) com base em uma legislação que não existe”, afirma o promotor.

O primeiro passo de Meneses foi solicitar informações sobre o possível trâmite que os processos tiveram internamente. O objetivo é saber se as discussões chegaram ao Sistema de Planejamento e Gestão, que, além do Ipurb, conta com a participação do Fórum de Políticas Públicas (FPP), do Conselho Municipal de Planejamento (Complan) e de Conselhos Distritais. “Se houve apenas a decisão do órgão administrativo, no caso o Ipurb, seria de uma audácia absurda. A quantidade de indenizações que o município pode ter que pagar é estupefata”, completa Meneses. Tanto o Fórum quanto o Complan eram presididos pelo então diretor do departamento, Cláudio Marcelo Germiniani.

REFLEXOS

O promotor explica que não ingressou com ação judicial pedindo a imediata reatuação do



Mapa tem marcações em caneta vermelha com a expressão “sem lei”, para sinalizar áreas em conflito com a legislação relativa ao Plano Diretor de Bento

mapa antigo por ainda não ter conhecimento do impacto que as mudanças podem causar no desenvolvimento urbanístico da cidade. “Não posso assumir uma responsabilidade dessas sem saber que reflexos essas decisões trarão. Preciso saber o que houve em cada caso e, se há, quem são os beneficiários”, finaliza o representante do MP. Mesmo assim, a administração já retirou o conteúdo de sua página na internet. Paralelamente ao inquérito de Meneses, também deve ser aberta outra investigação do Ministério Público, essa para avaliar a possibilidade de atos de improbidade administrativa.

‘ESTAMOS APREENSIVOS’

O prefeito Guilherme Pasin trata como “gravíssimas” as irregularidades encaminhadas pela

prefeitura seja obrigada a pagar indenizações. “Foi uma decisão do município, então teremos que assumir, porque o mapa é um documento público. Mas isso não quer dizer que não responsabilizaremos quem autorizou isso. Não podemos conceber como correto algo que foi feito na ilegalidade e vamos buscar a devida repara-

ção”, completa.

Por fim, o prefeito reconhece que ainda há risco de que outras alterações à margem da legislação sejam encontradas na revisão do Plano Diretor, e garante que, se isso acontecer, a postura deve mudar. “Se continuarmos a surgir irregularidades, agiremos de forma mais agressiva”, finaliza Pasin.

REVISÃO EM ANDAMENTO

Até o final do ano, o Ipurb pode promover novas audiências públicas para debater o Plano Diretor. A retomada das discussões com a comunidade depende do andamento da revisão do documento, que está sendo feita em parceria com profissionais da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O diretor-adjunto do Ipurb, Luciano Cavallet, coordenador do processo de revisão, afirma que a etapa atual é a de levantamento de dados, que, em função de modificações feitas desde a implantação do Plano, em 2006, tem se mostra-

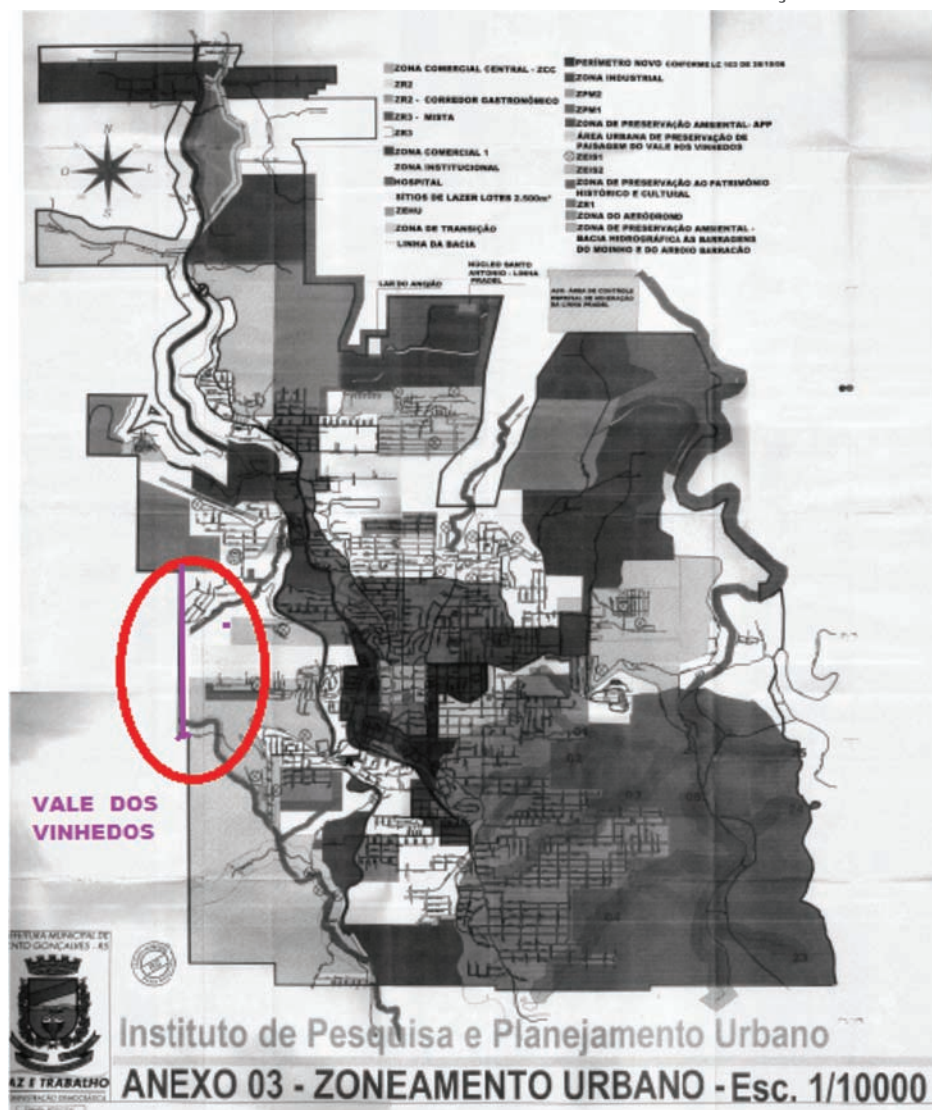
do mais complicada do que a projeção inicial. “O trabalho pode demorar mais do que esperávamos, mas não vamos atropelar o processo. Não podemos pensar em mudanças no Sul da cidade sem considerar os impactos que teremos no Norte”, justifica Cavallet.

Segundo ele, as audiências deverão reunir os bairros em determinadas zonas, agrupando as localidades por semelhanças geográficas. Uma das áreas que mais gera preocupação é a região ligada à bacia de captação do Barraco, onde estão localizados os bairros Santa Helena e Fátima.

Fonte: <http://www.serranossa.com.br> (2013).

PAISAGEM CULTURAL VITÍCOLA: ENTRE OS PARREIRAIS, A URBANIZAÇÃO E A PROTEÇÃO

Anexo 6 - Localização da Gleba do Vale dos Vinhedos modificada de rural para urbana, com novo perímetro urbano - Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 - Plano Diretor de Bento Gonçalves.



Fonte: Plano Diretor de Bento Gonçalves (2013) [editado pela autora].